

Portugal Socialista

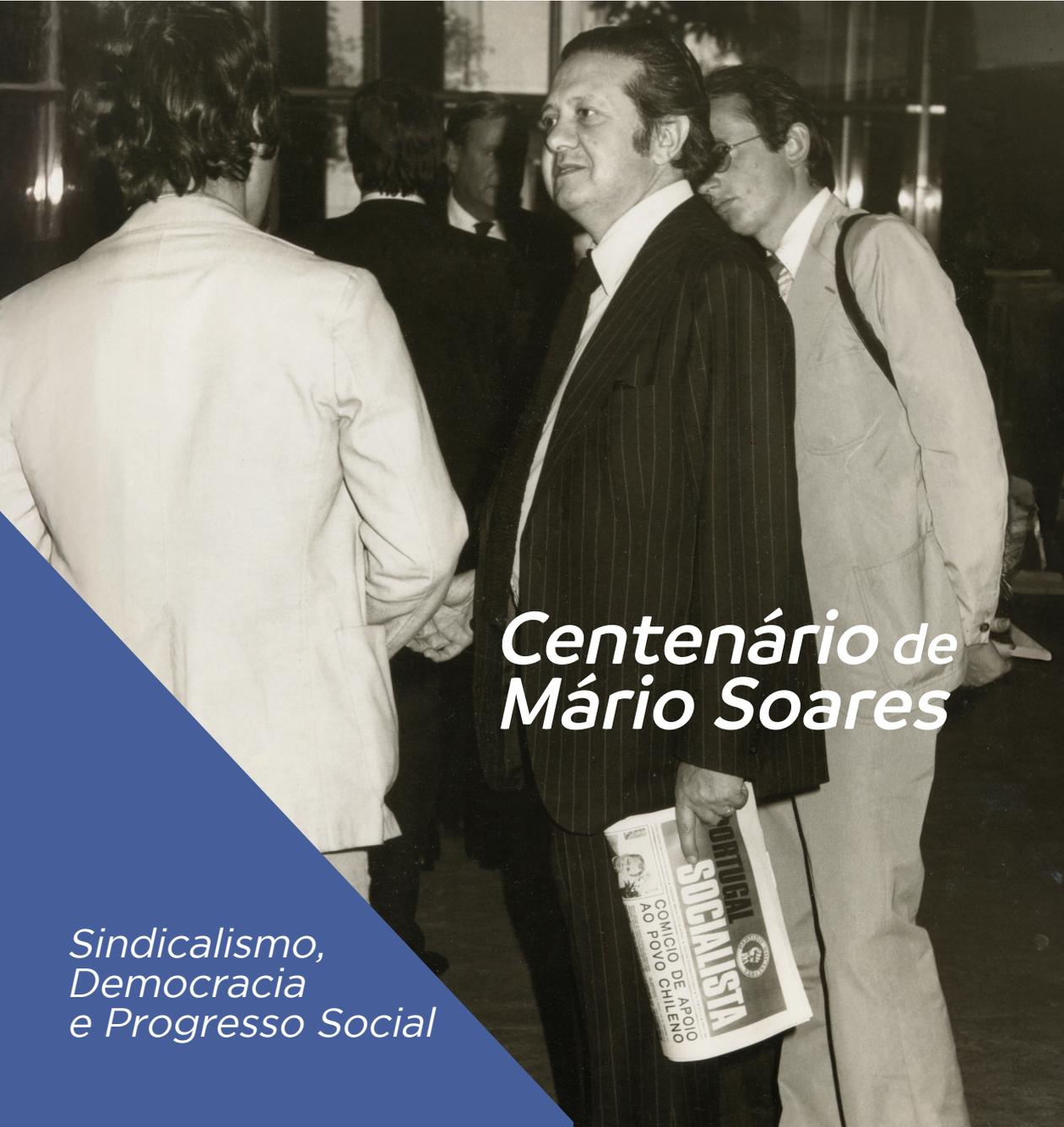


N.º 238
NOVEMBRO 2024

DIRETOR
PORFÍRIO SILVA

ANO 2024 | SEMESTRAL

REVISTA DE REFLEXÃO POLÍTICA | ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA



Centenário de Mário Soares

*Sindicalismo,
Democracia
e Progresso Social*

Portugal Socialista

Revista de Reflexão Política

N.º 238, Novembro de 2024

Diretor: Porfírio Silva

Propriedade do título: Partido Socialista

Sede: Largo do Rato, n.º2, 1269-143 Lisboa

E-mail: portugalsocialista@ps.pt

Pré-impressão: Âncora Editora

Av. Infante Santo, 52, 3.º esq.

1350-170 Lisboa

geral@ancora-editora.pt

Impressão: Locape – Artes Gráficas

Periodicidade: semestral

Tiragem: 300 exemplares

Depósito legal: 356422/13

Registo de Título n.º (ISSN): 2976-0585

Portugal  PS
Socialista

*Centenário
de Mário Soares*

Índice

| | |
|---|-----|
| EDITORIAL | 07 |
| Continuar com Mário Soares Porfírio Silva | |
| CENTENÁRIO DE MÁRIO SOARES | |
| 100 anos de coragem. A vida e o legado de Mário Soares Pedro Nuno Santos | 13 |
| Mário Soares, Meu Pai Isabel Soares | 15 |
| Mário Soares e o combate à ditadura nas páginas do Portugal Socialista Pedro Marques Gomes | 27 |
| Os cem anos de Mário Soares nos cinquenta do 25 de Abril Augusto Santos Silva | 37 |
| SINDICALISMO, DEMOCRACIA E PROGRESSO SOCIAL | |
| O PS e a Questão Sindical. Contributo para a continuação do debate Carlos Trindade | 53 |
| Evolução e Desafios da Concertação Social Cristina Rodrigues, João Freire | 73 |
| Os Desafios do Mundo Sindical. Pela centralidade do trabalho e do sindicalismo livre, plural e democrático Mário Mourão | 93 |
| CGTP-IN: presente e futuro do sindicalismo em Portugal. A ação do Partido Socialista no mundo do trabalho Fernando Gomes | 105 |
| Desafios Sindicais Globais do Século XXI – Da Marginalização à Revitalização Helena André | 117 |
| O movimento sindical perante o imperativo da representação: velhos desafios, novas realidades Miguel Cabrita | 133 |

Editorial

Porfírio Silva

Diretor do Portugal Socialista

Continuar com Mário Soares

Quando este número do Portugal Socialista estiver a chegar às mãos dos seus leitores, estaremos todos envolvidos em alguma das plurais realizações que assinalam o Centenário de Mário Soares. Associamo-nos, com mais esta publicação, a essa comemoração. Comemoramos quem foi, o que fez, o que nos legou, aquele que foi o impulsionador da criação e o líder histórico deste Partido Socialista que, sem esquecer as formas orgânicas que esta corrente política revestiu no passado do nosso país, nos trouxe do século XX para o século XXI na grande aventura de uma democracia madura e integrada, de pleno direito, na Europa.

Nascido a 7 de dezembro de 1924, Mário Soares envolveu-se desde cedo em atividades várias de resistência e oposição à ditadura então vigente no nosso país, pagou o preço dessa atividade (perseguições, deportação e exílio) e, atento à complexidade do mundo, convenceu-se de que o país precisava de uma corrente de socialismo democrático que oferecesse uma via de progresso em liberdade para lá da tarefa imediata de derrube da ditadura. E para isso trabalhou, um ano após o outro, incansavelmente, até deixarmos de contar com a sua presença física.

A escolha de Mário Soares nunca foi conformar-se com aquilo que podia parecer o caminho mais fácil em cada momento. Foi assim na proposta de transformar a ASP em Partido Socialista, foi assim em muitos outros momentos da vida política nacional durante o processo revolucionário e, depois, com a democracia plenamente institucionalizada. Não é preciso concordar com todas as decisões políticas que tomou, nem com todas as linhas do seu pensamento ao longo de uma vida pública intensa e diversificada, para notar que nunca deixou de ir à luta pelas ideias e pelos caminhos que entendeu serem os mais apropriados para afirmar a plena autonomia do partido dos socialistas na vida política nacional, com os olhos postos num Portugal mais democrático e mais desenvolvido, onde cada portuguesa e cada português tivesse melhores condições de realização pessoal e coletiva.

Homem de cultura, homem do seu tempo, homem do mundo e com mundo, dava à imprensa partidária – designadamente, ao Portugal Socialista, um órgão de combate político mais antigo do que o próprio Partido Socialistas – a relevância própria de uma via de união entre camaradas, mesmo quando dispersos pelos quatro cantos do mundo (como acontecia nos tempos do exílio). A imprensa partidária é, aliás, um bom exemplo da necessária articulação entre a ação pelas ideias e a ação de transformação do mundo material. Um partido socialista não existe só para pensar o mundo, existe para mudar o mundo – mas, ao termos uma conceção democrática do funcionamento e dinâmica de um partido socialista, o debate acerca dos caminhos a seguir é, também, um trabalho de pensamento que tem casa própria na imprensa partidária. Também essa dimensão é tida em conta neste gesto de nos associarmos ao Centenário de Mário Soares. Acreditamos que o líder histórico do nosso partido nos acompanharia na convicção da importância do outro tema destacado deste número da revista de reflexão política dos socialistas: Sindicalismo, Democracia e Progresso Social.

Organicamente, o PS não tem, como outros partidos do campo do socialismo democrático, da social-democracia e do trabalhismo, uma raiz histórica profunda nos movimentos dos trabalhadores. O interclassismo assumido pelo PS, não teve, pois, de ser conquistado, tendo sido um traço constante na nossa realidade política. Não obstante, não é para nós concebível que deixemos em algum momento de estar especialmente focados nos interesses de todos aqueles cujas vidas dependem do seu trabalho. Assim sendo, o compromisso dos socialistas com a ação dos trabalhadores organizados é intrínseco ao nosso modo de encarar o mundo e a ação política. Falamos, portanto, de sindicalismo. Nas múltiplas expressões da

liberdade, a liberdade sindical tem um lugar proeminente. No caso concreto de Portugal, e do processo revolucionário que vivemos, e dos percursos que seguiu para chegar a uma democracia plenamente institucionalizada, a questão sindical foi um importante revelador. A liberdade sindical confundiu-se, em momentos cruciais, com a questão da liberdade na sua inteireza – com todas as liberdades. E o Partido Socialista foi essencial para que essa questão fosse assumida como uma questão central no processo democrático.

Em coerência, temos hoje de questionar-nos acerca do papel do sindicalismo – e dos sindicalistas socialistas – na defesa dos direitos dos trabalhadores. E, como quem fala de direitos dos trabalhadores fala de direitos de todos nós, porque não há direitos dos trabalhadores que não sejam direitos humanos que interessam a todos, o sindicalismo é equacionado, neste número da nossa revista, na sua relação forte com a democracia e o progresso social. Isto é: o sindicalismo é uma frente de luta pelo progresso social (se virmos as coisas em termos concretos) e é um revelador da vitalidade da democracia. Por isso encontrámos lugar, neste espaço de reflexão, para voltar a pensar – da forma plural que nos caracteriza – sobre os desafios que enfrentam os sindicalistas socialistas, onde quer que estejam organizados, capazes de aprender com as lutas (e os desencontros) passados para olhar para o futuro com vistas largas e desimpedidas. Também aqui, fazendo do pluralismo um acrescento às nossas forças próprias, “por nossas mãos, por nossas mãos”. Porque a tarefa não é fácil.

CENTENÁRIO DE
MÁRIO SOARES

100 anos de coragem – a vida e o legado de Mário Soares

Pedro Nuno Santos

Secretário-Geral do Partido Socialista

O legado de Mário Soares transcende em muito as fronteiras do seu tempo. Soares foi muito mais do que um fundador e líder do PS; foi um pilar da democracia, um defensor incansável da liberdade e um símbolo da coragem contra a opressão. O seu exemplo inspirador permanece fundamental, especialmente num mundo onde as democracias enfrentam novos desafios e ameaças.

Soares não apenas fundou o PS, mas deu-lhe sentido e alma, construindo um partido que colocou a liberdade, a igualdade e a solidariedade no centro da ação política. O seu percurso de resistência à ditadura salazarista, que lhe custou a prisão, o exílio e tantas outras dificuldades, fez dele uma figura de enorme coragem. Mas foi o seu regresso após o 25 de Abril e a sua liderança nas vitórias que conduziram à instauração da democracia em Portugal que o definem como o “garante da democracia”. É impossível ignorar a sua centralidade nas batalhas decisivas pela instauração de um regime livre e plural em que vivemos há meio século.

Ao longo dos seus dois mandatos como primeiro-ministro, Soares enfrentou crises, mas também consolidou o regime democrático português. A sua visão europeísta, que levou Portugal a integrar a Comunidade Económica Europeia, constituiu um elemento fundamental no caminho do país para a sua modernização e desenvolvimento. Soares compreendia que

a integração de Portugal num bloco europeu de democracias era crucial para o fortalecimento do jovem regime saído da revolução de Abril.

Como Presidente da República, Soares foi pioneiro. Foi o primeiro civil a ser eleito após o 25 de Abril, e a sua magistratura de influência uniu os portugueses em momentos de forte antagonismo político. A sua ideia de “servir Portugal, unir os portugueses” não era um mero slogan, mas a essência da sua liderança, guiada pela compreensão de que a qualidade da democracia depende também da coesão social. Exemplos dessa visão podem ser vistos em suas iniciativas de diálogo e promoção da paz social.

Após deixar o cargo de Presidente, Mário Soares não se retirou da vida pública, e o seu espírito combativo continuou a orientar a sua intervenção cívica, tanto na política nacional quanto no palco internacional. A sua candidatura ao Parlamento Europeu em 1999 e o seu regresso à corrida presidencial em 2005 demonstram o seu compromisso inabalável com o serviço público, sempre com um olhar crítico e interventivo sobre os destinos do país e da Europa.

No centenário do seu nascimento, o PS não comemora apenas o homem, mas os valores em que Mário Soares acreditava e que orientaram a sua entrega à causa pública durante décadas. A luta pela democracia, pela liberdade e pelo progresso social é mais atual do que nunca, especialmente em tempos em que as suas fundações estão sob pressão. Hoje, o seu exemplo deve inspirar as futuras gerações a lutar pela preservação e aprofundamento da democracia. Soares deixou-nos um legado de valores e um país profundamente transformado; o desafio que se nos coloca é garantir que essa herança permaneça viva e que os seus princípios continuem a orientar a construção do nosso futuro.

Mário Soares, Meu Pai

Isabel Soares

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Mário Soares – Maria Barroso

O olhar de uma filha é sempre um olhar repassado de emoção, ternura e, no meu caso, de uma profunda admiração.

O meu Pai, Mário Soares, que agora faria cem anos, era para o meu Irmão e para mim o nosso herói. Era o que nunca tinha medo e quando ele estava tudo parecia tranquilo e seguro.

O amor à liberdade norteou a sua vida, desde que aos cinco anos foi pela mão da Mãe visitar o Pai à prisão política do Aljube, que depois seria tão sua conhecida, e onde estariam ambos na mesma cela em 1948. As memórias das visitas ao Pai, preso no Forte de S. Julião da Barra, e a lembrança da despedida em Peniche, numa fria madrugada, quando este foi deportado para os Açores pela segunda vez, marcaram-lhe a infância e cedo lhe imprimiram a vontade de resistir e de dizer não ao intolerável e à ditadura. Desde então, a política colou-se-lhe à pele. E a luta pela liberdade e pela democracia, por um país mais justo e mais fraterno, foram o lema da sua vida.

Na universidade conhece a minha Mãe, Maria Barroso, oriunda de uma família antifascista e também ela acostumada a visitar o Pai na cadeia. Atriz no Teatro Nacional, seria a única a ser proibida de representar pelo ditador Salazar.

A vida de ambos é, pois, construída numa luta permanente contra a ditadura, com uma determinação e coragem imensas. Tinham ambos a mesma dimensão.

Foi, por isso, desde a mais tenra infância que o meu Irmão e eu nos habituámos a ir pela mão de nossa Mãe visitar o nosso Pai às cadeias do Aljube e de Caxias, e o que isso nos provocava de raiva contida e como nos marcou até hoje.

Recordo bem as idas da PIDE, polícia política, a nossa casa para prender o meu Pai, sempre de manhã bem cedo e a devassa que faziam até nos nossos quartos de criança.

O meu Pai seria preso 12 vezes, por períodos até alguns meses, e seria submetido à tortura do sono e ao isolamento prolongado nos curros. Nas visitas semanais que lhe fazíamos, era sempre ele que nos dava alento e ânimo, que nos consolava e que nos dizia, com o seu sorriso luminoso, que a libertação estava para breve.

E, mesmo nos momentos mais difíceis, convencia-nos de que havia sempre uma janela de esperança. Nunca desistir e lutar por aquilo em que acreditávamos, foi uma das suas lições de vida.

“Só é vencido quem desiste de lutar” foi das frases que mais nos marcaram e que não esquecemos nunca.

Dizia-nos muitas vezes, “atrás do tempo, tempo vem” e convencia-nos que era possível mudar o mundo e que a liberdade era amanhã.

Em 1968, o meu Pai foi deportado para a ilha de S. Tomé, na África Equatorial, por decisão do ditador Salazar, sem qualquer julgamento ou culpa formada, e aí permaneceria nove longos meses.

Em setembro, o ditador caiu numa cadeira, o que lhe provocou lesões cerebrais irreversíveis. O presidente da República de então, Américo Tomaz, nomeia para o substituir Marcello Caetano. Este tinha fama de um pouco mais liberal que Salazar, o que suscita alguma esperança no país, e uma das suas primeiras medidas é por fim à deportação de meu Pai e ao exílio do Bispo do Porto.

Com a farsa eleitoral de 1969 – onde socialistas e comunistas foram, pela primeira vez, separados às urnas em Lisboa, Porto e Braga – a manutenção da censura, da polícia política, da repressão, da Guerra Colonial e da ausência da liberdade, a oposição rapidamente percebe que tudo continuava na mesma. No início de 1970, o meu Pai realiza uma viagem pela América Latina e pelos Estados Unidos, e, em Nova Iorque, faz uma conferência no Overseas Press Club, onde denuncia a falta de liberdade do regime, a ficção das eleições, a prisão ilegal de alguns dos seus camaradas, como Salgado Zenha e Jaime Gama, e apela ao fim da Guerra Colonial e à negociação com os Movimentos de Libertação.

Em Portugal começa uma brutal campanha de intimidação contra ele, com pinturas nas paredes com slogans como “Soares ao Pelotão”, “Soares Cão

Judeu, Matem-no”, feitas pela polícia política. Em nossa casa é recebida uma carta, dirigida à minha Mãe, com uma bala lá dentro e com um papel que dizia “esta é uma das muitas que esperam o seu marido!”.

Perante esta situação, o meu Pai resolve ir uns tempos para Itália, para casa do seu velho amigo, Mário Ruivo, onde vai terminar o livro “*Portugal Amordaçado*” que tinha começado a escrever quando da sua deportação em S. Tomé. E é em total isolamento, sem quaisquer notas, apontamentos, ou livros, servindo-se apenas da sua memória, que escreve grande parte do livro.

Entretanto, o meu Avô paterno morre e ele decide, contra a opinião da minha Mãe e de todos os seus amigos, regressar a Lisboa para o funeral. Entra sem qualquer constrangimento, mas no dia seguinte ao funeral é convocado para ir à PIDE, onde lhe fazem o ultimato de abandonar o país até ao final do dia ou ser preso.

O meu Pai reúne em nossa casa os seus amigos mais próximos, ouve-os a todos, à minha Mãe e a nós seus filhos, e decide partir para o exílio para acabar de escrever o livro, publicá-lo e finalmente estabelecer relações com outros socialistas europeus. Nesta sua decisão percebe-se bem a importância que ele atribuía à ação política no exterior onde, em liberdade, poderia ser muito mais útil ao seu país. A sua visão era a certa!

Partimos os quatro, nessa mesma tarde, de carro e com destino a Paris. Foi uma viagem penosa e de grande tristeza, pela perda que acabávamos de sofrer, mas também pela angústia do futuro.

O meu Pai recordaria mais tarde, num livro de entrevistas com a jornalista Maria João Avillez, agora reeditado, que, e cito “*em Blois, onde parámos para comer na nossa viagem de automóvel de Lisboa para Paris, comprei o Le Monde e vi, numa página interior, três linhas que diziam “Maître Mário Soares foi compelido a partir para o exílio...”. Li aquela pequena notícia e achei que era a glória. Três linhas no “Le Monde” significavam que eu existia politicamente, e equivaliam a algum apoio*”.

Foi assim que, nesse mês de agosto de 1970, o meu Pai inicia o seu exílio em França, terra que para ele tinha sido sempre a da cultura e da liberdade. A sua primeira instalação, durante perto de seis meses, foi no pequeno Hotel Saint Pierre, na rue de L’École de Médecine, no Quartir Latin. Era um hotel modesto, frequentado sobretudo por exilados brasileiros e espanhóis. Na altura havia vários amigos de meu Pai exilados em Paris que foram preciosos na ajuda à sua instalação.

No final de setembro, a minha Mãe e nós dois regressámos a Lisboa e pouco tempo depois um antigo companheiro da Faculdade de meu Pai, José Terra, professor em Vincennes, arranja-lhe nessa universidade um

pequeno lugar, e um pouco mais tarde, o Professor Massa, da Universidade de Rennes, conhecido de outro amigo português, o escritor Liberto Cruz, propõe-lhe um lugar de professor associado naquela universidade. É assim que ele começa a dar aulas de Literatura e Cultura portuguesa e brasileira e, também, depois, na Sorbonne.

Lê muito, escreve, mantém a atividade política e tece uma teia de relações internacionais que lhe vão ser, no futuro, preciosas. Adora flunar nas ruas de Paris, ir às livrarias e aos museus. Encontrar-se com os amigos nos cafés parisienses, almoçar no Balzar, conspirar contra a ditadura, viver.

Referindo-se a esse período, o meu Pai diz, e cito:

“visitei exposições e museus, assisti a conferências e grandes debates, enfim, vivi intensamente num meio cultural e político altamente estimulante, onde pulsavam todas as inquietações do mundo.(...) Amadureci. (...) Só viver em Paris foi, desde logo, um privilégio. As exposições, os espetáculos, a rua, os jornais, as universidades, a televisão, as livrarias, os encontros. Tudo isso me abriu novos horizontes e me deu, julgo, outra consistência intelectual. Era de facto uma estratégia que, dia a dia, se ia tecendo. E, sobretudo, amadurecendo”.

E acrescenta:

“Aprendi muito em França sem nunca deixar de pensar em Portugal. O mundo estava em acelerada transformação e eu aprendi a acompanhar o ritmo das mudanças – do vocabulário às preocupações. Julgo que retive a lição dessas mudanças”.

Estreita uma amizade grande com Alain Oulman, que já conhecia de Portugal e que era diretor da editora Calmann-Lévy, que aceita publicar o seu livro, numa versão mais reduzida do que a portuguesa, porque, segundo ele, os franceses não conheciam a maior parte das personagens do livro. Alain Oulman era um homem de uma grande sensibilidade e cultura, um intelectual judeu, cheio de charme, que adorava a minha Mãe, e que compôs uma série de músicas para fados da Amália Rodrigues.

À medida que ia rescrevendo os vários capítulos, o meu Pai lia-os à minha Mãe, cuja opinião crítica era fundamental para ele, e seria, aliás, assim ao longo de toda a vida. O meu Irmão e eu também éramos ouvintes e leitores atentos.

O *“Le Portugal Baillonné. Un témoignage”* é finalmente lançado em França, em abril de 1972, com uma ampla divulgação. Saem notas críticas em toda a imprensa e o meu Pai concede uma série de entrevistas a jornais e à rádio. De entre elas destacam-se uma longa entrevista ao semanário *“L’Express”*, dirigido por Servan Schreiber e outra ao *“Nouvel Observateur”*, de Jean Daniel, que se tornaria depois um dos seus grandes amigos. Claro que em Portugal não há nenhuma notícia sobre isso, porque a censura cortou com o seu lápis azul, e o *“L’Express”*, que vendia muito em Portugal, seria apreendido nessa semana.

Em todas as férias escolares, a minha Mãe, o meu Irmão e eu íamos ter com ele a Paris, ou por vezes a Madrid que era a meio caminho. Normalmente íamos de carro, que era mais barato, e porque nos permitia levar-lhe coisas e sobretudo, depois da publicação do livro, para trazeremos exemplares para Portugal, onde o livro nunca entrou legalmente.

Recordo bem que era com algum receio e apreensão que passávamos a fronteira, sempre à espera que os livros escondidos fossem descobertos pelos guardas. O seu livro só seria publicado em Portugal, na sua versão original, depois da revolução do 25 de abril.

Recordo o que então escreveu no Portugal Amordaçado:

“Não posso dizer que o caminho tenha sido fácil ou especialmente brilhante. Mas há uma coisa que devo afirmar com alguma satisfação de consciência: é que apesar de todas as injunções do poder e da mediocridade do meio, nunca transigi com as mentiras convencionais do sistema e nunca me rendi. Nunca, sobretudo, fui cúmplice da ditadura, nem mesmo pelo silêncio. Num país como Portugal, é já alguma coisa poder afirmar isto, de cabeça levantada”.

Entretanto, o meu Pai aproveita o exílio para estreitar laços fraternos com os principais líderes europeus da Internacional Socialista, ligações estas que vão ser determinantes no apoio à jovem democracia portuguesa quando da revolução de 1974.

Conhece François Mitterrand, cuja cultura o impressiona muito e com quem estabelece uma relação de amizade que se manterá até ao fim da vida.

É que desde cedo ele percebeu que Portugal não podia viver isolado do mundo. Europeísta convicto, acreditava numa Europa mais justa, mais fraterna, mais humana e solidária. E essa foi uma das suas grandes batalhas.

Em junho de 1972, em Viena, a Ação Socialista Portuguesa é aceite como membro da Internacional Socialista, e dessa maneira passaram a ser ouvidos e apoiados pelos partidos da Internacional, que eram quase todos europeus. Willy Brandt e o SPD, nomeadamente através da sua fundação Friedrich Ebert, foram os que mais apoiaram e tiveram um papel determinante no auxílio aos socialistas portugueses durante esse período antes do 25 de abril.

Em 1973, é mais uma vez graças à ação do SPD que realizam um congresso em Bad Munstereifel, que transforma a ASP em Partido Socialista e onde o meu Pai é eleito secretário-geral.

Em 25 de abril de 1974, o meu Pai estava em Bona para uma reunião com Willy Brandt. Na véspera tinha tido um jantar com o seu camarada do SPD, ministro dos Negócios Estrangeiros a quem tinha tentado explicar que estava iminente um golpe militar em Portugal. E o dirigente alemão lá lhe foi dizendo que tinham informações seguras que o regime estava para durar. Nessa madrugada, o referido ministro acordaria o meu Pai

para lhe anunciar que havia uma revolução em Portugal e que afinal ele tinha razão.

De Bona, o meu Pai, acompanhado da minha Mãe, voou para Paris e a sua casa no Bd. Garibaldi seria, então, invadida por amigos exilados e jornalistas que queriam saber a sua opinião e o que ele iria fazer.

Como o espaço aéreo português estava encerrado, a 28 de abril, o meu Pai acompanhado de minha Mãe, e dos seus camaradas Ramos da Costa, Tito de Morais e Fernando Oneto, regressam a Lisboa no comboio Sud-Express, o “Comboio da Liberdade”, como então lhe chamaram.

Era um domingo ensolarado e quente e a estação de Santa Apolónia e o largo adjacente foram pequenos para acolher a imensa multidão eufórica que aí ocorreu aos gritos de “Vitória” e de “Viva a Liberdade”, para saudar os primeiros exilados políticos a chegar ao país.

Na noite anterior, alguns camaradas socialistas, o meu irmão João e eu própria, tínhamos tentado montar uma espécie de serviço de ordem, com umas braçadeiras artesanais improvisadas, de modo a tentarmos conter alguma confusão. Mas a verdade é que fomos completamente engolidos pela multidão e o entusiasmo indescritível que se estava a viver.

Da varanda da estação, o meu Pai faria, de improviso, o seu primeiro discurso num Portugal livre, saudando as Forças Armadas, que restituíram a liberdade ao povo português, e apelando à unidade de todas as forças democráticas sem exceção. Tenho bem viva na minha memória a emoção e as lágrimas de alegria desse dia.

Só consegui abraçar e beijar o meu Pai no nosso carro, que o João conduziu até ao local onde se reunia a Junta de Salvação Nacional, onde se encontrou com o general Spínola, e depois em casa. Nessa tarde, noite e no dia seguinte, foi um verdadeiro corripio de amigos e família a passarem em nossa casa.

Recordo que nesses dias estive como que “colada” ao meu Pai, tal era o entusiasmo e a sofreguidão de estar com ele em liberdade.

Dois dias depois, a 30 de abril, fui com os meus Pais e o João esperar Álvaro Cunhal ao aeroporto. Ele regressava do exílio num voo de Paris. Lembro-me que estava comovidíssima com a perspetiva de encontrar a figura mítica que para mim era Cunhal.

Um herói da resistência, o homem que tinha conseguido fugir da cadeia do forte de Peniche.

Entramos, no meio da confusão e dos muitos dirigentes comunistas presentes, e o meu Pai, depois de abraçar Cunhal, apresenta-me e recordo que, quando me preparava para o beijar, ele estendeu-me uma mão e um olhar frio sem qualquer emoção. Foi um olhar gélido que nunca esqueci.

Fora do aeroporto, parecia tudo já muito bem organizado, estava um tanque para onde Cunhal subiu, ladeado por um soldado e um marinheiro, e de onde se dirigiu à multidão lendo um texto. Parecia uma encenação do regresso de Lenine a Moscovo!

No dia seguinte era o dia do trabalhador e estava organizada pelos sindicatos uma manifestação unitária que saíria da Alameda Afonso Henriques, frente ao cinema Império, e que se dirigiria ao estádio depois batizado primeiro de maio.

Os socialistas partiram da Duque de Ávila, onde tinham a sua sede provisória, e dirigiram-se até à alameda, onde um dos organizadores veio buscar o meu Pai para ir junto com Cunhal, Pereira de Moura e Tengarrinha do MDP e vários sindicalistas e alguns militares e marinheiros.

A manifestação foi, sem dúvida, a mais impressionante de sempre, onde esteve toda a gente, socialistas, comunistas, católicos, extrema esquerda, todos imbuídos de um espírito de alegria e fraternidade, como nunca mais se veria ao longo dos anos.

Cantava-se, dançava-se, gritava-se *“o povo unido nunca mais será vencido”*, as pessoas abraçavam-se todas na rua, independentemente das suas filiações ou simpatias. Como escreveu Sophia de Mello Breyner: *“vi multidões dançar de liberdade!”*

Foi um dia único, inesquecível, irrepetível.

Nessa mesma noite, o meu Pai partiu, a pedido do general Spínola, num avião fretado, em direção às várias capitais europeias para, junto dos líderes desses governos, quase todos seus amigos da Internacional Socialista, ser o mensageiro do Portugal democrático e solicitar o reconhecimento da Junta de Salvação Nacional. A minha Mãe, o meu irmão e eu fomos com ele, e foi muito impressionante para nós ver como ele foi acolhido por todos com enorme simpatia e respeito.

Foi, então, recebido em Londres pelo primeiro ministro Harold Wilson e James Callaghan, em Bona por Willy Brandt, em Roma por Pietro Nenni e no Vaticano pelo cardeal Casaroli. Em Helsínquia, encontrou-se com os quatro líderes da social-democracia escandinava, Olof Palme (Suécia), Kalevi Sorza (Finlândia), Tygrevie Brateli (Noruega) e Anker Jorgensen (Dinamarca), a quem explicou a importância das modificações ocorridas em Portugal. Em Paris e em Bruxelas é recebido também pelos líderes socialistas, então na oposição. Aproveita ainda a estadia na Bélgica para se encontrar com líderes dos movimentos de libertação africanos.

Recordo que no regresso, ao fim de alguns dias, o meu Pai ainda ficou e nós regressámos num avião cheio de exilados políticos, no meio de uma euforia e de um encantamento imensos. Confesso que receei pela nossa

aterragem, tal era o estado de contentamento de todos, inclusive da própria tripulação.

A 16 de maio toma posse o I Governo Provisório, presidido pelo Prof. Adelino da Palma Carlos. Os líderes dos principais partidos são nomeados ministros sem pasta, como Álvaro Cunhal, Pereira de Moura e Sá Carneiro. O meu Pai opta por ficar nos Negócios Estrangeiros.

Recordo que Pereira de Moura esteve para não tomar posse, porque não aceitava ir de gravata e o Presidente Spínola não queria transigir. Foi o meu Pai que moderou e chegou-se a um compromisso em que ele iria de camisa de gola alta.

Foi uma época exaltante, em que tudo parecia possível. Todos os dias havia anúncios nos jornais a dizer que o senhor fulano tal nunca tinha pertencido à PIDE-DGS. E havia muitas vezes um ambiente de caça ao pido nas ruas, fruto de denúncias anónimas.

A verdade é que a partir do dia 27 de abril o país tinha virado à esquerda e era todo ele constituído por antifascistas.

Nas universidades, e na quase totalidade das escolas, havia um certo clima de ajuste de contas. Saneavam-se professores, ocupavam-se aulas, contestavam-se as notas e um pouco por todo o lado havia passagens administrativas.

Estudante universitária, na época, confesso que deixei praticamente de ir às aulas e embrenhei-me na militância política do Grupo Autónomo do Partido Socialista. Passávamos os dias, e sobretudo as noites, a discutir tudo e mais alguma coisa.

A 16 de julho, e no seguimento da crise de governo aberta pela demissão do primeiro ministro, toma posse o II Governo Provisório, chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves. E a 30 de setembro, depois da demissão do general Spínola, é empossado o III Governo provisório, também chefiado por Vasco Gonçalves, que durará até março de 1975.

A 14 de janeiro de 1975, o PS realiza um comício imenso no Pavilhão dos Desportos contra a unicidade sindical que os comunistas pretendem implementar. É a primeira e mais importante divisão entre socialistas e comunistas. A assistência está ao rubro e grita com profunda convicção “Soares e Zenha, não há quem os detenha!”.

O clima que se vive é cada vez mais extremado. Com a intentona de 11 de março e até ao 25 de novembro, há um clima de quase guerra civil no país. É o tempo do PREC (processo revolucionário em curso). Ocupam-se terras e casas, nacionaliza-se a banca, os seguros, os transportes, a energia. Os governos sucedem-se e a divisão entre socialistas e comunistas, aliados à extrema esquerda e à ala mais radical do MFA, é cada vez mais notória.

No país há manifestações e contramanifestações todos os dias. Os socialistas defendem na rua a liberdade e a democracia. Recordo bem a manifestação à porta do jornal “República”, de solidariedade para com Raúl Rego e os outros jornalistas, que tinham sido sequestrados por um grupo de trabalhadores que pretendiam controlar a linha editorial do jornal. Os militares ocupam então o jornal e nomeiam nova direção. Estava uma noite de chuva, mas ninguém arredou pé, mesmo quando os militares do COPCON ainda tentaram dispersar os manifestantes.

Os socialistas não desistem e realizam várias manifestações em defesa da liberdade de imprensa. A “República é do povo, não é de Moscovo” gritava-se nas ruas.

Dias depois vendíamos por todo o lado “O Jornal do Caso República”!

Foram tempos de luta quase diária para impedir a tomada de poder pelos comunistas.

Entretanto, eu acompanhava o meu Pai nos vários comícios que ele fazia de norte a sul do país.

Percorremos Portugal inteiro, das aldeias mais recônditas até às grandes cidades. No Alentejo, éramos recebidos com grande animosidade e contestação por parte dos comunistas, enquanto que nalgumas zonas do norte do país a agressividade era imensa devido sobretudo aos retornados das colónias.

Foram quase dois anos ininterruptos de campanha permanente. Abandonei tudo para reencontrar o meu Pai.

Eu guiava o carro, um velho Renault 16 vermelho, e ele dormia entre aldeias para depois acordar quando chegávamos aos sítios e discursar. Nessas viagens fomos muitas vezes acompanhados pelo Manuel Alegre e sempre por alguns jornalistas, de quem fiquei amiga, como o Vicente Jorge Silva, o António Mega Ferreira ou, mais tarde, a Maria João Avillez. Foi uma experiência única e inolvidável.

Entretanto, tive também o privilégio de assistir ao vivo aos vários debates com o Cunhal.

Um, todo falado em francês, gravado no hotel Altis para a televisão francesa. É que em França seguia-se atentamente o que se passava em Portugal. Recordo bem uma entrevista de André Malraux, que ao referir-se a meu Pai, e aos socialistas portugueses, disse que “eles tinham demonstrado ao Mundo que os mencheviques também eram capazes de vencer os bolcheviques”.

O outro debate foi o célebre “olhe que não, olhe que não” para a RTP, nos velhos estúdios do Lumiar, onde fomos também com o Manuel Alegre.

Chegámos num pequeno mini, que ainda hoje conservo, e deparámo-nos, na Alameda das Linhas de Torres, com uma manifestação de apoiantes

comunistas que empunhavam bandeiras e gritavam muito. Findo o debate, e depois da vitória incontestável do meu Pai, o João Soares Louro, que era militante socialista e trabalhava na RTP, queria convencer o meu Pai a trocar de carro, porque os manifestantes comunistas estavam muito exaltados. O meu Pai respondeu-lhe tranquilamente que saía como tinha entrado, comigo no meu carro. E a verdade é que à saída fomos surpreendidos, não pelos comunistas que tinham desandado, mas sim pelos socialistas do Lumiar que tinham vindo felicitá-lo entusiasticamente.

Vivi estes tempos do PREC, no chamado verão quente, com uma grande cumplicidade com o meu Pai, até às primeiras eleições livres. Foram tempos de facto apaixonantes, únicos e irrepetíveis, em que se jogava tudo a todo o momento.

A posição do PS e dos socialistas democráticos foi sempre a da defesa intransigente da liberdade e da democracia e a de não permitir que uma nova ditadura de sinal contrário se instalasse em Portugal. A direita andava desaparecida, fugida e amedrontada. Outros mais à esquerda apelavam ao voto em branco, nas primeiras eleições livres, como sendo o voto no MFA. O 25 de novembro foi uma vitória dos militares moderados, liderados pelo chamado Grupo dos Nove, mas foi, sobretudo, uma vitória do PS, que liderou nas ruas de todo o país a contestação à deriva totalitária. As manifestações da Alameda e do Estádio das Antas, com centenas de milhares de pessoas, foram bem o exemplo disso.

Atualmente tenta-se reescrever a história desse tempo, esquecendo e até omitindo muitos factos. A falta de memória é gritante.

Mas a extrema coragem de meu Pai, que lhe vinha de uma luta sem tréguas contra a ditadura, a resistência firme perante todas as adversidades, desde as múltiplas prisões, à tortura do sono, ao isolamento dos curros, à deportação para S. Tomé e ao exílio, deram-lhe uma firmeza de convicções que o fizeram nunca ceder perante aquilo em que acreditava, a democracia e a liberdade.

Abandonei a faculdade durante este período, atrasei os estudos, acabei por mudar de curso e depois fui-me embora para outro país, como que para me encontrar comigo própria e criar a minha verdadeira identidade.

Mas hoje, olhando para trás, 50 anos depois do 25 de abril, e fazendo o balanço de uma vida, não trocava esta experiência por nada deste mundo, porque foi muito, muito enriquecedora. É que, como diria Chico Buarque da Holanda, “foi bonita a festa, pá”. E eu diria, foi mesmo muito bonita a festa, pá!

O resto da história é conhecida.

O meu Pai foi toda a sua vida um homem extremamente organizado, que guardou todos os seus papéis, notas, escritos, correspondência, panfletos

políticos, desde os seus 16 anos. Esse acervo extraordinário, que é hoje um dos mais importantes arquivos da história contemporânea portuguesa, com milhões de documentos, encontra-se depositado na Fundação Mário Soares-Maria Barroso.

Esta Fundação foi uma das suas últimas realizações e a concretização de um sonho, no sentido de perpetuar a sua ação e pensamento para as gerações futuras. Este é um património de todos nós, portugueses, que devemos cuidar e preservar.

Mário Soares, meu Pai, foi um homem indomado e indomável, que dizia sempre o que pensava e que nunca se deixava abater, mesmo quando estava sozinho contra quase todos. Lutou e resistiu até ao fim dos seus dias. Republicano, socialista e laico – era como se apresentava, com grande orgulho. Não gostava do pretensiosismo, da pequenez e da cobardia.

Para ele, era na liberdade e da liberdade que nascia tudo o que era bom em política. Acreditava no progresso económico e social, na emancipação pela educação e pela cultura, na paz pelo diálogo e pela concórdia.

A cultura, literatura, arte, história, pensamento, conhecimento, eram para ele a essência da vida. Dizia muitas vezes que “a literatura sempre me apaixonou. Sempre tive uma visão literária da vida e das personagens que encontrei no meu caminho”.

Adorava a cultura francesa, que conhecia bem, e amava a França, país que o acolheu.

Achava que a União Europeia “era o projeto político mais original e benéfico para as populações” e não descansou enquanto não conseguiu a adesão de Portugal, com o apoio determinante dos seus amigos socialistas europeus. Mas tinha um profundo orgulho no seu país, que conhecia como ninguém, e acreditava sobretudo na natureza humana.

Numa altura em que, em toda a Europa, cresce o discurso do ódio, do medo, do racismo e da xenofobia, e em que se assiste quase numa total indiferença à guerra na Ucrânia e ao genocídio em Gaza e aos bombardeamentos no Líbano, recordo as palavras de meu Pai no seu livro “*Português e Europeu*”, que nos devem continuar a inspirar e mobilizar para lutar por um mundo melhor:

“Se há um défice democrático, exija-se mais democracia a nível das instituições, e uma mais aprofundada participação dos cidadãos. Evitemos o fanatismo, a descrença, a deserção. Saibamos sacudir tudo isso. Tenhamos a coragem de cada um, na sua limitada esfera de ação, assumir as suas responsabilidades, com coragem. A palavra hoje mais importante em política.”

Mário Soares e o combate à ditadura nas páginas do *Portugal Socialista*

Pedro Marques Gomes

Investigador da Fundação Mário Soares e Maria Barroso

Mário Soares chegou a fazer números inteiros do *Portugal Socialista*. Quem o afirmou foi Tito de Morais, fundador e primeiro diretor do jornal, que acrescentou ainda: «Mário Soares que, mesmo das longínquas paragens equatoriais onde viveu desterrado quase um ano, se não esqueceu de me enviar – e até com certa regularidade! – os melhores artigos que *Portugal Socialista* publicou»¹.

Vivia-se a fase final do Estado Novo e Soares tinha bem consciência da relevância do jornal no combate travado pelos socialistas contra o Regime. Era muito importante como meio de ligação entre militantes da Acção Socialista Portuguesa (ASP), que, através das suas páginas, ficavam a conhecer melhor a sua atividade, mas era fundamental como arma política de denúncia do Regime. O jornal era, efetivamente, uma «arma de papel» no combate contra a ditadura.

Dez anos antes da Revolução de Abril, a formação da ASP, em 1964, significou uma nova etapa na luta dos socialistas contra a ditadura e na sua afirmação no seio da oposição. Mário Soares – que, com Francisco Ramos da Costa e Tito de Morais, fundara a organização política em Genebra – defendia que o movimento «devia ser suficientemente largo nos seus

¹ M. Tito de Morais, *O Portugal Socialista na Clandestinidade. 10 anos de Luta*. Edições Portugal Socialista, 1977.

parâmetros ideológicos para nele caberem desde os socialistas moderados (sociais-democratas, ao gosto vário europeu) até aos socialistas de formação marxista, estilo PSU francês e mesmo aos ex-comunistas, desenganados do stalinismo e convertidos ao pluralismo democrático»².

A ASP pretendia unir a esquerda não comunista, as diversas correntes que iam surgindo no chamado socialismo democrático e que poderiam ser agrupadas na nova organização. Apresentava-se como «um grupo de burguesia urbana, com um certo estatuto social ou que o vai adquirindo pelo acesso à educação». Sendo «recrutado maioritariamente nas profissões liberais, em especial o núcleo dirigente, é nos centros urbanos que desenvolve a sua actividade profissional e política».³ O próprio Soares, secretário-geral da organização, confessara que a ASP encontrava grande dificuldade de «penetração nos meios operários»⁴.

Os anos que se seguiram à fundação, são de intensa luta política, mas também de maturação da reflexão ideológica. Depois da primeira declaração de princípios (1964), um novo texto é apresentado em 1970, podendo ser destacadas, desde logo, duas ideias em particular: o objetivo de transformar a ASP em Partido Socialista (PS) – o que apenas vai suceder em 1973 – e a referência à defesa de uma democracia parlamentar e de reformas sociais como via para o futuro do país.

Era óbvio que os socialistas procuravam organizar-se, intensificar o combate político, ser mais mobilizadores e eficazes. Neste sentido, a divulgação da sua ação e das suas ideias assumia uma relevância elevada.

O Portugal Socialista e o «socialismo em liberdade»

Desde a sua fundação que a ASP tinha o objetivo de criar um jornal. A comunicação entre os socialistas era fundamental, assim como a partilha de ideias, valores, princípios e iniciativas. Dar-lhes maior visibilidade era uma tarefa difícil, mas essencial no contexto da oposição ao Regime. Por isso, as movimentações socialistas em torno da criação de um órgão oficial começaram de imediato, embora enfrentando inicialmente muitos obstáculos. Nasce, assim, a 1 de maio de 1967, o jornal *Portugal Socialista*, em grande medida devido aos apoios dos socialistas europeus. Isso é explicado na primeira edição do periódico: «É possível publicar *Portugal Socialista* porque

² M. Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia, 1974, p. 530.

³ S. Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Lisboa: Casa das Letras, 2005, pp. 164-165.

⁴ M. Soares, in M. Mesquita (org.), *Mário Soares na Construção da Democracia. Seis entrevistas históricas e um epílogo*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014, p. 51.

os socialistas portugueses encontraram um firme apoio para a sua luta nos socialistas franceses, italianos, belgas, escandinavos, suíços, ingleses, etc. Sem a ajuda destes companheiros que compreendem e sentem a tragédia em que nos debatemos, muito dificilmente teria sido possível levar por diante a iniciativa da publicação dum jornal socialista»⁵.

O *Portugal Socialista* foi fundado por Manuel Tito de Morais, a «alma do jornal» e o seu primeiro diretor. Não lhe restavam dúvidas de que este novo órgão era uma peça de grande relevância para os socialistas: «Estava firmemente convencido de que, se queríamos evitar que a ASP tivesse o mesmo fim dos movimentos socialistas que a precederam, tinha de possuir um órgão oficial de comunicação que lhe permitisse manter um permanente contacto com a população», escreveu, dez anos depois⁶. De resto, era impresso em Roma, onde o socialista se encontrava exilado. Também o *Portugal Socialista* era um jornal do exílio feito para os socialistas que se encontravam em Portugal e fora do país, integrando os vários núcleos da ASP. Os socialistas italianos passaram a disponibilizar aos portugueses a tipografia em que eles próprios preparavam o seu jornal, o *Avanti*, e assim o *Portugal Socialista* pôde ver a luz do dia. Passava a ser «o 'ponto de encontro' dos socialistas», procurando «enriquecer a direcção da Acção Socialista Portuguesa, com a sua experiência de luta, com as suas sugestões, com as suas críticas». Era «o órgão de todos os socialistas portugueses que, no interior do país e na emigração, lutam incansavelmente, contra o fascismo, tendo como eixo fundamental de referência o socialismo democrático»⁷.

Através do seu jornal, distribuído clandestinamente em território português, os militantes socialistas vão sendo informados das atividades da ASP, das ações dos seus dirigentes, de tomadas de posições, textos programáticos, entre outro tipo de publicações. Vão sendo igualmente publicados textos de reflexão ideológica e de análise política do país e do mundo (de figuras portuguesas e estrangeiras). Com uma periodicidade mensal (nem sempre respeitada), o facto de ser todo preparado e impresso a partir do exterior acarretava dificuldades acrescidas, como a sua distribuição pelos núcleos e a difícil mobilização de militantes que escrevessem para o jornal. Mário Soares estava em permanente contacto com Tito de Morais. Defendia acerrimamente a continuidade do projeto, mesmo perante dificuldades que lhe eram relatadas e que pareciam difíceis de superar. O diretor queixava-se da falta de colaboração no jornal. «Falavas-me do próximo número do PS

⁵ *Portugal Socialista*, 1 de maio de 1967, p. 1.

⁶ M. Tito de Morais, *O Portugal Socialista na Clandestinidade. 10 anos de Luta*. Edições Portugal Socialista, 1977, p. 7.

⁷ *Portugal Socialista*, 1 de agosto de 1967, pp. 1-2.

[*Portugal Socialista*]. Alguém se interessa? Não tenho um único artigo. Já estou habituado. É uma verdadeira tristeza!», escreve, desiludido, em carta ao secretário-geral⁸. Numa outra missiva, afirma: «O jornal tem estado ‘encalhado’ por falta de colaboração, mas penso também mandá-lo para a tipografia 2.ª ou 3.ª feira próxima, com o que tenho»⁹.

Ainda assim, apesar dos lamentos do diretor, que se sentia isolado na preparação do periódico, a verdade é que não deixou que a sua publicação falhasse, nem mesmo a distribuição aos militantes. Apesar de alguns atrasos, que por vezes existiam, o *Portugal Socialista* foi saindo de forma mais ou menos regular.

Como Tito de Morais, Soares tinha plena consciência da necessidade de não deixar morrer o projeto, por mais difícil que fosse mantê-lo. Procurava até alargar a sua publicação a outras línguas, ciente de que era também relevante dar a conhecer a luta da ASP aos socialistas europeus: «Pensou-se que o núcleo de Roma devia cessar o boletim e ocupar-se sobretudo em publicar mensalmente e com a maior regularidade o PS [*Portugal Socialista*] – mesmo que não receba a colaboração do interior ou dos outros núcleos. Para aproveitar a contribuição do PSDI [Partido Social Democrata Italiano] entendeu-se que uma vez por trimestre se devia publicar um número do PS [*Portugal Socialista*] em francês ou um boletim informativo em francês e inglês (...)»¹⁰.

Já em agosto de 1973, após a criação do Partido Socialista, o secretário-geral dá um conselho ao diretor do jornal procurando resolver o problema dos atrasos na entrega de artigos: «Quanto ao PS [*Portugal Socialista*], acho que deves marcar um dia certo, todos os meses, e fazê-lo sair, melhor ou pior, nesse dia: é a única maneira de as pessoas se habituarem a fornecer-te colaboração a tempo e horas, a começar por mim»¹¹.

Dificuldades à parte, ao folhearmos as páginas do *Portugal Socialista* ficamos a conhecer com maior profundidade a atividade dos socialistas e as suas posições políticas. Era esse o seu propósito essencial. Isso foi, aliás, explicado pelo jornal, na edição comemorativa do seu quarto aniversário: «Naturalmente o *Portugal Socialista* tem feito ‘política partidária’, no sentido em que deseja contribuir, sem equívocos, para o desenvolvimento orgânico e para um elevado nível ideológico da corrente que exprime – o socialismo em liberdade. Mas nunca esquece que, na situação anormal que

⁸ Carta de Tito de Morais para Mário Soares, 17 de março de 1971. Pasta: 11996.070. Arq. Mário Soares, FMSMB.

⁹ Carta de Tito de Morais para Mário Soares, 20 de junho de 1971. Pasta: 11996.077. Arq. Mário Soares, FMSMB.

¹⁰ Carta de Mário Soares para Tito de Morais, 21 de novembro de 1972. Pasta: 11996.117. Arq. Mário Soares, FMSMB.

¹¹ Carta de Mário Soares para Tito de Morais, 22 de agosto de 1973. Pasta 11996.127. Arq. Mário Soares, FMSMB.

vive o País – no tempo de Caetano como na era salazarista – o combate se trava essencialmente, no terreno da luta anti-fascista (...)»¹².

A par de pequenos textos nos quais se resumem conferências socialistas, congressos de partidos socialistas europeus ou da Internacional Socialista, com foco na participação dos dirigentes nacionais, sugestões ou críticas de livros de socialistas ou sobre socialismo, surgem por vezes textos de outra natureza. Apenas alguns exemplos: aquando da morte do escritor, resistente antifascista e militante da ASP, Manuel Mendes, é publicado um obituário da autoria de Tito de Morais e Ramos da Costa. Por outro lado, não deixam de noticiar também uma homenagem do Clube dos Escritores e Artistas de São Paulo ao escritor Urbano Tavares Rodrigues e, claro está, a fundação do Partido Socialista, em abril de 1973, em Bad Münstereifel (mas, uma vez que os partidos políticos continuavam a ser proibidos em Portugal, sem dar nenhum detalhe sobre o congresso e os fundadores do PS).

Os textos são assinados por vários socialistas, muito embora a maioria não refira o seu autor. Francisco Ramos da Costa, Tito de Morais, Victor Blanc, Álvaro Gomes e, claro, Mário Soares (por vezes através do pseudónimo Carlos Fontes), são alguns dos que assinam mais frequentemente os artigos. No contexto de censura prévia, que há décadas dominava o panorama informativo português, o *Portugal Socialista*, que era simultaneamente um jornal clandestino e do exílio, foi procurando cumprir o seu papel de jornal de propaganda política, ainda que com poucos recursos financeiros e humanos. Genericamente, o *Portugal Socialista* não se afastava da situação que caracterizava este tipo de publicações, que chegavam, como lembra Pacheco Pereira, apenas a uma escassa minoria de portugueses: «Mais do que uma geração e uma esmagadora maioria de portugueses só conhecia os jornais ‘visados pela comissão de censura’, e só uma pequena minoria alguma vez vira as folhas mal impressas, escondidas, dobradas, metidas em envelopes, dentro das folhas de um livro, em pacotes disfarçados de outra coisa, da imprensa clandestina. Republicanos, ‘reviravilhistas’, mações, anarquistas, sindicalistas revolucionários, comunistas, socialistas, todos publicaram clandestinamente panfletos e periódicos»¹³.

Mário Soares e a resistência à ditadura nas páginas do jornal

Já se disse que Mário Soares foi um dos mais profícuos autores de textos para o *Portugal Socialista*, umas vezes assinados com o seu nome, outras

¹² *Portugal Socialista*, julho de 1971, p. 1.

¹³ J. P. Pereira, *As Armas de Papel*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, p. 23.

sob pseudónimo. Foi também salientada a importância que Soares atribuía ao órgão oficial da ASP (e, depois, do PS). Afirmou um dia que o jornal era «uma chama de resistência, que chegava a Portugal, como um grito de revolta e um chamamento de esperança, pelos caminhos ínvios que a clandestinidade aconselhava, enviado pelo correio de diferentes partes do mundo, com disfarces vários, ou trazido em malas de turistas, recorrendo à solidariedade anónima de militantes dos partidos socialistas e socialis-democratas europeus»¹⁴.

Soares escreveu, republicou entrevistas suas (saídas na imprensa internacional) e foi, também ele, motivo de notícia no periódico. Na edição de 1 de outubro de 1967, são noticiadas as reuniões que o secretário-geral da ASP teve com o presidente do Partido Social Democrata e primeiro-ministro sueco, Tage Erlander, e com Olof Palme, que liderava o ministério das Comunicações. Uma notícia ilustrativa dos contactos travados internacionalmente por Soares (e do seu reconhecimento na Europa) e das relações que mantinha com as democracias europeias, essenciais para a luta política dos socialistas. A propósito desse encontro, os socialistas aproveitavam para sublinhar a sua posição relativamente ao lugar de Portugal na Europa: «Portugal, por força de circunstâncias inelutáveis, cada dia terá mais razões para ser um país europeu, voltado para a Europa moderada, democrática e socialista a caminho de construir-se e nela integrado de pleno direito, como lhe cumpre»¹⁵.

Na mesma edição do *Portugal Socialista*, publica-se, na primeira página, um texto de Mário Soares, sob pseudónimo, a propósito da saída do governo do ministro da Justiça João Antunes Varela. O conteúdo é arrasador em relação à conduta de Antunes Varela, que se manteve no cargo durante treze anos. Escreveu Soares: «Limitou-se a debitar periodicamente uns tantos fastidiosos discursos muito catedráticos e completamente inúteis e a cobrir com a sua autoridade de professor de Direito a ilegalidade institucionalizada. Mudo a todas as reclamações tendentes a transformar Portugal num Estado de Direito, instigador da repressão política feita a coberto de leis de excepção e no fundo anti-constitucionais, abandona o palco político nacional pela mesma discreta porta do fundo por onde entrara»¹⁶.

Em dezembro desse ano de 1967, oito meses antes da queda de Salazar da cadeira, Soares, novamente sob pseudónimo, analisou aquele que viria a ser o último discurso do ditador, proferido quatro dias após as trágicas

¹⁴ Mário Soares, prefácio a *O Portugal Socialista na Clandestinidade. 10 anos de Luta*. Edições Portugal Socialista, 1977, p. 3.

¹⁵ *Portugal Socialista*, 1 de outubro de 1967, p. 2.

¹⁶ *Portugal Socialista*, 1 de outubro de 1967, p. 1.

cheias de Lisboa. Salazar quis escondê-las. «Porque não abordou Salazar, no seu discurso, um tal problema?», questionou Soares, acrescentando: «Ora as zonas atingidas não foram os bairros visíveis de Lisboa: foram os bairros de lata, que estão escondidos, as construções clandestinas, sem condições de segurança e de salubridade, as barracas, os tugúrios em áreas sem esgotos nem infraestruturas, onde se alberga, em condições de miséria e de promiscuidade incríveis, grande parte da população trabalhadora da capital»¹⁷. Soares destapava o manto da pobreza, da miséria e da destruição, que Salazar queria, a todo o custo, esconder, designadamente através da Censura.

No início do ano seguinte, o periódico dava conta de que o líder socialista havia sido preso, pela polícia política, no forte de Caxias. Passara, inclusive, o Natal e o ano na cadeia. As páginas do jornal, nas edições seguintes, encheram-se de notícias sobre a sua situação e de manifestações de solidariedade. A Internacional Socialista, o Partido Trabalhista inglês, o Partido Socialista Unificado italiano, o Partido Socialista belga e suíço, os Partidos Sociais Democratas da Suécia, de Israel e da Dinamarca, entre tantos outros, enviaram protestos contra a prisão de Soares que foram sendo publicados no jornal.

Em março de 1968, a primeira página do *Portugal Socialista* teve o rosto de Soares. O motivo foi a sua deportação para S. Tomé, por ordem de Salazar, na sequência do caso «Ballet Rose». O Regime fixou-lhe ali residência, por tempo indeterminado. O jornal já estava pronto quando se soube da notícia, o que obrigou a mudar de imediato a capa. «O velho ditador, rancoroso e obstinado, responde aos protestos internacionais vindos de partidos, organizações e homens públicos prestigiosos, responde aos clamores da opinião pública portuguesa, com soberano desprezo, encadeando uma nova violência na série de violências, perseguições e limitações da sua actividade intelectual e política de que são vítimas, na nossa terra humilhada e oprimida, homens como Mário Soares»¹⁸. Nas edições seguintes uma onda de revolta perante o que se passara e de solidariedade para com Soares invade o jornal. Voltará a fazer manchete em novembro, quando, já por decisão de Marcello Caetano, Soares regressou a Lisboa.

O jornal deu, no ano seguinte, relevo à campanha eleitoral e, também aí, Mário Soares teve amplo destaque como candidato pela CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), ainda que, para essas eleições de 1969, tenha sido criado propositadamente um boletim da CEUD, intitulado *Unidade Democrática*. Em março de 1970, republica-se uma entrevista que

¹⁷ *Portugal Socialista*, 1 de dezembro de 1967, p. 5

¹⁸ *Portugal Socialista*, março de 1968, p. 1.

o secretário-geral da ASP concedera ao Estado de S. Paulo. Mais uma vez, o ataque ao governo fica bem patente nessa entrevista.

Após Soares denunciar a ditadura portuguesa e a política colonial do governo, na conferência de imprensa realizada no Overseas Press Club, em Nova Iorque, em abril de 1970, desenvolve-se rapidamente, em Portugal, uma campanha caluniosa contra o socialista. Soares parte então para o exílio e é de Paris que envia os textos que são publicados no jornal até 1974. Dois anos antes, em 1972, a ASP entrou na Internacional Socialista, embora com um estatuto de observador. Foi no XII Congresso da organização internacional, realizado em Viena, em que participaram Mário Soares e Tito de Morais e no qual estiveram presentes o chanceler alemão Willy Brandt, o chanceler austríaco Bruno Kreisky, o primeiro-ministro da Suécia Olof Palm, a primeira-ministra de Israel Golda Mayer, François Mitterrand, Harold Wilson, e tantos outros.

Esse foi o mote para uma nova reflexão de Carlos Fontes – portanto, de Mário Soares – sobre a ASP, publicada nas páginas do periódico. «Falemos acerca da ASP» é o título do seu artigo. Nele Soares afirma: «Uma coisa são os fins visados, outra, as necessidades e contingências da conjuntura presente. Neste plano, realista, a ASP pensa que a tarefa inadiável do momento consiste em lutar contra o fascismo, contra o colonialismo e contra a alienação económica, social e política do nosso Povo. Essa luta é prioritária e prévia a tudo o resto. Num país como Portugal, fascismo, colonialismo e alienação popular (que explica, por exemplo, o drama da emigração) são realidades intimamente relacionadas que se influenciam reciprocamente»¹⁹. Soares deixava claras aquelas que considerava serem as prioridades da ASP, num momento em que se falava de divergências e de possíveis aproximações no seio da oposição, designadamente entre socialistas, comunistas e extrema-esquerda.

Mário Soares mantinha-se bem informado sobre a evolução política e social em Portugal. Por isso, não é de estranhar que, no início de 1973, tenha escrito que esse ano «pode ser – e deverá ser – um ano decisivo na luta pelo restabelecimento da democracia em Portugal». Na sua lúcida e perspicaz análise, sublinhava os motivos internos que o levaram a essa conclusão, como a «deterioração progressiva da situação política, económica e social portuguesa» e a «crescente disposição de luta dos anti-fascistas», e motivos externos, como o «isolamento internacional cada vez maior do governo Caetano, do seu descrédito profundo»²⁰.

¹⁹ *Portugal Socialista*, setembro de 1972, p. 4.

²⁰ *Portugal Socialista*, janeiro de 1973, p. 1.

Depois de, só em agosto dar conta da fundação do PS (mas, ainda assim, com um expressivo «Viva o Partido Socialista» na primeira página), o *Portugal Socialista* refere-se à «farsa eleitoral de 1973» e Soares («Carlos Fontes») denuncia a «repressão e a chantagem» contra os candidatos da oposição. «As ameaças, as intimidações e as violências, não vão faltar. Caetano está de cabeça perdida e perdeu a vergonha. Não cuida mais da sua reputação 'legalista' porque sabe que ninguém mais nela acredita», escreve²¹. Apela ainda à resistência e a um apoio firme aos candidatos. Seria uma das últimas edições a preto e branco do jornal.

A cor chega em maio de 1974, saudando a saída do *Portugal Socialista* da clandestinidade e o seu aparecimento à luz do dia livremente. O Regime tinha sido derrubado pelo Movimento das Forças Armadas e o povo estava nas ruas, de norte a sul do país, a viver a Revolução. Soares regressara do exílio e, ao chegar de comboio a Lisboa, é da janela da estação de Santa Apolónia que fala à multidão que o vai esperar, a 28 de abril. Esse momento, captado por dezenas de fotógrafos que lá se encontravam, está na primeira página do *Portugal Socialista* de maio. Nessa edição, de há cinquenta anos, escrevia Mário Soares, no primeiro editorial em liberdade: «ele [*Portugal Socialista*] deverá servir para divulgar a orientação do partido socialista, para consolidar o trabalho organizativo dos seus militantes e como um instrumento de informação e de diálogo entre os socialistas. Não se pretende uma Bíblia nem um catecismo nem deseja ser um meio de auto-glorificação e de elogio do trabalho do partido. Pretende, pelo contrário, estimular a crítica e o debate fecundos, pelo que está aberto a todos os militantes que o queiram utilizar»²².

Iniciava-se uma nova fase da vida do país. O jornal iria passar por profundas transformações, mantendo-se, no entanto, como um órgão fundamental para o Partido Socialista. Soares continuou a nele escrever, certo da sua relevância nos novos combates políticos que a democracia havia de trazer. No ano em que se iniciam as comemorações do Centenário de nascimento de Mário Soares, visitar o que escreveu neste jornal, durante a ditadura, é uma oportunidade de conhecer melhor o seu pensamento e a sua ação política através de textos, que são importantes escritos de resistência.

²¹ *Portugal Socialista*, outubro de 1973, p. 4.

²² *Portugal Socialista*, maio de 1974, p. 1.

Os cem anos de Mário Soares nos cinquenta do 25 de Abril

Augusto Santos Silva

Professor universitário. Membro do PS

1. Cultura, política, liberdade

Em 2004, o jornal *Público* lançou uma série de quatro antologias de poesia portuguesa, pedidas a personalidades contemporâneas, sob o título genérico de *Os poemas da minha vida*. Ela iniciou-se com a antologia preparada por Mário Soares, a qual seria reeditada em 2005 com um novo prefácio, contendo a sugestão de que a série prosseguisse com escolhas de poetas de outros países de língua portuguesa (Soares, 2005: 8).

Quero aqui recordar quatro traços da seleção de Mário Soares. O primeiro é a preocupação de cobrir a história da nossa literatura, começando em D. Sancho I (“muito me tarda/ o meu amigo na Guarda!”) e terminando em José Carlos Ary dos Santos. O segundo, a insistência nos poetas do século XX, que ocupam praticamente dois terços do volume. O terceiro é o foco na temática da liberdade, assim como na temática nacional. E o quarto, a valorização do seu conhecimento pessoal e das relações de amizade e de cumplicidade literária e política com vários dos antologados.

Creio que este é um bom ponto de partida para abordar o pensamento e a ação política de Mário Soares, no ano do centenário do seu nascimento (Soares nasceu em 1924 e faleceu em 2017). Como se verá no tempo devido, também pode ser um bom ponto de chegada. Mas, por enquanto, justifiquemos a

opção inicial. Quem ler as suas duas grandes obras de introspeção e reflexão intelectual – *Portugal amordaçado*, editado em versão resumida, em francês, em 1972, e, no seu texto completo, no nosso país, apenas depois do 25 de Abril (e de que citarei a recente edição crítica, de 2023); e *Um político assume-se: ensaio autobiográfico político e ideológico*, publicado em 2011 – facilmente se dá conta de que ele pertenceu a uma tradição que concebia a política como o prolongamento natural e necessário de uma maturidade intelectual assente na prática da razão crítica. Na lição de António Sérgio – a justo título identificado por Soares como “incontestavelmente o grande mestre” da sua geração (Soares, 2023: 109) – o exercício da razão, levando à ciência e à cultura, implicava a exigência de um empenhamento cívico orientado pelos valores das Luzes. O “homem público”, como então se dizia, era indissociavelmente um cultor da literatura e das artes e um combatente da liberdade e do progresso. Ao longo da vida, Soares foi isso mesmo. Sempre usando de modéstia, às vezes excessiva e até um pouco estudada, quanto às suas capacidades e conhecimentos intelectuais, explicando lacunas com as obrigações da luta política e preferindo definir-se como admirador convicto das grandes personalidades de ciência e cultura com que ia privando, Mário Soares nunca deixou os créditos de escritor por mãos alheias e, desde a tese de licenciatura em Histórico-Filosóficas sobre as ideias políticas e sociais de Teófilo Braga até aos artigos e ensaios que escreveu já octogenário, construiu um acervo intelectual no qual política e cultura estiveram sempre ligadas.

O traço principal da ligação é, sem dúvida, a palavra que mais bem define o lugar de Mário Soares na contemporaneidade portuguesa: liberdade. Por isso, poderíamos agradecer ao acaso da história esta singular coincidência de duas efemérides: os cem anos do nascimento de Soares e os cinquenta da Revolução dos Cravos. Da sua parte, Soares bem o merece, não só porque foi o líder inquestionável da nossa revolução democrática – aquela que viria a ser expressa pela Constituição de 1976, definindo o regime político por que Soares sempre se bateu: uma democracia pluralista, civilista e socialmente avançada – como também porque a liberdade que o 25 de Abril restituiu aos portugueses foi exatamente a liberdade por que ele batalhou incansavelmente, desde a adolescência.

2. Unidade na resistência e autonomia na política

Vista como um todo, a contribuição de Mário Soares para o pensamento e a ação política em Portugal pode ser caracterizada em vários eixos. Sem preocupação de exaustividade, identificarei uns tantos, antes e depois do 25 de Abril.

Antes, o primeiro foi a articulação entre as várias famílias e gerações políticas democráticas que alimentaram a oposição à ditadura do Estado Novo. Era gente que se reclamava, no que respeita aos antecedentes oitocentistas, ou do liberalismo progressista, ou do socialismo mais ou menos utópico, ou do republicanismo; e que, no século XX, valorizava, mais ou menos entusiasticamente, ou então criticamente, a experiência da Primeira República. Gente com anterior carreira política, ou vinda mais dos domínios do pensamento; e que se quedara pelo ideário fundamental do liberalismo político, ou procurara pôr-se em dia com as tendências ideológicas propriamente novecentistas. O facto é que, como outros, mas ele com particular afinco e eficácia, Soares empenhou-se nessa articulação entre as diversas correntes de um campo plural, aliás dividido por divergências internas e experiências de vida e ação pública por vezes contraditórias, e no seu diálogo com as novas ideias e estruturas emergentes na área antifascista, designadamente o comunismo, a social-democracia e alguma dissidência católica. Ele próprio filho de um antigo ministro republicano e ativo conspirador do (como então se dizia) revirinho, João Soares, frequentador desde muito novo dos meios republicanos e socialistas (designadamente do grupo da *Seara Nova*), discípulo de figuras como António Sérgio, Mário Azevedo Gomes, Bento Jesus Caraça e Jaime Cortesão, atento às contestações militares a Salazar e à capacidade federadora de militares como Norton de Matos e Quintão Meireles, e ao mesmo tempo envolvido na ação prática organizada pelo Partido Comunista Português (PCP), Soares procurava, como explicou em *Portugal amordaçado*, atualizar a matriz republicano-liberal com uma coloração mais socialista; e mobilizar mais gente além dos círculos locais do velho republicanismo, designadamente entre os estudantes e os trabalhadores. Querendo tirar todo o partido da mudança do contexto internacional decorrente da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Depois, nos anos 50, época de refluxo, e 60, com novos impulsos à contestação ao regime, a mesma preocupação de articulação de várias correntes presidiu à sua ação. O que, operada a rutura pessoal e política com o PCP, se traduziu fundamentalmente na reunião das gerações e linhagens de origem republicana e socialista com as fraturas e dissidências internas ao regime, nomeadamente as protagonizadas por Henrique Galvão e por Humberto Delgado. Portanto, do ponto de vista do pensamento político, pode e, a meu ver, deve considerar-se Mário Soares como um dos elos de ligação entre, de um lado, o velho republicanismo e a *Seara Nova* – com a sua crítica de esquerda à República – e, do outro, as correntes europeias de esquerda democrática, parcialmente triunfantes na Europa do Pós-Segunda Guerra.

Está, porém, nesse esforço, animado de um propósito claro, que é ir progressivamente estabelecendo, dentro do heterogêneo campo da oposição antissalazarista (cuja fragilidade ele não escondeu, como bem se vê em *Portugal amordaçado*), a individualidade e autonomia de uma corrente de opinião e, sobretudo, de uma forma e estrutura de atuação propriamente socialistas. A fundação da Ação Socialista Portuguesa, em 1964, foi um primeiro momento determinante (cf. Martins, 2005a); como foram, depois, o ensaio de demarcação face ao setor de oposição tendencialmente hegemônico pelo PCP e seus companheiros de estrada (e que incluía também oposicionistas católicos e personalidades mais independentes), nas eleições de 1969 – com a apresentação de listas separadas da CEUD, Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, nos círculos de Lisboa, Porto e Braga; e, enfim, a fundação do Partido Socialista, na Alemanha Ocidental, em abril de 1973 (cf. também Martins, 2005b ou Gomes, 2019). Os últimos capítulos de *Portugal amordaçado* evidenciam bem este esforço de autonomização e este combate pela liderança intelectual e política da Oposição antifascista – o que passou também pela atualização programática das correntes republicanas e socialistas, sobretudo naquela área em que se encontravam mais reféns de velhos preconceitos e juízos, ou seja, a questão colonial. Como assinala Fernando Rosas (2023: 24-27), este é um dos aspetos decisivos daquela atualização, pondo finalmente os socialistas em linha com a evolução internacional, atentos aos movimentos de libertação, sensíveis ao mal-estar vivido nas Forças Armadas e preparados para as tarefas do pós-ditadura (cf. Martins, 2005a).

Não é Soares o ideólogo desta autonomização, mas sim Mário Sottomayor Cardia (1941-2006). É este que, no opúsculo muito significativamente intitulado *Por uma democracia anticapitalista*, editado pela Seara Nova em 1973, e no contexto da crítica à ilusão marcelista de “liberalização pela tecnocracia”, teoriza o socialismo democrático com base numa tripla diferenciação: face ao que chama de “socialismo autoritário”, da então Europa de Leste; face ao “capitalismo”; e face à “social-democracia”, que se limitava a gerir o capitalismo (Cardia, 1973: esp. 48-49, 59-61). Mais tarde, Cardia aprofundará esta oposição entre o que designa por “socialismo de distribuição”, democrático, e “socialismo de coletivização”, autoritário, sustentando a necessidade de “lutar pela autonomização intelectual” do primeiro face ao segundo, bem como contra a “ilusão de um coletivismo democrático” (Cardia, 1982: 130-131). No prefácio a este livro, também sintomaticamente intitulado *Socialismo sem dogma*, Mário Soares (1982) faz questão de deixar uma síntese doutrinária do socialismo democrático e as razões da sua divergência fundamental com o comunismo: a defesa dos direitos humanos,

de eleições livres, do pluralismo político, a recusa da violência e de qualquer tipo de ditadura...

Se não lhe coube o protagonismo doutrinário, coube-lhe, contudo, indubitavelmente a liderança política – quer do ponto de vista da organização, quer quanto ao programa de ação. Duas dimensões essenciais, de que Soares cuidou com particular empenho nos últimos anos 60 e início dos 70, e nas quais se inscrevem a decisão de fundar o partido em 1973, preparando-o para uma mudança política que intuía iminente; e, não menos importante, a formalização dos laços de pertença e comunicação com a família socialista, social-democrata e trabalhista europeia, com uma intensa campanha de afirmação internacional, na Europa e nas Américas, das suas ideias e da sua pessoa. Como Tiago Fernandes ainda recentemente recordou – contrariando um certo mito – não era o PCP a única força política organizada, na Oposição, à data do 25 de Abril (Fernandes, 2024: 103). Mesmo sem implantação nem estrutura equivalentes, o PS existia, incorporava uma tradição e uma linha próprias e era reconhecido externamente; e isso devia-se sobremaneira à pertinácia de Mário Soares.

3. Partido-cadinho

O posicionamento político expresso por Mário Soares nos anos terminais do Estado Novo levanta duas questões interessantes, uma do ponto de vista doutrinário e a outra do ponto de vista tático.

Soares sustentará que era então europeísta, anticolonialista e neutralista, isto é, “nem pró-russo, nem pró-americano” (Soares, 2011: 76-77). Crítico da “política de blocos”, não poupava também distâncias face às democracias ocidentais, a cuja cumplicidade atribuía a sobrevivência do fascismo na Península Ibérica, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Falou mesmo de uma traição das democracias (Soares, 2023: 122-221). Depois, a tolerância de que Estados Unidos, Inglaterra, França ou Alemanha iam dado provas, nas Nações Unidas, na NATO e no plano bilateral, face à ditadura portuguesa e à sua política colonial, causava-lhe natural desconforto, quer moral, quer político (cf. Castaño, 2024: 13-48). A própria necessidade de preservar a autonomia socialista, disputando ao PCP a hegemonia no campo anti-fascista, conduzia a uma diferenciação das respetivas linhas políticas que (apesar da ênfase no cooperativismo e na autogestão) não assentava tanto na política económica e social, e sim no entendimento do que devia ser a democracia política. Numa conjuntura interna onde eram evidentes os laços entre os grandes grupos empresariais e o Estado Novo, e numa

conjuntura externa onde a questão colonial era a pedra de toque, o melhor critério para a diferenciação dos socialistas não estava na sua adesão ao programa de reforma democrática do capitalismo, ou à *realpolitik* das relações internacionais, mas outrossim na defesa intransigente da liberdade e do Estado de direito, com a conseqüente crítica explícita e severa da União Soviética e dos seus satélites do Leste Europeu, bem como da concepção leninista do partido-vanguarda e da ditadura do proletariado. Daí a tal “democracia anticapitalista” teorizada por Sottomayer Cardia.

O aspeto tático era, pois, muito relevante. Exatamente por causa das limitações da ação política (devidas ao aparelho repressivo do Estado Novo e à fragilidade organizativa das forças da Oposição democrática, em parte efeito da intervenção deste aparelho, em parte resultante de características da estrutura social portuguesa e em parte originada por debilidades e divisões dos próprios meios oposicionistas), a demarcação político-doutrinária entre socialistas e comunistas (e seus aliados) não podia assumir a forma de uma rutura e competição aberta, que só favoreceria o governo de Marcello Caetano. Tinha outrossim de combinar a diferenciação e concorrência doutrinária e estratégica com a aceitação, e mesmo procura, de entendimentos circunstanciais, na resistência e combate antifascista. Nos alinhamentos europeus, o novel PS estava muito mais próximo dos congêneres francês e italiano, que, embora em contexto democrático, também lidavam com partidos comunistas bem implantados. Internamente, a ambigüidade pautaria o relacionamento entre as direções do PCP e PS, que cultivavam, em 1973, sinais de aproximação e unidade (contra o regime marcelista) e sinais de distinção e antagonismo.

Acresce que a base política do movimento que o PS veio estruturar – a base dos seus fundadores, ativistas e companheiros de estrada – se situava claramente à esquerda. Nela convergiam, não apenas a tradição liberal-republicana e socializante ou social-democrata, mas também uma ampla variedade de ideias marxistas, neomarxistas, radicais e libertárias. Em 1973, a sua declaração de princípios e programa foram motivo de vivo debate entre militantes mais moderados e militantes mais assertivos; e os textos aprovados eram, em matéria económica e social, tipicamente anticapitalistas e coletizantes: a sua aposta fundamental era a combinação da socialização económica com a democracia parlamentar (cf. Martins, 2005a: 211-220; 2005b). De tal forma que o próprio Soares, agindo à revelia dos camaradas, decidiu relativizar as propostas económicas mais radicais (cf. Reis, 2005a: 53-54). O pluralismo interno, a ambigüidade programática e a sua gestão tática por Mário Soares ficariam como “marcas genéticas do PS” (Castaño, 2024: 43). Assim chegaria a 1974; e a efervescência revolucionária

mais intensificou a sua natureza, tão bem descrita por António Reis “como uma espécie de mosaico vivo de quase toda a esquerda não estalinista e da própria tradição liberal republicana” (Reis, 1979: 38), “um ‘partido-cadinho’ da esquerda não estalinista e da tradição liberal republicana” (Reis, 2005b: 96). Na perspetiva das ideias políticas, esta foi uma contribuição fundamental do grupo de quadros e ativistas de que Mário Soares se tornou expoente: unia-os a valoração da liberdade; e isso, que era o cimento que ligava sensibilidades muito diversas em matéria de políticas públicas, era ao mesmo tempo o que mais radicalmente os distinguia das correntes totalitárias, de esquerda como de direita. Os socialistas seriam sempre aqueles que colocavam em primeiro lugar a liberdade, não aceitando subordiná-la à ordem, à autoridade, à organização ou à igualdade. Era o “socialismo em liberdade”, traço de união já claramente expresso no fim do antigo regime e que virá a revelar-se absolutamente crucial entre 1974 e 1976.

4. Partido-charneira numa democracia de partidos

Mário Soares foi, incontestavelmente, o grande líder civil da Revolução dos Cravos – e o principal responsável pelo triunfo da revolução democrática, no processo de transição política entre 1974 e 1976. Não foi, claro, o único protagonista: o 25 de Abril propriamente dito não se compreende sem invocar Otelo Saraiva de Carvalho, Salgueiro Maia, Melo Antunes, Vasco Lourenço e tantos outros militares; depois, o desenlace constitucional não se compreende sem lembrar outra vez Melo Antunes e todo o Grupo dos Nove, Costa Gomes, Ramalho Eanes, e sem colocar ao lado de Soares as figuras de Salgado Zenha, Manuel Alegre, Raul Rego, Henrique de Barros, Jorge Miranda e várias outras.

Mas como podemos sintetizar e, ao mesmo tempo, individualizar o contributo do primeiro secretário-geral do PS? A meu ver, em três pontos essenciais. O primeiro foi a clara consciência de que o sucesso da transição democrática portuguesa e a garantia de que ela se fizesse pela via demoliberal – quer dizer, a vitória da revolução portuguesa como uma revolução democrática – passavam crucialmente pelo alinhamento europeu. Como representante especial da Junta de Salvação Nacional, antes mesmo da formação do I Governo Provisório, em seguida como ministro dos Negócios Estrangeiros e sempre como líder do PS, Soares foi o rosto externo do novo regime e o interlocutor incontornável de todos os parceiros estrangeiros relevantes, europeus e americanos. Revelou-se decisiva a rede de contactos laboriosamente construída, ao longo das duas últimas décadas

do Estado Novo, designadamente na família socialista. Mas igualmente decisivo era o pensamento europeísta de Soares, que sempre o caracterizou: a ideia básica de que o lugar de Portugal era na Europa e o modelo da sua futura democracia encontrava-se na Europa do Pós-Guerra. Como escreveu lapidarmente em 2011:

“Desde o princípio, achei que a Revolução dos Cravos devia ser uma revolução democrática de tipo ocidental, com três objetivos essenciais: descolonizar, como forma de pôr fim às guerras coloniais; democratizar, legitimando o poder político, segundo as indicações do voto popular; e desenvolver, aproximando-nos da Europa da CEE [Comunidade Económica Europeia], que seria o contraponto da perda das colónias, que julgava inevitável” (Soares, 2011: 202).

O segundo ponto a reter foi o travão que Soares colocou às tentativas de alteração de rumo protagonizadas por Spínola enquanto foi Presidente: a presidencialização do regime e o adiamento (ou não concretização) da descolonização. O PS esteve com a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas e o Conselho de Estado, recusando o chamado Plano Palma Carlos (que previa uma constituição provisória sujeita a referendo e a antecipação da eleição presidencial); e Soares coincidiu (sobretudo) com Melo Antunes na ideia de que a descolonização era ela própria condição prévia para a democratização (cf. Soares, 2011: 179, 195).

O terceiro ponto é, evidentemente, a luta pela democracia representativa, pluralista e civilista, de que será o grande vencedor. Digo bem, luta: nas instituições, na cena internacional, nas urnas e nas ruas. A “democracia de partidos” – na fórmula que tantas vezes empregou – assente na legitimidade eleitoral e liberta de tutela militar, “uma Democracia pluralista e pluripartidária, com dimensão social, de tipo ocidental e predominância parlamentar” (Soares, 2011: 215): eis o objetivo para que mobilizou, a partir do PS, o conjunto da sociedade portuguesa, e em torno do qual edificou a aliança com os setores militares moderados, os partidos parlamentaristas (em particular, o PPD), parte importante da Igreja Católica e múltiplos apoios internacionais; e que faria do PS o partido-charneira do sistema português. Por esse objetivo se bateu, primeiro contra Spínola e Palma Carlos, e depois, em crescendo ao longo de 1975 (a partir da primeira grande rutura, a propósito da unicidade sindical, em janeiro), contra o PCP, a Intersindical e o setor militar gonçalvista, contra a extrema-esquerda civil e militar, e várias vezes contra o Presidente Costa Gomes (noutras, aliás cruciais, seu aliado). Vencedor da aposta nas eleições e vencedor das eleições, vencedor no processo de elaboração da Constituição (largamente inspirada, aliás, naquela ideia de combinação entre democracia parlamentar e socialização económica, que já vimos tão presente na fundação do PS), Soares venceu

também na intuição de que a prioridade política imediata, logo após a deposição de Américo Tomás e Marcello Caetano, era a transformação do PS num partido popular, num “partido da classe média e dos trabalhadores” (Soares, 2011: 182). Foi esta capacidade de mobilização social e de utilização de procedimentos de massas (como comícios e manifestações) que permitiu ao PS garantir que a legitimidade revolucionária aceitasse a legitimidade eleitoral – e, portanto, no limite lhe sucumbisse.

É, pois, verdade o que diz certa historiografia algo nostálgica da efervescência revolucionária: que, em 1975, o PS liderou, contra o PCP, a restante esquerda e as unidades militares radicalizadas, e em apoio do setor militar moderado e/ou profissional, vinculado às Forças Armadas como instituição separada (sigo Medeiros Ferreira, 2023), uma ampla frente política e social, onde couberam os partidos à sua direita e forças sociais moderadas e reacionárias. O que falta dizer, e deve ser dito, sob pena de se perder todo o sentido da realidade das coisas, é que, precisamente porque a liderou, o PS orientou essa frente, não para pôr em causa a Revolução dos Cravos, mas para que ela vencesse como revolução democrática – para realizá-la, no pleno sentido da palavra, na nova institucionalidade democrática que, em 1976, sucessivamente a aprovação da Constituição e a concretização do primeiro ciclo eleitoral (para a Assembleia da República, o Presidente da República, as assembleias legislativas regionais e as autarquias locais) vieram estabelecer – e que, anos mais tarde, mercê do acordo entre PPD e PS, a revisão constitucional de 1982 iria completar, impondo a subordinação do poder militar ao poder civil.

5. Portugal e a Europa

Os contributos de Mário Soares para o pensamento e a prática política, em Portugal e na Europa, não se esgotam nestas duas etapas essenciais da resistência antifascista e da revolução democrática. Muitos aspetos deveriam ser destacados, quer na sua governação, à frente dos I, II e IX governos constitucionais (1976-1978 e 1983-1985), quer nos dois mandatos como Presidente da República (1986-1996), quer posteriormente, até à morte. Para ser breve, salientarei apenas um aspeto em cada um destes três últimos períodos.

Assim, a melhor maneira de compreender a governação de Mário Soares é situá-la no quadro da preparação e consumação da integração europeia, cujo tratado foi assinado, nos Jerónimos, em junho de 1985 e que se materializou a 1 de janeiro de 1986. O saneamento das contas públicas, a

primeira vaga de privatizações, a nova reforma agrária e a recuperação do setor privado na economia, reequilibrando Estado e mercado, assim como as políticas sociais, em particular a fundação do Serviço Nacional de Saúde, sem esquecer o alinhamento internacional pelas Nações Unidas, o Conselho da Europa e, em geral, pelo campo das democracias – tudo pode e, creio, até deve ser inscrito nesse propósito e percurso essencial de adesão à então CEE. Soares sempre foi claro na assunção de que democracia política e integração europeia eram as duas faces da mesma moeda – e que esta era a melhor salvaguarda de que o país podia dispor para aquela. Por seu lado, o que mais impressiona no exercício presidencial de Soares foi a aguda percepção de quanto era indispensável, para o primeiro Presidente civil eleito por sufrágio universal – e depois de uma renhidíssima disputa eleitoral – colocar à frente de todas as demais preocupações a unidade nacional, assim como cultivar uma forma de relação tão próxima e direta quanto possível com o conjunto da população, em todo o território. Sem descurar a teoria e a prática do que chamou “magistratura de influência”, ou a projeção internacional que procurou (que tantos quiseram ridicularizar, ridicularizando-se a si mesmos, no seu paroquialismo), ou a valorização da cultura e dos meios intelectuais (aspecto a que dava pessoalmente grande realce), entendo que é a proclamação inicial de ser o “Presidente de todos os portugueses” e a criação das “presidências abertas” o que mais bem caracteriza o seu estilo presidencial.

Finalmente, após Belém, se se destacam a vivacidade e a inquietude que sempre demonstrou, ativo interna e internacionalmente, puxando por causas tão importantes como o oceano, pensando e refletindo publicamente, e por escrito, com personalidades do gabarito de Fernando Henrique Cardoso, Federico Mayor e quantos mais; se impressiona a militância política permanente, seja como eurodeputado (1999-2004), seja como candidato a novo mandato presidencial (e a maneira notável como reagiu a esse enorme fracasso, cf., por exemplo, Soares, 2011: 463-515), seja no combate às políticas de austeridade do tempo da *troika* (2011-2014) – julgo, todavia, que o traço essencial desta última fase de vida pública é a defesa da autonomia do socialismo democrático. Outra vez – tal como tinha acontecido nos anos 60 e primeiros 70, ainda sob o Estado Novo, e depois, tão violentamente, no combate implacável com o PCP durante a Revolução. Agora, é a autonomia reafirmada não só contra o adversário de outrora, o “comunismo totalitário” fragorosamente caído com a Queda do Muro de Berlim, como contra o “neoliberalismo” dominante, criador do “capitalismo selvagem”. A autonomia que novamente lhe parece indispensável, designadamente para salvar a Europa da sua própria decadência (cf. Soares, 2011:

509-511), vê-a, agora, sobretudo premente na denúncia da cartilha neoliberal, da sua influência nos círculos internacionais e da sua penetração nos partidos de centro-esquerda.

6. Liberdade, socialismo e europeísmo

Como acontece frequentemente com as melhores figuras, Mário Soares (2011: 203) retratou-se melhor do que ninguém, quando escreveu que “desde o início, o PS tinha uma linha política [...] a que sempre fui fiel, não obstante alguns pequenos desvios táticos que as diferentes conjunturas impuseram”. Algumas oscilações foram certamente mais do que “pequenos desvios” e viriam a representar ambiguidades, reversões ou derivações ideológicas significativas, ou controvérsias e disputas políticas muito relevantes. Soares é, aliás, implacável consigo próprio, quando escarpaliza (em 1972, em *Portugal amordaçado* ou em 2011, em *Um político assume-se*) os seus próprios “erros”, não os escondendo nem se poupando.

Mais importante seria, assim houvesse espaço, analisar a complexa gestão da pluralidade interna do PS, seja no plano doutrinário (revisitando, designadamente, o distanciamento de Soares face às lideranças socialistas europeias dos anos 90 e às propostas da Terceira Via), seja nos grandes enfrentamentos que protagonizou, em Portugal, com Ramalho Eanes, Salgado Zenha, o grupo conhecido como Ex-Secretariado (cf. Reis, 2005b), ou mesmo no choque com a linha política de oposição de Guterres a Cavaco Silva através da renovação programática dos Estados Gerais para um Nova Maioria (a que parcialmente contrapôs o Congresso Portugal e o Futuro). Depois, o entusiasmo com o Fórum de Porto Alegre e a dissonância que introduziu com as bases da política externa do PS, bem como as propostas quase frentistas que fez ou apadrinhou, nos duros anos da *troika*, mereceriam também atenção cuidada.

Deixo o ponto assinalado, apenas para fazer homenagem a Mário Soares, cuja envergadura não é compatível com qualquer tentativa de ignorar as polémicas, demarcações e manobristas táticos em que esteve envolvido. Mas o que realmente interessa é compreender a grande profundidade e extrema coerência do núcleo essencial do seu pensamento e prática: a tal “linha política” a que, como bem disse, foi sempre fiel.

Soares é portador de escolhas estratégicas claríssimas, de que nunca duvidou e que nunca abandonou: a liberdade, a democracia pluralista, o socialismo democrático, o europeísmo. Soares é o estrénuo defensor do primado da política: do primado da política sobre a economia, sobre os poderes

separados, sobre a ideologia e sobre o falso moralismo da virtude. Soares é o que vive a política com paixão, porque nunca deixou de viver a vida por causa da política: é o anti-asceta, o paladino da política como obrigação mas também prazer. Soares é um dos maiores patriotas que Portugal conheceu, exatamente porque foi implacável com toda a sorte de pequenez que diminuía o seu país e procurou sempre engrandecê-lo, não o prendendo numa história mitificada, mas abrindo-o ao futuro, modernizando-o, dirigindo-o para novos desafios e descobertas.

E Soares – o Soares que discursou na Fonte Luminosa como o Soares que escolheu os “poemas da sua vida” – foi um dos políticos portugueses que mais longe levou a fecundação recíproca entre política e cultura, um dos que mais teriam merecido a perspicaz observação de Fernando Pessoa (2015: 176): “o interesse pela cultura geral [...] é que de facto distingue os políticos que deveras o são”.

E, assim, partindo da cultura, à cultura chegámos. Algo me diz que Mário Soares teria gostado¹.

Referências bibliográficas:

- Canas, Vitalino (org.) (2005): *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras: Celta.
- Cardia, Mário Sottomayor (1973): *Por uma democracia anticapitalista*, Lisboa: Seara Nova.
- Cardia, Mário Sottomayor (1982): *Socialismo sem dogma*, s.l.: Europa-América.
- Castanho, David (2024): *Mário Soares e o 25 de Abril: o essencial*, Coimbra: Edições 70.
- Fernandes, Tiago (2024): *Portugal, 1974-1975: revolução, contrarrevolução e democracia*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, José Medeiros (2023): *A Revolução do 25 de Abril: ensaio histórico* [1983], 3.ª ed., Lisboa, Shantarin.
- Gomes, Pedro Marques (2019): *Breve história do Partido Socialista*, s.l.: Público.
- Martins, Susana (2005a): *Socialistas na oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada: Casa das Letras.

¹ Talvez se justifique uma pequena nota pessoal – assim mesmo, em discreto rodapé. Eu sou um dos derrotados de Mário Soares na Revolução dos Cravos. A democracia que ele propunha soava demasiado institucional – distante dos problemas imediatos dos homens e mulheres comuns – demasiado recuada – face às possibilidades de transformação económica e social – e demasiado comprometida com a dominação capitalista. A democracia direta, o poder popular de base, a revolução permanente, pareciam, à minha gente, uma alternativa necessária e eficaz, quer ao pendor totalitário do PCP, quer à moderação receosa do PS. Demorei alguns anos a compreender plenamente que o que então me parecia puramente formal – os direitos civis e políticos, as liberdades e garantias individuais, as regras do Estado de direito – era mesmo o chão essencial de tudo o resto; que, sob a vertigem do radicalismo a todo o preço, se podiam esconder as piores pulsões de repressão e controlo; e, sobretudo, que não éramos nós que compreendíamos o povo em nome do qual dizíamos falar e, por não o compreender nem escutar, era de uma enorme arrogância querer escolher em seu nome e sua vez. Como bom democrata e como político astuto, Soares não desistiu de nós e, após nos ter vencido, não desistiu de nos convencer. As razões por que a mim me convenceu, ousou pensar que terão ficado claras neste texto.

- Martins, Susana (2005b): "A fundação do Partido Socialista em 1973", in Canas, Vitalino (org.) (2005), pp. 29-49.
- Pessoa, Fernando (2015): *Sobre o fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto, Lisboa: Tinta-da-China.
- Reis, António (1979): *O marxismo e a revolução portuguesa*, s.l.: Edições Portugal Socialista.
- Reis, António (2005a): "O Partido Socialista na revolução: da via portuguesa para o socialismo em liberdade à defesa da democracia pluralista", in Canas, Vitalino (org.) (2005), pp. 51-93.
- Reis, António (2005b): "O Partido Socialista na revolução, no poder e na oposição: da dialéctica com o projecto nacional-militar à dialéctica com o eanismo", in Canas, Vitalino (org.) (2005), pp. 95-127.
- Rosas, Fernando (2023): "O livro e a sua circunstância", in Mário Soares, *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, reed., Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 16-36.
- Soares, Mário (1982): "Prefácio" a Mário Sottomayor Cardia, *Socialismo sem dogma*, s.l.: Europa-América, pp. 13-19.
- Soares, Mário (2005): *Os poemas da minha vida* [2004], 2.ª ed., Lisboa: Público.
- Soares, Mário (2011): *Um político assume-se: ensaio autobiográfico político e ideológico*, s.l.: Temas e Debates.
- Soares, Mário (2023): *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo* [1972, 1974], reed., Lisboa: Imprensa Nacional.

SINDICALISMO,
DEMOCRACIA E
PROGRESSO SOCIAL

O PS e a Questão Sindical. Contributo para a continuação do debate

Carlos Trindade

Presidente da Mesa do Congresso da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN e seu antigo líder. Ex-membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Introdução

No cinquentenário do 25 de Abril, cujas raízes se iniciam no período marcelista, pretendemos, com este contributo, continuar a discutir a relação do PS com o movimento sindical e os sindicalistas socialistas, no contexto da experiência histórica deste período temporal. Ou seja, a questão sindical.

O presente ensaio vai, pois, tratar da matéria político-sindical e abordará as concepções, estratégias e estruturas orgânicas do movimento sindical e quais as perspetivas do PS para o movimento sindical e a sua articulação com os sindicalistas socialistas.

Estruturámos este trabalho em três partes:

- I. O PS e o movimento sindical, antes e imediatamente após o 25 de Abril;
- II. O movimento sindical português depois do 25 de Abril e o papel do PS e dos sindicalistas socialistas;
- III. O PS e a questão sindical, sua atualidade e necessidade.

I. O PS e o Movimento Sindical, antes e imediatamente Após o 25 de Abril

Os socialistas integraram os sindicatos desde sempre. Porém, de uma forma geral, fizeram-no individualmente, com certas referências sobre a ideologia e de uma forma não estruturada. Socialistas, reconhecidos publicamente como tal, foram militantes ou dirigentes sindicais antes do 25 de Abril. Falamos de *Kalidás Barreto*, trabalhador dos lanifícios, que foi deputado à Assembleia Constituinte pelo PS e que foi dirigente do Sindicato dos Lanifícios de Castanheira de Pera; *Maldonado Gonelha*, electricista, que foi Ministro do Trabalho do PS, tinha sido dirigente do Sindicato dos Electricistas de Lisboa; *Ruben Rolo*, comandante da Marinha Mercante, era militante do Sindicato dos Capitães e Oficiais da Marinha Mercante e foi membro do Secretariado e da Comissão Executiva da CGTP-IN entre 1977 e 1991; *Carlos Alves*, um dos quatro sindicalistas que assinaram, em nome dos respetivos sindicatos, a carta convite de 1 de Outubro de 1970 para a primeira reunião da Intersindical, foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa antes do 25 de Abril e, posteriormente, dirigente do SITAVA¹ e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN nos anos noventa. Para além destes, muitos outros sindicalistas anónimos, de variados sectores a nível nacional, intervieram nos “sindicatos nacionais” e assumiram-se posteriormente socialistas.

Porém, antes do 25 de Abril e imediatamente após, não tinham expressão pública nem dirigiam sindicatos. Porquê? *Primeiro*, porque, durante o período que estamos a analisar, existia a Ação Socialista Portuguesa (ASP), fundada em 1964, e o PS só foi fundado em 1973. *Segundo*, porque a existência dessas organizações não pressupunha uma forte organização clandestina e, aquela que existia, tinha como principal preocupação organizar o próprio partido. *Terceiro*, porque, na composição social da ASP e, depois, do PS, predominavam as profissões liberais, intelectuais, quadros técnicos e outros estratos da classe média, havendo poucos contactos com o meio operário e sindical, facto que se refletia na ausência de militantes sindicais experientes. *Quarto*, porque o primeiro objetivo da ação política era a conquista prévia das liberdades, ao qual todos os restantes se subordinavam. *Quinto*, o ambiente político era radicalizado e influenciado ou pelo PCP ou pelas várias organizações e partidos da extrema-esquerda, enquanto o socialismo democrático era pouco apoiado, o que limitava o campo de recrutamento de militantes sindicais operários. *Sexto*, as alianças no seio dos sindicatos, entre os socialistas e outras forças, eram difíceis de realizar, fosse com o PCP e a extrema-esquerda, fosse com os católicos progressistas, também eles influenciados pelo basismo e sensíveis ao radicalismo. *Sétimo*, havia,

¹ SITAVA – Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos

face à questão sindical, em vários quadros do PS, uma certa ingenuidade, quer quanto aos princípios (como entender a autonomia sindical, como o partido se deve relacionar com os sindicalistas, entre outros), a estrutura e organização, quer quanto ao papel e o objetivo do PCP no sindicalismo. *Oitavo*, constatavam-se muitas destas situações ou dificuldades quer em Portugal quer no seio da emigração portuguesa, campo específico com possibilidades de ação e recrutamento, o que, contudo, não se concretizou. *Nono*, uma divergência interna de opiniões sobre a questão sindical, resultado da diversidade das “*famílias ideológicas*” que compunham o PS (mais esquerdistas, centristas ou conservadoras).²

O resultado final do conjunto destes fatores impediu, quer antes quer no período imediatamente posterior ao 25 de Abril, que o PS tivesse aprovado uma linha clara e eficaz de ligação e participação dos trabalhadores e de intervenção dos militantes socialistas no movimento sindical.

Alguns dos principais dirigentes socialistas compreendiam esta situação e o risco que acarretava para o desenvolvimento e implantação do próprio partido. Para além de Mário Soares que, em *Portugal Amordaçado, Depoimento sobre os anos do fascismo*, comenta a situação sindical, outro destacado dirigente e um dos principais fundadores da ASP, Ramos da Costa, tinha esta preocupação, a qual transmitiu a Mário Soares numa carta datada de 8 de Abril de 1965, quando afirma que “...é indispensável que a ASP tenha uma prise [sic] sobre os trabalhadores e saia do ghetto das profissões liberais, dos intelectuais e do caciquismo local versão 1965.”³ No mesmo sentido se pronuncia um outro fundador da ASP, Tito de Moraes, que, numa carta escrita também a Mário Soares em 18 de Março de 1970, escreve: “...já está em marcha a organização da ASP na Europa. (...) Claro que nesta tarefa (...) me dirijo sobretudo aos trabalhadores, deixando de parte os intelectuais que têm a resolução de todos os problemas no bolso e a minha ideia principal é dar uma formação sindical – sem descurar a política – a todos os que se quiserem juntar a nós. Para tanto procuro que se inscrevam nos sindicatos nos países onde trabalham e onde for possível criar nesses Sindicatos secções portuguesas”⁴. A dificuldade foi a de passar das palavras aos atos e há autores que referem mesmo que “... deste trabalho nas estruturas corporativas quase sempre se alhearam aqueles círculos socialistas (...) que, a partir da segunda guerra mundial, tinham feito sucessivas tentativas de reorganizar em Portugal um movimento ou partido (...)”⁵.

² “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, págs. 250 a 254 e Susana Mendes, “Socialistas na Oposição ao Estado Novo”, págs. 200 e 201

³ Susana Mendes, “Socialistas na Oposição ao Estado Novo”, pág. 99

⁴ Ibidem, pág. 132

⁵ O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, págs. 250 a

Antes do 25 de Abril, a intervenção político-sindical nos “sindicatos nacionais” tinha uma relação íntima com o combate antifascista. Neste combate, intervieram todas as correntes ideológicas, partidos, movimentos e grupos políticos, assim como os militantes católicos progressistas. Uns mais e outros menos organizados no exterior dos sindicatos, todos contribuíram para mobilizar os trabalhadores. As únicas duas forças que tinham orientações precisas, capacidade organizativa, meios materiais, quadros experientes, disponíveis e dedicados a essa intervenção, eram o PCP e a Igreja católica. Desta forma, mais contribuíram para este processo. O resultado deste “*investimento político-sindical*” foi que tinham mais implantação, logo, influência, nos “sindicatos nacionais”. O exemplo paradigmático desta realidade é que os quatro sindicatos que subscreveram a carta convite de 1 de outubro de 1970, dirigida a quinze outras direções sindicais que não seguiam a linha do sindicalismo corporativo ligado às orientações do regime, propondo que se reunissem para discutir problemas sindicais, e de que acabou por resultar a fundação da então chamada Intersindical, tinham Direções compostas principalmente por militantes destas duas forças, a saber: os *Metalúrgicos de Lisboa*, por militantes de várias proveniências ideológicas, incluindo católicos progressistas, socialistas (Carlos Alves) e o então presidente, António Santos Júnior, veio a ser um dos fundadores do MES; os *Bancários de Lisboa*, dirigido por militantes do PCP, donde se destaca Daniel Cabrita; os *Lanifícios de Lisboa*, o seu presidente, Manuel Correia Lopes, tinha sido presidente da Juventude Operária Católica de Lisboa e veio a ser um dos fundadores do MES; e os *Caixeiros de Lisboa*, dirigido por militantes do PCP, Manuel Gomes Peres.

A dificuldade de implantação do PS e, anteriormente, da ASP, no movimento sindical é, pois, resultado da génese da reconstrução da organização política socialista durante os anos sessenta e setenta, no contexto de um mundo em profunda e acelerada mudança e, no âmbito nacional, de luta contra a ditadura e pelas liberdades. Se antes do 25 de Abril as dificuldades eram enormes, depois da Revolução os recursos existentes eram, naturalmente, direcionados prioritariamente para implantar o partido a nível nacional.

Somente a partir de 1975, o PS assumiu na sua plenitude a importância que o sindicalismo tinha numa sociedade democrática e agiu decisivamente na salvaguarda de ambos.

A constatação desta realidade histórica permite-nos ter mais distanciamento crítico sobre o passado, de forma a melhor compreender o presente e contribuir para uma prospetiva do futuro.

254 e Susana Mendes, “Socialistas na Oposição ao Estado Novo”, pág. 248

II. O Movimento Sindical Português depois do 25 de Abril e o Papel do PS e dos Sindicalistas Socialistas

Para tratar deste tema, vamos estabelecer quatro períodos históricos, tendo como quadro de referência o processo político da época, a saber:

- Do 25 de Abril ao 28 de setembro – a implantação sindical;
- Do 28 de setembro ao 11 de março, os desafios do movimento sindical – a unicidade;
- Do 11 de março ao 25 de novembro – o sindicalismo no PREC;
- Após o 25 de novembro, que sindicalismo?

Esta “grelha temporal”, eminentemente política, é fundamental para compreendermos a ação do sindicalismo naquele tempo histórico. Em cada um destes períodos, o movimento sindical adaptou a sua tática aos acontecimentos políticos em curso.

Do 25 de Abril ao 28 de setembro – a implantação sindical

Imediatamente, no próprio dia 25, os sindicatos de Lisboa que participavam nas reuniões intersindicais reuniram-se para uma primeira análise e convocaram uma reunião para o dia seguinte, 26 de Abril. Nesta reunião, foi aprovado um Caderno Reivindicativo com 14 pontos para entregar à Junta de Salvação Nacional (JSN), o primeiro dos quais era que fosse decretado o 1.º de Maio como feriado nacional. Apesar de algumas resistências do General Spínola, no dia 27, a JSN decretou o 1.º de Maio feriado nacional.⁶ O primeiro 1.º de Maio em Liberdade, comemorado em alegria incontida, foi uma ação que reforçou de forma indelével o conteúdo popular do próprio 25 de Abril.

Nos dias seguintes deram-se, principalmente, dois tipos de ações sindicais:

- (i) *grupos de trabalhadores, uns já organizados anteriormente e outros organizados espontaneamente, dirigiram-se aos “sindicatos nacionais” que tinham direcções corporativas, sanearam-nas⁷ e constituíram comissões diretivas provisórias, que colocaram o aparelho sindical ao serviço dos trabalhadores, motivando-os a participarem e democratizando o seu funcionamento;*
- (ii) *nos sectores socioprofissionais que estavam impedidos de terem sindicatos (em especial, todos os subsectores da administração pública) surgiram também grupos para os dinamizar e constituir.*

Em ambos os casos, a composição destes grupos era heterogénea. Muitos eram independentes, porém, muitos dos seus membros, ou se não mesmo a maioria, eram militantes do PCP que, na generalidade, os lideravam. Desta forma, o PCP teve o “*retorno do seu investimento*” político e material

⁶ Decreto-Lei 175/74. de 27 de abril e CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – págs. 185 a 188

⁷ *Ibidem*, pág. 192

(e de sofrimento humano dos seus militantes) de dezenas de anos junto aos trabalhadores: passou a dirigir a maior parte dos sindicatos então existentes, ou seja, passou a hegemonizar o movimento sindical português. De facto, a organização sindical corporativa (filiação obrigatória, instalações, recursos materiais e financeiros) manteve-se, mas a sua função mudou radicalmente – passou a estar ao serviço dos trabalhadores, a defender os seus interesses, a haver participação democrática, a ser dirigida por trabalhadores, apesar destes, maioritariamente, serem militantes do PCP. Desta forma, este passou a hegemonizar um dos mais importantes meios políticos para poder realizar a sua ação política.

Por sua vez, a própria Intersindical passou de algumas dezenas de sindicatos, como sucedia antes do 25 de Abril, para mais de uma centena de aderentes ou simpatizantes⁸. Mas todos com uma linha comum – apoiavam o 25 de Abril e o processo democrático. Nos dias 8 e 9 de maio, a Intersindical realizou o seu primeiro plenário em liberdade e, entre muitas outras deliberações, decidiu, sobre a contratação colectiva, que *“a greve é uma arma a usar pelos trabalhadores para resolver os conflitos das relações de trabalho, mas é uma arma que deverá ser usada como meio último (...) e isto para evitar os aproveitamentos que os inimigos do Povo, da Democracia e dos trabalhadores, fariam dum uso indiscriminado ou indevido da greve.”*⁹

Poucos dias depois do 25 de Abril, principalmente nas empresas privadas, criou-se um grande movimento espontâneo de trabalhadores, a maioria sem relação com os sindicatos, que elegeram Comissões representativas e elaboraram cadernos reivindicativos. Em geral, reivindicavam: *primeiro*, o saneamento, nas empresas, das chefias mais repressivas no tempo do fascismo; *segundo*, a melhoria das condições de trabalho, particularmente aumento de salários e a redução de horários, entre outras¹⁰. A inexperiência, a ausência de consciência política e a espontaneidade de muitos trabalhadores proporcionou, nesta acção basista, o caldo de cultura para a intervenção e fortalecimento dos movimentos da extrema-esquerda e o consequente radicalismo.

O primeiro Governo Provisório tomou posse em 16 de maio, tendo como primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos. Avelino Gonçalves, até então Presidente do Sindicato dos Bancários do Norte, era o Ministro do Trabalho, indicado pelo PCP. Este facto expressa a percepção pública sobre a influência que o PCP tinha nos meios operários e sindicais. Uma das suas principais medidas foi a publicação do primeiro Salário Mínimo Nacional

⁸ Ibidem

⁹ Ibidem, pág. 198

¹⁰ Ibidem, pág. 201

(SMN) de 3.300\$00, em 27 de maio. Este governo cai em 11 de julho, devido a manobras palacianas conservadoras do General Spínola. O segundo tomou posse em 18 de julho, tendo como primeiro-ministro o General Vasco Gonçalves. O Ministro do Trabalho passou a ser o capitão Costa Martins, do MFA. Este governo cai em sequência dos acontecimentos do 28 de setembro, *“em cujo decurso os sindicatos e a Intersindical desempenharam um papel fundamental”*¹¹, ocorrendo ainda a demissão de António de Spínola como Presidente da República.

No período entre o 25 de Abril e o 28 de setembro, a Intersindical e os sindicatos intervieram político-sindicalmente, mas respeitando a linha orientadora acima foi referida, ou seja, a greve seria usada como meio último, de forma a não colocar em causa o processo democrático. Neste quadro, é muito interessante referir uma *“reunião dos empregados de escritório, a 28 de maio, onde algumas intervenções alertaram para a possível falta de bens de consumo essenciais, falências e paralisações de serviços públicos, devido às greves. Nessa altura, o coordenador da Intersindical, Francisco Canais Rocha, alertou: “há grandes preocupações a nível do Governo Provisório e das Forças Armadas, porque os trabalhadores não tomam consciência da situação que estamos a viver, a reação está a tirar partido dos acontecimentos (...) se o movimento grevista não for rapidamente dominado, nomeadamente nos sectores fundamentais, aumentará o clima de insegurança e de protesto.”*¹²

Do 28 de setembro ao 11 de março, os desafios do movimento sindical – a unicidade

A primeira consequência do 28 de setembro foi a queda do segundo Governo Provisório e a tomada de posse do terceiro, em 1 de outubro, continuando primeiro-ministro o General Vasco Gonçalves, tendo terminado o seu mandato a 26 de março de 1975.

Sindicalmente, este foi o período mais intenso posteriormente ao 25 de Abril e no qual se abriu a primeira grande clivagem entre o PS, por um lado e, por outro, o PCP e outras forças da extrema-esquerda.

A causa foi a questão da unicidade sindical, cujo conceito é que a lei impõe a *“unicidade orgânica (unicidade)”*: *“não poderá constituir-se nenhuma organização sindical que vise representar trabalhadores cuja categoria já esteja representada por uma organização sindical do mesmo tipo”*¹³. A Intersindical, após o 28 de setembro e na sequência da dinâmica política criada após este acontecimento, começou a defender publicamente esta posição, para

¹¹ O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, pág. 255

¹² CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – págs. 203 e 204

¹³ CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – pág.227

tanto mobilizando os trabalhadores através de assembleias, plenários, reuniões e colóquios realizados durante os meses de novembro e dezembro¹⁴. Dentro do governo, por seu lado, o ministro Álvaro Cunhal sustentava a mesma posição. “A 2 de janeiro de 1975, o Conselho dos 20 (...) discute a lei sindical e aprova a unicidade por unanimidade, enviando-a para o governo.”¹⁵ De imediato, “No dia 7 de janeiro, Salgado Zenha, um dos principais dirigentes do PS, com um artigo publicado no Diário de Notícias sob o título ‘Unicidade sindical ou o medo da Liberdade’, marca a transformação da discussão desta questão numa batalha política que só viria a amainar com a consagração do pluralismo sindical na Constituição da República Portuguesa de 1976.”¹⁶

No dia 13 de janeiro, o capitão Vasco Lourenço comunicou publicamente “que a lei foi aprovada por unanimidade no Conselho”¹⁷.

A Intersindical responde às críticas com uma manifestação na Praça de Londres, a 14 de janeiro, que enche a praça. O PS reage a 16 de janeiro e realiza, por sua vez, um comício no Pavilhão dos Desportos, que encheu por completo, tendo ficado milhares de pessoas no exterior. A Lei Sindical (decretos 215/A e 215/B) foram publicados a 30 de abril de 1975, cinco dias após as primeiras eleições livres, para a Assembleia Constituinte.

Deste processo, duas questões centrais se colocam: (i) Qual a real importância política desta lei? (ii) Porquê o Conselho Coordenador (Conselho dos Vinte) do MFA aprovou por unanimidade esta lei?

Sobre a primeira questão, a “nova lei sindical fora sucessivamente adiada (...) [enquanto os] responsáveis pelo sector do Trabalho no governo (ministro Avelino Gonçalves e secretário de Estado Carlos Carvalhas, coadjuvados pelo ministro sem pasta Álvaro Cunhal) aguardavam o momento mais vantajoso para fazer aprovar pelo executivo a sua nova lei sindical, ensejo que julgaram ter surgido com os acontecimentos do 28 de setembro (...)”¹⁸. No PS, Marcelo Curto, em novembro, tinha iniciado o combate à unicidade, valorizando as Comissões de Trabalhadores¹⁹. Porém, foi Francisco Salgado Zenha, com o artigo já referido, que colocou os principais pontos políticos, escrevendo “que a unicidade consagrada no projeto-lei violava o princípio de liberdade sindical inscrito no Programa do MFA. A imposição legal da unidade (dizia Zenha) era própria dos regimes de partido único, como a União Soviética”, acrescentando que “a filiação obrigatória de todos os trabalhadores nos

¹⁴ Ibidem, págs. 227 e 228

¹⁵ Ibidem, pág. 229

¹⁶ Ibidem

¹⁷ Américo Nunes, *Conversas carregadas de História com dez sindicalistas de Abril*, testemunho de Canais Rocha, pág. 67

¹⁸ O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, págs. 255 e 256

¹⁹ Ibidem

*sindicatos únicos (...) ia mais longe que o sistema de quotizações obrigatórias do corporativismo.*²⁰ Zenha, poucos dias depois, no calor da discussão pública, afirmaria que “... o direito à liberdade sindical pertencia ao povo e ninguém podia imolá-lo ou sacrificá-lo.” Se se impusesse por decreto um sindicato único, “pela mesma lógica amanhã se poderá impor um partido único, uma imprensa única.”²¹ O PS, como atrás se descreveu, investiu politicamente toda a sua força para impedir a aprovação da lei, o que não conseguiu.

Neste confronto, é importante relevar que a posição da Intersindical e do PCP não era unânime. “No próprio Secretariado da Intersindical e em alguns sindicatos houve dirigentes e outros membros que, por razões diferentes, se opuseram à consagração da unidade na lei. Foram opiniões minoritárias, (...) mas que não tiveram grandes repercussões públicas, pois era evidente que a vontade da maioria dos dirigentes e dos trabalhadores era a favor da unicidade.”²² Muito interessante é, também, a opinião de Canais Rocha, Coordenador da Intersindical até 25 de setembro de 1975²³, sobre esta matéria. Numa entrevista que concedeu a Américo Nunes, no livro *Conversas carregadas de História com dez sindicalistas de Abril*, recorre a um artigo da *Análise Social* ²⁴, onde se refere que “Até novembro de 1974, todas as tendências representadas nas direções dos antigos sindicatos oposicionistas participarão no seu Secretariado”, para afirmar: “Isto é verdade até esta altura, até se travar a batalha pela unicidade.”²⁵ Mais à frente, torna a referir o mesmo artigo, que diz “... esta lei [lei sindical] é contestada, mesmo dentro do PC, entre outros, Canais Rocha opôs-se (discretamente) a que a unidade fosse imposta pela lei, porque existiam outros meios para evitar a divisão sindical”. Américo Nunes pergunta-lhe diretamente: “Opuseste-te?” e Canais Rocha responde: “Sim, sim.”²⁶

Quer o livro da CGTP-IN, quer este testemunho de Canais Rocha, demonstram que esta matéria era altamente polémica no interior do PCP e no seio dos seus sindicalistas. Um sindicalista como Canais Rocha, então coordenador da Intersindical, valorizar o debate e a democracia interna como forma de manter a unidade sindical, em detrimento da imposição legal da unicidade, é muito significativo. A constatação inserida no livro referido e

²⁰ O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, pág. 257

²¹ Ibidem, pág. 258

²² CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – pág. 230

²³ Américo Nunes, *Conversas carregadas de História com dez sindicalistas de Abril*, testemunho de Canais Rocha, pág. 66

²⁴ Números 114/91 e 115/92, da autoria de Manuel Lucena e Carlos Gaspar

²⁵ Américo Nunes, *Conversas carregadas de História com dez sindicalistas de Abril*, testemunho de Canais Rocha, pág. 63

²⁶ Ibidem, pág. 65.

o testemunho de Canais Rocha sugerem que somente através da disciplina partidária (e do afastamento do próprio Canais Rocha da Intersindical) o PCP conseguiu concretizar o seu objectivo de impor a unicidade na lei. Porquê? Por duas razões principais: *primeiro*, porque essa era a sua real concepção sindical; *segundo*, porque considerava que, após o 28 de setembro, haveria condições para começar a acelerar o processo político. Para isso, necessitava de ter o movimento sindical e a sua influência junto aos trabalhadores, não só hegemonizado pelos seus militantes (que era a concepção de Canais Rocha, como se deduz da leitura integral da entrevista) mas, de facto, controlado pelo aparelho de Estado que, noutro plano, intentava controlar através do referido aceleração do processo político. Neste quadro, é muito importante constatar que foi pelo final de 1974 e início de 1975 que se dão as primeiras ocupações de latifúndios²⁷. A própria Intersindical, na manifestação de 14 de janeiro de 1975, “...*defende a unicidade e reivindica a nacionalização da banca e dos seguros, das indústrias básicas e dos transportes, a entrega da terra a quem a trabalha, o controlo do comércio externo, o combate ao desemprego e o saneamento efetivo a todos os níveis.*”²⁸

A unicidade era, pois, poder-se-á concluir, parte de uma estratégia política global do PCP, face à qual o PS e os sindicalistas socialistas se opuseram – o artigo de Zenha expressou essa estratégia e traçou a linha de oposição do PS.

Em síntese, respondendo à primeira questão acima colocada, poder-se-á concluir que Zenha tinha razão quando enquadrou a questão sindical sobre a unicidade no quadro do conceito de Liberdade bem como sobre a estratégia política do PCP e as razões da oposição do PS.

Quanto à segunda questão, à época, o Conselho Coordenador (o Conselho dos Vinte) do MFA estava muito preocupado com a vaga de reivindicações descontroladas e de greves que grassava por todo o país, estimuladas principalmente pelos movimentos de extrema-esquerda, e as respostas que o poder económico lhes estava a dar – a sabotagem económica era uma delas. A fragilização da economia colocava em causa o próprio processo democrático e dava argumentos à extrema-direita, sedenta de vingança contra o 25 de Abril. O apoio unânime do MFA à unicidade sindical poderá sugerir que o MFA, tendo observado a estratégia responsável da Intersindical quanto às greves entre o 25 de Abril e o 28 de setembro, terá concluído que era preferível ter uma organização sindical forte, que enquadrasse o mundo operário, do que deixar desenvolver a possível criação

²⁷ Ibidem, nota de rodapé na pág. 48

²⁸ CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – pág. 229

de novos sindicatos, que criariam mais conflitos laborais e consequente deterioração da economia, à imagem do que já existia em muitas empresas com as comissões de trabalhadores. E a sua conclusão poderá ter sido o apoio à unicidade. Não sabemos se esta análise foi feita, ou não. A realidade é que, no contexto da época, a decisão do MFA coincidiu com a estratégia do PCP face à unicidade, desconhecendo-se se o terá feito taticamente ou ingenuamente. Sobre esta questão, importa conhecer a opinião do então Presidente General Francisco Costa Gomes que, quando interrogado sobre a matéria pela investigadora Maria Manuela Cruzeiro, respondeu: *“Foi um problema muito complicado, a que resisti durante muito tempo, já que, quanto a mim, numa democracia deve haver pluralismo sindical. Só que os elementos que constituíam a Comissão Coordenadora e a Assembleia do MFA me disseram, entretanto, que a maior parte dos trabalhadores – operários, agricultores, empregados de escritórios, etc. – defendia a existência de uma única central sindical. Acrescentavam o facto de, nos países onde havia mais que uma central sindical, o movimento sindical não funcionar. Apresentavam como exemplo a França, onde, na altura, havia três centrais sindicais e as contradições entre elas fazia com que os direitos das classes trabalhadoras não fossem suficientemente defendidos. Foi de facto, com base nesses dados que assinei o decreto sobre a unicidade sindical. Arrependi-me posteriormente da decisão, ao verificar a existência de muitas pessoas que não se identificavam com a única central sindical, que, como se sabe, era controlada pelo PCP.”*²⁹

A Lei Sindical foi aprovada em 21 de janeiro pelo Conselho de Ministros, mas ficou retida por várias razões, nomeadamente o 11 de março, tendo sido publicada na véspera do 1.º de Maio de 1975.³⁰

O aceleramento do processo estava a criar inúmeras tensões, para além do grande conflito político que se abriu no seio das Esquerdas a propósito da unicidade – de um lado o PS e, do outro, o PCP e vários partidos e movimentos de extrema-esquerda.

Uma das suas consequências foi o impacto no movimento sindical. O PS iniciou uma política de alianças sindicais com o PSD e partidos de extrema-esquerda maoísta, em particular com o MRPP, *“configurando uma aliança momentaneamente eficaz, mas politicamente espúria”*³¹. A primeira dessas consequências foi no Sindicato dos Bancários do Norte, no qual a Direcção presidida por Avelino Gonçalves, do PCP e Ministro do Trabalho do I Governo Provisório, foi derrotada em janeiro de 1975 por uma aliança composta por sindicalistas de várias origens, desde o PSD à extrema-esquerda, presidida

²⁹ Maria Manuela Cruzeiro, “Costa Gomes, o Último Marechal”, págs. 268 e 268

³⁰ O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, pág. 259

³¹ Ibidem

por Júlio Ribeiro, militante católico da BASE-FUT³². Canais Rocha, sobre este processo, disse que “*Fizeram a Santa Aliança, começámos a perder os sindicatos de serviços nessa altura, bancários, seguros, escritórios...*”³³

No período entre o 28 de setembro e o 11 de março, sindicalmente, o acontecimento relevante é a unicidade e a consequente resposta do PS à sua aprovação, ou seja, a política de alianças construída para enfrentar a estratégia do PCP e outros partidos e movimentos da extrema-esquerda, sendo certo que merece relevo a posição de apoio, por unanimidade, do MFA à unicidade. Politicamente, foi no final deste período que se iniciou o aceleração política do processo democrático.

Do 11 de março ao 25 de novembro – o sindicalismo no PREC

O aceleração do processo democrático, já identificado no período anterior, teve a sua magnitude ampliada no período que agora analisamos, que assumiu a designação de “*Processo Revolucionário em Curso – PREC*”. Começou com o próprio 11 de março e os vários acontecimentos subsequentes.³⁴

De qualquer modo, as primeiras eleições livres, realizadas em 25 de Abril para a Assembleia Constituinte, que o PS venceu, foram, de facto, o acontecimento político de maior relevo neste período.

Sindicalmente, após o choque directo entre o PS e o PCP sobre a Lei Sindical, deu-se o segundo choque entre o PS e os sindicalistas socialistas e, agora, directamente, a Intersindical. Referimo-nos aos acontecimentos do 1.º de Maio de 1975. “*Este Primeiro de Maio, um dos mais controversos e politizados após o 25 de Abril, realizou-se 8 dias depois das eleições para a Constituinte, em que o Partido Socialista foi o partido mais votado, e no dia seguinte à publicação da controversa lei sindical.*”³⁵ Concretamente, “*a ocorrência de graves incidentes entre militantes intersindicalistas e um grupo de dirigentes socialistas, impedidos de aceder à tribuna do estádio onde se realizou o comício festivo. Isto acontecia apenas uma semana após as primeiras eleições democráticas realizadas no país, de que o PS saiu vencedor, fazendo dizer a Mário Soares que o seu partido era, em Portugal, ‘o maior partido da classe operária’, tendo em conta as altas votações obtidas em zonas de operariado.*”³⁶ Este acontecimento agudizou o confronto sindical entre os sindicalistas socialistas e restantes sindicalistas da Intersindical, que foi subindo

³² Américo Nunes, “Conversas carregadas de História com dez sindicalistas de Abril”, testemunho de Canais Rocha, pág. 69

³³ Ibidem, pág. 67

³⁴ Em especial, as nacionalizações e, em particular, a constituição do Conselho da Revolução, que substituiu o Conselho Coordenador do MFA

³⁵ “CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – pág.238

³⁶ “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, págs. 259 e 260

de agressividade conforme foi aumentando o radicalismo do PREC e toda a conflitualidade política que a história regista.

Em julho de 1975, realizou-se o Primeiro Congresso da Intersindical, que passou a designar-se Intersindical Nacional (IN). Este congresso foi encerrado pelo primeiro-ministro General Vasco Gonçalves e no qual, do Secretariado então eleito de 15 membros, todos eram sindicalistas do PCP, excepto um³⁷, o que demonstrou o total controle da Intersindical pelo PCP e o sectarismo consequente. Sindicalmente, o cerco da Assembleia Constituinte em 12 e 13 de novembro pelos trabalhadores da construção civil, mobilizados pelos sindicatos do sector em luta pelo seu Contrato Coletivo de Trabalho, foi mais um acontecimento que aumentou a radicalização da situação política e no qual o factor principal foram os sindicatos da IN.

No período entre o 11 de março e o 25 de novembro, com o PREC, a conflitualidade foi eminentemente política. Por um lado, o movimento sindical acompanhou a radicalização política e consolidou-se o controle da IN pelos sindicalistas do PCP, demonstrou-se a sua capacidade de mobilização e a sua integração na estratégia política do PCP. Por outro lado, os sindicalistas socialistas lançaram-se no confronto político-sindical nos sindicatos, constituindo alianças sindicais (*espúrias*) para afrontar e vencer em muitos sindicatos dos serviços, se bem que os “sindicatos operários da indústria, da agricultura e dos transportes”, salvo algumas exceções, continuavam a ser dirigidos por sindicalistas do PCP³⁸. Aliás, esta questão coloca ao PS a seguinte constatação, atendendo ao resultado das eleições de 1975: “os meros resultados eleitorais (...) não asseguravam a recuperação do enorme atraso que, relativamente à implantação do PCP no mundo laboral, os socialistas tinham acumulado desde os anos 20-30.”³⁹ Apesar de hoje já terem passado cerca de 50 anos, a pertinência desta constatação deve merecer uma reflexão.

Após o 25 de novembro, que sindicalismo?

A partir do 25 de novembro e com o PREC terminado, os sindicalistas socialistas e o PS procuraram recuperar o equilíbrio perdido com o radicalismo e sectarismo existente naquele período, muito em especial dentro da IN. Para tal, em “16 de janeiro de 1976, realiza-se, em Aveiro, uma reunião de dirigentes e delegados sindicais do PS, onde é discutida a política sindical a seguir pelo partido (...). A 14 de fevereiro, 29 direções sindicais contestatárias da estrutura, do programa e da direcção da Intersindical, elegem a comissão de redacção da CA [Carta Aberta]. (...) Em 27 de abril, dois dias após as eleições

³⁷ António Rosas, Presidente da Mesa da Assembleia-geral do Sindicato dos Lanifícios e militante do MES.

³⁸ “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, págs. 259

³⁹ Ibidem, pág. 260

legislativas, em que o PS volta a ser o partido mais votado, e depois do anúncio do congresso pela Intersindical⁴⁰, “aberto a todos os sindicatos”, a CA é publicada nos jornais diários⁴¹, na qual os signatários apelam à realização de um “congresso democrático de todos os sindicatos.”⁴²

No quadro político, o PCP tinha compreendido o novo quadro político produzido pelo 25 de novembro. Assim, na IN, o seu Secretariado, totalmente controlado pelos sindicalistas do PCP, “constatou a desatualização do programa e das resoluções aprovadas no I congresso relativamente à nova realidade e iniciou a discussão sobre a realização de um novo congresso.”⁴³.

Entretanto, a 2 de abril, foi aprovada a Constituição da República Portuguesa (CRP), que no seu artigo 55.º, expressa a liberdade sindical, inclui o direito de tendência e elimina a unicidade.

Durante todo o restante ano de 1976, houve um intenso debate entre o Secretariado da IN e a CA sobre a realização do novo congresso que, contudo, não teve um resultado positivo. A Carta Aberta reivindicava a paridade na composição da Comissão Organizadora do Congresso e no futuro Secretariado a eleger no Congresso, o que a IN recusava, sustentada no equilíbrio de forças (número de sindicatos) que cada parte representava⁴⁴. A IN tinha 190 filiados; a CA apresentava de cerca de 50 subscritores ou próximos⁴⁵, muitos deles filiados na IN. Extremadas as posições, o II Congresso da IN, o chamado “Congresso de todos os Sindicatos” reuniu-se de 27 a 30 de janeiro de 1977, com a participação de 258 sindicatos, vários dos quais tinham inicialmente subscrito a CA, aprovou novos Estatutos, um Programa de Ação, alterou o nome para CGTP-IN e elegeu um novo Secretariado⁴⁶. Assinale-se que este teve um novo equilíbrio de forças – dois terços de sindicalistas do PCP e um terço de sindicalistas não comunistas, entre socialistas, da extrema-esquerda, católicos e independentes⁴⁷. Porém, com a integração no Secretariado de dirigentes de várias correntes de opinião politico-ideológicas, “Era assim evitada, com a exclusão do direito de tendência [nos Estatutos] uma detestada “parlamentarização” da Intersindical e criada, sobretudo ao nível de cúpula, uma aparência de pluralismo interno (...)”⁴⁸.

⁴⁰ Que tinha sido aprovado no plenário de 26 de março de 1976, em Coimbra.

⁴¹ “CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – págs. 252 e 253

⁴² “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, pág. 263

⁴³ Ibidem, pág. 252

⁴⁴ “CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – pág. 255

⁴⁵ “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, pág. 263

⁴⁶ “CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – págs. 258 a 263

⁴⁷ Destes, destacamos Kalidás Barreto e Ruben Rolo, socialistas; Manuel Lopes, do MES; Joaquim Calhau, da BASE-FUT, sendo os dois últimos originários dos movimentos de acção católica

⁴⁸ “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, pág. 263

Por outro lado, os sindicatos da Carta Aberta (que neste processo se tinham auto-designado como “democráticos”) que não tinham participado no congresso da CGTP-IN, o chamado “Congresso de todos os Sindicatos”, continuaram a intervir e decidiram “a criação da UGT, numa reunião de sindicatos que aprovou uma declaração de princípios e os estatutos, realizada em Lisboa, em 27 e 28 de outubro de 1978, a que se seguiu o seu I Congresso, no Porto, em 29 e 30 de janeiro de 1979.”⁴⁹

Entretanto, em 1 de maio de 1977, o PS tinha realizado no Porto um Encontro Nacional de Sindicalistas Socialistas, que discutiu um documento de estratégia sindical, cuja autoria é atribuída a Maldonado Gonelha, à época Ministro do Trabalho, intitulado “A Questão Sindical”. Este documento afirmava que “a Intersindical jamais se democratizaria (...), preconizava que os socialistas continuassem a tentar conquistar a direção desses sindicatos (...), quando as circunstâncias o justificassem, avançassem para a constituição de novos sindicatos (...). Como aliados desta estratégia (...) apontava os sindicalistas “democráticos”, fugindo a nomear explicitamente os sociais-democratas. (...) todo o tipo de colaboração de socialistas com a Intersindical e com as direções sindicais que lhe eram afectas deveria ser excluída. Assim, era condenada, nomeadamente, a presença de socialistas no Secretariado da Intersindical.”⁵⁰ Esta estratégia sindical de maio de 1977 passou a ser, portanto, a linha assumida pelo PS, que se concretizou com a referida fundação da UGT.

Pode entender-se que o período após o 25 de novembro de 1975 termina em janeiro de 1979, com a fundação da UGT. Neste período, a IN adapta a sua atuação à nova situação política, transformando-se em CGTP-IN, alterando todos os seus documentos conceptuais e estratégicos e elegendo um Secretariado com uma composição político-sindical mais plural, não deixando, porém, os sindicalistas do PCP de serem majoritários. Por outro lado, o PS decide a sua estratégia sindical e funda-se a UGT, resultado do radicalismo e sectarismo do PREC. Assim se consumou a divisão sindical. Talvez esta fosse inevitável. Conforme Canais Rocha refere no seu testemunho: “Se a Intersindical tem trilhado aquele caminho, defender os interesses dos trabalhadores, mantendo a autonomia, estou convencido... quer dizer, a ruptura sindical dava-se na mesma, porque era uma consequência da Guerra Fria, isso era inevitável (...)”⁵¹ Mas, podemos presumir que, se esta estratégia sindical autónoma tivesse sido seguida pelos sindicalistas do PCP, muito

⁴⁹ “CGTP-IN – Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – Volume I – pág. 257

⁵⁰ “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, págs. 264 e 265

⁵¹ Américo Nunes, Conversas carregadas de História com dez sindicalistas de Abril, testemunho de Canais Rocha, pág. 68

provavelmente poderia ter havido, entre eles e sindicalistas socialistas, uma relação de confiança, que não existiu. Para António Janeiro, conhecido sindicalista socialista e Presidente do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, um dos mais importantes da Carta Aberta, *“um sindicalista socialista muito cioso da autoridade própria que lhe advinha da representação dos trabalhadores, os dirigentes sindicais não tinham enquanto tais, que cumprir directivas emitidas por órgãos partidários ou dirigentes alheios ao sindicalismo.”*⁵²

O centro da divisão talvez tenha sido exactamente a ausência de autonomia sindical. Ou seja, a própria impossibilidade de os sindicalistas saírem do quadro altamente ideologizado e radicalizado da época, não somente o da Guerra Fria, mas também do processo político português. Muito em especial, a estratégia do próprio PCP e, por consequência, a resistência do PS. Havia sindicalistas capazes e que compreendiam a sua função, mas, muito provavelmente, foi a realidade política (e a acção partidária, especialmente a do PCP) que inviabilizou que se compreendessem para protegerem a união dos trabalhadores e a unidade orgânica sindical.

III. O PS e a Questão Sindical, sua Atualidade e Necessidade

A existência de duas confederações sindicais, com génese, concepções, estratégias e tipos de acção diferentes, com uma relação antagónica, cria naturalmente uma cultura orgânica diferente que se reflecte na acção dos seus militantes. Afirma-se que, tendencialmente, os sindicalistas socialistas da CGTP-IN têm mais propensão ao conflito e os da UGT à negociação. Porém, esta assumpção é uma falsa dicotomia. Ambas, negociação e conflito, são parte integrante de um processo negocial e gerir a utilização de cada uma depende das táticas do próprio processo e saber fazê-lo devidamente é a chave para o êxito do próprio processo negocial.

A intervenção dos sindicalistas socialistas

Os sindicalistas socialistas intervêm em todo o movimento sindical português, entendendo-se este como as duas confederações sindicais e todos os sindicatos independentes.

No Conselho Nacional e na Comissão Executiva da CGTP-IN, os sindicalistas socialistas são a mais importante minoria e os sindicalistas do PCP têm a maioria absoluta. Os sindicalistas socialistas dirigem vários sindicatos, estão presentes e intervêm em dezenas de outros, mas sem terem papel determinante. Esta participação no Conselho Nacional da CGTP-IN, na sua

⁵² “O Partido Socialista e a Democracia”, organizador Vitalino Canas, artigo de José Barreto, pág. 262

Comissão Executiva, na qual são responsáveis de importantes departamentos, sucede desde 1977. A CGTP-IN, nos Estatutos (Art.º 14º), reconhece o direito de tendência, se bem que a organização das Correntes de Opinião Politico-Ideológicas (COPI) seja exterior ao movimento sindical. A acção dos sindicalistas socialistas, que se assumem como Corrente Sindical Socialista (CSS), orienta-se na defesa dos interesses da Classe Trabalhadora, na sua intervenção em todos os espaços confederais e sociais, por um funcionamento interno democrático e contra o sectarismo e o radicalismo, pela valorização da convergência a todos os níveis com todos os sindicatos e, em particular, com a UGT, sempre que possível. Um caso especial é o Conselho Permanente da Concertação Social (CPCS), sobre o qual a CGTP-IN tem uma reserva completa face à sua função e em que, pelo contrário, a CSS está convicta das suas potencialidades como órgão político superior de participação, informação e consulta dos sindicatos nas políticas públicas e afirma que a decisão sobre os Acordos deve ser tomada caso a caso, conforme a sua composição concreta e não devendo haver decisões preconcebidas. Este combate é global e constante, porque confronta a acção hegemónica da corrente sindical do PCP – mas, dialecticamente, é enriquecedor para os sindicalistas socialistas e a organização.

Na UGT, os sindicalistas socialistas são a maioria, assumem a função de Secretário-geral, que é um órgão unipessoal com poder efectivo, e a responsabilidade de outros importantes Departamentos. A UGT, nos seus Estatutos, reconhece o direito de tendência.

Em muitos sindicatos independentes, quer dizer, não filiados em nenhuma confederação sindical, muitos dirigentes são socialistas, vários assumindo as funções de liderança e, na generalidade, com maior ou menor assertividade e capacidade, assumem atitudes autónomas, dependendo do contexto político.

As estratégias da CGTP-IN e da UGT

O que se constata é que as duas confederações têm estratégias sindicais diferentes e opostas, cujas raízes remontam aos anos setenta, as quais orientam as táticas e posições negociais. A conhecida influência dos partidos políticos, em particular do PCP na CGTP-IN, reforça este posicionamento. Por exemplo, no CPCS. A CGTP-IN, tradicionalmente, não subscreve Acordos⁵³, mesmo os que são positivos, como sucedeu recentemente com os grandes aumentos do SMN decididos durante os Governos de António Costa. Neste caso, os sindicalistas socialistas votaram a favor da celebração dos Acordos, mas foram vencidos pela maioria. Habitualmente, a UGT

⁵³ Excepção feita a dois nos anos noventa

assina os Acordos, mesmos quando são negativos, como o do Governo de Passos Coelho.

Por outro lado, no terreno concreto da acção sindical e da negociação colectiva, nas empresas e sectores, existem experiências muito positivas de convergências entre sindicatos da CGTP-IN e UGT. Sempre que há convergências sindicais, há ganhos de causa para os trabalhadores e aumenta o prestígio do movimento sindical.

O Mundo do Trabalho

O sentimento geral no Mundo do Trabalho é, simultaneamente, a “*exigência*” de convergências entre os sindicatos e de respeito mútuo entre si. Na generalidade, os trabalhadores reconhecem o valor dos sindicatos, se bem que, com a atual ideologia neoliberal dominante, as redes sociais e as divergência e confrontos sindicais existentes, a sua imagem pública esteja desgastada. A confiança mútua entre as lideranças sindicais é fundamental para que as convergências sejam concretizáveis, o que atualmente não existe na generalidade, resultado da história que todos conhecemos. Porém, a experiência concreta diz-nos que, quando há convergência, há resultados positivos para todos; quando não há, todos perdem, ninguém ganha!

Parece-nos que este é um dos papéis fundamentais dos sindicalistas socialistas no movimento sindical – agir para a convergência sindical a todos os níveis e em todos os campos de intervenção, forma de favorecer os trabalhadores, prestigiar o sindicalismo e esvaziar a influência das redes sociais e reduzir a promoção dos movimentos inorgânicos.

A Tendência Sindical Socialista

O PS, estatutariamente, reconhece a Tendência Sindical Socialista (TSS – Artigo 76º). Desde a cisão dos anos setenta e seguindo a orientação do Encontro Nacional de Sindicalistas Socialistas, em 1 de maio de 1977, acima referido, os únicos sindicalistas reconhecidos pelo PS eram os da UGT, que integravam a TSS. Os da CGTP-IN não eram reconhecidos pelo PS, nem integravam a TSS.

A partir de 1992, sendo António Guterres Secretário-geral, a situação alterou-se e as portas do PS abriram-se para os sindicalistas socialistas da CGTP-IN. Em 2002, sendo Ferro Rodrigues Secretário-geral, a TSS alterou os seus Estatutos e integrou a CSS.

Por seu lado, os sindicalistas socialistas da CGTP-IN tinham decidido organizarem-se. Em 13 de maio de 1989, num Encontro de Sindicalistas Socialistas, constituíram o Centro de Reflexão e Estudos Sindicais e Socialistas (CRESS) que, em finais dos anos noventa, se transformou na Corrente Sindical

Socialista da CGTP-IN (CSS da CGTP-IN), para intervir conforme o Artigo 14.º dos Estatutos confederais.

Qual é a actualidade da questão sindical para o PS e a sua necessidade?

O socialismo tem o objectivo de tratar do bem comum, dos grandes problemas sociais que afectam a comunidade e os cidadãos, tratando-os com igualdade e combatendo todas as desigualdades num quadro de respeito dos Direitos Humanos, Liberdades fundamentais, Democracia e Estado de Direito. Num mundo em que o neoliberalismo é a ideologia dominante, sustentar todas as mobilizações que se fundamentam no associativismo, na participação cidadã e na solidariedade é contribuir para o combate ideológico ao neoliberalismo ou à extrema- direita, combate este que, directa ou indirectamente, se radica nos ideais socialistas. O sindicalismo acompanha estes ideais num campo próprio, o do Trabalho. E, neste, os trabalhadores reconhecem que o PS é o partido que está mais bem posicionado para proteger os seus interesses. Esta é a *primeira* actualidade. A *segunda* é que o PS, para continuar a merecer a confiança da sua principal base de apoio, os trabalhadores no ativo e os reformados e pensionistas, necessita de compreender as carências, aspirações e percepções que estes possuem. A *terceira*, é que, para concretizar os seus objetivos políticos, o PS está vocacionado para o governo da “*coisa pública*” – conhecer com rigor a realidade concreta do Mundo do Trabalho para a transformar e tratar da distribuição da riqueza para alcançar esse fim, é a melhor forma de os concretizar. A *quarta*, é que o sindicalismo, apesar das suas actuais dificuldades, continua a ser o movimento social que tem maior implantação, maior número de militantes, mais representatividade, maior conhecimento da realidade e capacidade de mobilização popular e cuja ação se direciona para a base social de apoio do PS. A *quinta*, e última, é que se tem assistido nos últimos anos à emergência de sindicatos corporativos e movimentos inorgânicos, com o argumento de valorização de sectores socioprofissionais específicos, mas, muitos deles, com real influência da extrema-direita. Enfrentar e vencer esta tendência é agir para a implantação dos valores socialistas – e o sindicalismo está vocacionado para essa função, ao proteger os direitos e defender os interesses de quem trabalha, mas tendo uma visão estratégica, global.

A necessidade que o PS possui para abordar a questão sindical é, compreendendo a atualidade da questão acabada de descrever, apoiar todos os sindicalistas socialistas, conforme as suas necessidades e respeitando a sua autonomia, de forma a discutir com os próprios – e tomar as decisões

que forem necessárias. Para o bem comum, os trabalhadores, a Sociedade Democrática e o próprio ideal Socialista.

Referências Bibliográficas:

Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974

José Barreto, "O PS e o movimento sindical", in Vitalino Canas (org.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta, 2005, pp. 245-271

Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um Estudo Sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Alfragide, Casa das Letras, 2005

Manuel Carvalho da Silva (coordenação geral), *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical. (Volume I: Das raízes até 1997)*, Edição CGTP-IN e Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011

Américo Nunes, *Conversas Carregadas de História com Dez Sindicalistas de Abril*, Lisboa, Página a Página, 2023

Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: O Último Marechal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2014

Evolução e desafios da Concertação Social¹

Cristina Rodrigues

Investigadora. Coautora das obras *A UGT na história do movimento sindical português* e *A Concertação Social em Portugal e o papel da UGT*

João Freire

Sociólogo. Coautor da obra *A Concertação Social em Portugal e o papel da UGT*

1. Da criação à maturidade da Concertação Social (1984-2008)

O peso do passado

Na Constituição de 1933, que enquadrou e modelou o Estado Novo até à queda do regime em 1974, o Estado português autodefinia-se como uma República unitária e corporativa², cabendo-lhe fazer «prevaler uma justa harmonia de interesses»³.

A longa duração do regime nacionalista e autoritário, ancorado na falta de liberdade e de democracia, oficialmente assente na colaboração entre as classes sociais e no corporativismo, que funcionou também como mecanismo de apoio e estruturação do poder político, determinou que «após

¹ Este artigo é tributário da história da UGT em dois volumes: José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *A UGT na história do movimento sindical português*, vol. I – 1970-1990 (Lisboa, Tinta da China, 2013) e vol. II – 1990-2010 (Porto, Afrontamento, 2017). E é, em particular, devedor do seguinte trabalho: Cristina Rodrigues e João Freire, *A Concertação Social em Portugal e o papel da UGT*, Lisboa, Âncora Editora, 2023.

² Art.º 5º da Constituição de 1933.

³ Idem, Art.º 6.º, parágrafo 2.º.

o 25 de Abril, o corporativismo passou a ser tão desprezado quanto fora venerado»⁴, nas palavras de Manuel de Lucena. No contexto revolucionário, tempo de grande crispação social e política, os sistemas de representação, diálogo e composição de interesses eram vistos com grande desconfiança e como um regresso ao passado.

No contexto internacional, pelo contrário, o segundo pós-guerra foi fértil em diversas experiências de diálogo e compromisso social (tri- ou bipartido) – lembremos os *Accords de Grenelle* em França, a participação sindical na gestão das grandes empresas na Alemanha, o diálogo social na Suécia e a representação sindical nos locais de trabalho existente em Inglaterra desde há um século (com os *shop steward committees*) ou os acordos de *closed shop* frequentes nos Estados Unidos (mas levantando sempre objeções relativas à liberdade de trabalho) – que constituíram referências para o modelo de relações coletivas de trabalho que a revolução do 25 de Abril tornou urgente instituir em Portugal.

As primeiras experiências de concertação e o nascimento da UGT

Com a Constituição de 1976, e instituída a normalidade democrática, «começaram a ouvir-se discursos políticos favoráveis à “concertação social” e foram criados numerosos organismos mistos, nos quais se esperava que representantes de interesses privados colaborassem permanentemente com agentes do Estado»⁵. Surgem, então, dois órgãos de composição de interesses, de âmbito nacional: o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços⁶ e o Conselho Nacional do Plano⁷. Tinham objetos, fins e composições diferentes, mas coincidiam na representação de trabalhadores e entidades patronais, bem como de entidades públicas.

Estas duas experiências «aparentemente com potencialidades de institucionalização da via da concertação [...], na prática permaneceram apagadas».⁸ Na verdade, o Conselho de Rendimentos e Preços quase não chegou a funcionar e o Conselho Nacional do Plano teve uma ação muito limitada. Contudo, apesar da sua quase inefetividade prática, valem pela sua inscrição na sociedade portuguesa como uma possibilidade, num tempo de grande conflitualidade social, dificuldade de diálogo e crise económica.

⁴ Manuel de Lucena, “Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se seguiu”, *Análise Social*, vol. XXXVII (162), 2002, p. 27.

⁵ Idem, p. 34.

⁶ Decreto-lei n.º 646/76, de 31.07.

⁷ Lei n.º 31/77, de 23 de maio, e previsto na versão original da Constituição da República Portuguesa (1976), que atribui a este Conselho competências de coordenação, vd. art.º 94, n.º 2.

⁸ Maria Manuel Leitão Marques e António Casimiro Ferreira, “A Concertação Económica e Social: a Construção do Diálogo Social em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 31 (março 1991): p. 24.

No final de 1978, nascia a União Geral de Trabalhadores (UGT), como corolário de anos de acesas lutas políticas e sindicais, designadamente contra o regime da unicidade sindical e a representação exclusiva do movimento sindical pela Intersindical, depois Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP).⁹ A nova central – para cujo nascimento contribuiu um entendimento entre os líderes do Partido Socialista, Mário Soares e do Partido Social-Democrata, Sá Carneiro – define-se pelo respeito pela democracia e pelo pluralismo, assenta num sindicalismo de proposição e ação, não submetido aos interesses político-partidários, e vê-se como base indispensável do Portugal democrático.

Os primeiros anos de vida da UGT coincidiram com um período tenso da vida política e ficaram marcados por uma relação bastante conflitual com a CGTP, num período em que ainda se mantinha a tutela político-militar do Conselho da Revolução. A UGT foi-se afirmando pelo estabelecimento de pontes com os vários protagonistas políticos e sociais, propondo caminhos de diálogo e cedências mútuas, com vista a soluções negociadas, o que muitas vezes colidia com a ação reivindicativa da CGTP, menos disponível para diálogos e consensos.¹⁰

A nova Central sindical propunha-se avançar para um contrato social que fosse um exemplo de responsabilidade e maturidade dos trabalhadores portugueses. Advogando a necessidade da negociação voluntária entre o Estado, os trabalhadores e os empregadores para regular a política global de preços, rendimentos e salários, a UGT alvitrava mesmo que se fundisse o Conselho Nacional do Plano e o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços num Comité Económico e Social¹¹, o que seria importante também em vista da futura adesão à CEE que se concretizaria em 1986.

O Conselho Permanente de Concertação Social

Em 1983, com o “Bloco Central” no Governo e o país novamente intervencionado pelo FMI, inicia-se o processo de criação do Conselho Permanente de Concertação Social¹², que começa a funcionar em março de 1984. Com composição tripartida e igualitária quanto ao número de representantes patronais e dos trabalhadores, reunia, além do Governo, a CIP, CAP e CCP, do lado patronal, e a UGT e CGTP, do lado sindical.

Talvez por ver no CPCS resquícios do entendimento corporativo do regime anterior, talvez pela natureza da sua práxis sindical, a CGTP só viria a ocupar

⁹ Ver: José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. I, p. 139-202.

¹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 211-251.

¹¹ *Idem, ibidem*, 275.

¹² Decreto-Lei n.º 74/84, de 2 de março.

os seus lugares neste Conselho em 1987, num contexto político de conquista da maioria absoluta por parte de Cavaco Silva e do PSD.¹³

O Preâmbulo do diploma é claro quanto à razão genérica da criação do Conselho:

*A existência e o funcionamento de instituições especificamente criadas para promover o diálogo e a concertação em matéria socioeconómica tem constituído nas sociedades democráticas fator decisivo para o desenvolvimento harmonioso das economias e para o melhoramento das relações sociais.*¹⁴

O Conselho nasce dois anos antes da adesão à CEE, em tempos novos, favoráveis ao «desenvolvimento de modos de concertação social: aceitação de compromissos específicos, negociações, recurso à greve só em última instância, emergência de um sindicalismo de proposição.»¹⁵ O cenário em que emerge é de profunda crise económica, com uma elevada inflação, impondo-se uma política de rendimentos restritiva.¹⁶

Sem diálogo não seria possível negociar, chegar a consensos ou almejar qualquer compromisso, designadamente para aplicar as medidas necessárias para ultrapassar a crise sem grandes convulsões sociais. A participação da UGT é fundamental, tendo contado, no seu início, com a oposição frontal da CGTP. Sem o lado sindical não existiria tripartismo, que é a marca de água de qualquer organismo de concertação e dos acordos que dele emanem.

A atividade do Conselho só se declinaria num entendimento em 1986, quando foi firmado o acordo de política de rendimentos para o ano seguinte. No entanto, a partir de 1984, serviu como fórum de debate sobre diversas matérias, como o *Programa de Recuperação Financeira e Económica*, concebido pelo Ministro das Finanças e do Plano, Ernâni Lopes,¹⁷ ou o «pacote laboral», ou seja, a revisão das leis do trabalho, para além da discussão sobre o Orçamento Geral do Estado ou sobre o salário mínimo nacional.¹⁸

¹³ O programa de ação do VI Congresso da CGTP, aprovado em maio de 1989, explica: «A entrada da CGTP-IN para o CPCS verificou-se num quadro político e social caracterizado por uma alteração qualitativa da dinâmica da ofensiva do patronato e das forças da direita contra o regime democrático saído do 25 de Abril e por uma tentativa, sempre prosseguida por estas forças, de isolar a CGTP-IN e, assim, reduzir o seu papel interventivo na sociedade portuguesa.» Vd. Arménio Carlos, coord. geral, *Contributos para a história do movimento operário e sindical – anos de saque ao sector público e roubo de direitos laborais 1990-2003* (Lisboa: CGTP-IN. Departamento de Cultura e Tempos Livres, 2020), p. 305.

¹⁴ Decreto-lei n.º 74/84, de 2 de março, preâmbulo, n.º 1.

¹⁵ Marinús Pires de Lima, “Reflexões sobre a negociação coletiva e a Concertação Social em Portugal”, em *A reforma do Pacto Social*, coord. A. Dornelas e J. Madureira Pinto (Lisboa, INCM, 2000), p. 318.

¹⁶ Maria Manuel Leitão Marques e António Casimiro Ferreira, *op. cit.*, p. 25.

¹⁷ Este Plano, apresentado ao país em julho de 1984, não chegou a ser aprovado, pois o Governo caiu. Ver: José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. I, p. 384.

¹⁸ Ver: *Idem, ibidem*, p. 385-393, para a atividade do CPCS nesta fase.

Durante a existência do CPCS e até 1992, ano do início do funcionamento da Comissão Permanente de Concertação Social, celebraram-se os seguintes acordos de concertação¹⁹:

| | | | | |
|-------------|--|-----|----------------|---------------|
| 1986 | Recomendação Sobre Política de Rendimentos para 1987 | PSD | CAP, CCP e CIP | UGT |
| 1990 | Acordo Económico e Social | PSD | CCP e CIP | UGT |
| 1991 | Acordo de Política de Formação Profissional | PSD | CAP, CCP e CIP | CGTP-IN e UGT |
| 1991 | Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho | PSD | CAP, CCP e CIP | CGTP-IN e UGT |
| 1992 | Acordo de Política de Rendimentos para 1992 | PSD | CAP, CCP e CIP | UGT |

A *Recomendação sobre Política de Rendimentos para 1987* fixava um referencial indicativo para a negociação coletiva dos salários em função da inflação esperada e da produtividade, favorecendo o decréscimo da inflação e garantindo o aumento do salário real, em função dos ganhos de produtividade.²⁰ Embora se tratasse de um Acordo limitado à política salarial, foi muito importante para o combate à inflação e para a estabilização económica e financeira do país.²¹

A sua execução teve dificuldades, com o Governo a dar prioridade ao combate à inflação, às privatizações e à flexibilização da legislação laboral, em convergência com as reivindicações do patronato. Esta agenda colidia com as posições da UGT, que defendia a melhoria das condições de vida, do rendimento e do poder de compra dos trabalhadores, combatia o desemprego e fazia propostas concretas de política de emprego, lutando também contra o flagelo social dos salários em atraso, que grassava no país.

O documento sobre Política de Rendimentos para 1988, foi assinado, mas viria a ser denunciado pela UGT, em conflito com o Governo. Tendo sido a única central sindical subscritora, o facto de a UGT ter denunciado levou a que este Acordo perdesse o seu carácter tripartido e de concertação social.

¹⁹ Este quadro, bem como os que adiante neste texto se apresentarão, reflete os acordos celebrados em Concertação Social, por ordem cronológica, com a designação constante de cada documento, identificando o partido no poder, bem como os subscritores das partes patronal e sindical. Não inclui os acordos que não o chegaram a ser por fracasso negocial ou que foram denunciados. Remetemos para o livro já citado *A Concertação Social em Portugal e o papel da UGT* [disponível em papel e online em www.ugt.pt], o contexto, termos e execução de cada um dos Acordos.

²⁰ Ver: Marinús Pires de Lima, *op. cit.*, 319 e UGT, *Recomendação sobre política de rendimentos para 1987* (Arquivo UGT online – www.ugt.pt).

²¹ H. Nascimento Rodrigues, "Os acordos de concertação social", em *A situação social em Portugal*, dir. A. Barreto, Lisboa, ICS, 1996.

O *Acordo Económico e Social*, assinado a 19 de outubro de 1990, foi o primeiro instrumento de macroconcertação social em Portugal. Tal deveu-se à convergência de posições entre as duas Centrais Sindicais (até determinada altura do processo negocial), à atitude mais recetiva do Governo, ao empenhamento das confederações patronais²², todos convictos de que o momento que se vivia na Europa e no mundo impunha o entendimento e consonância de objetivos. Era imperioso assegurar a convergência nominal e real com os países da CEE, para garantir uma integração bem-sucedida e participativa do país na União Económica e Monetária.

Este Acordo deu o mote para os anos seguintes. Além de estabelecer a subida de salários mínimos, pensões e subsídios sociais, previa alterações num vasto leque de áreas sociais, o que foi equiparado a uma nova revisão constitucional para essas áreas.²³ Matérias como a Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, Formação Profissional, Segurança Social, pré-reforma e sistemas especiais de proteção para os trabalhadores dos sectores em crise, redução e organização do tempo de trabalho (fixação legal do horário semanal máximo em 44 horas, em vez das 48 horas, que vinham da legislação de 1919 e diminuição, por negociação coletiva, de uma hora por ano para se fixar em 40 horas em 1995), regime jurídico da negociação coletiva, elevação da idade de admissão e trabalho de menores (imediate para os 15 anos e a prazo para os 16) e ainda outras áreas da legislação do trabalho estavam previstas no AES, que estabelecia um abrangente programa de modernização da sociedade portuguesa.

Os Acordos de Política de Formação Profissional e de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, celebrados ambos em 30 de julho de 1991, são sequenciais ao AES de 1990, e têm a particularidade de terem sido subscritos também pela CGTP.

Finalmente, e ainda antes da nova formulação institucional da Concertação Social, foi celebrado, a 15 de fevereiro desse ano, o Acordo de Política de Rendimentos para 1992, que visava a desinflação, enquanto almejava garantir o crescimento dos salários reais, considerando os ganhos de produtividade e a situação financeira das empresas e a evolução do enquadramento internacional da economia portuguesa, designadamente os ganhos de produtividade médios na Europa.

²² Da parte patronal, o Acordo foi assinado pela CIP e CCP. A CAP não o subscreveu.

²³ Ver: Mário Pinto, "Os últimos anos da década de 80 e a entrada na década de 90, em Portugal. Ensaio sobre a Concertação Social e a mudança de paradigma sindical e social", em *Portugal em Mudança. Ensaios sobre a Atividade do XI Governo Constitucional*, AA.VV. Lisboa, INCM, 1991, p. 341-342.

A revisão constitucional de 1989 e a criação do CES – Conselho Económico e Social

A Constituição foi revista em 1989, consagrando soluções que afastavam Portugal da fase revolucionária e aproximando o país dos textos fundamentais dos outros países da Europa. Deu maior abertura à economia, pondo termo à irreversibilidade das nacionalizações, e permitindo o processo de reprivatizações, considerado essencial para a modernização da economia portuguesa. E consagrou, finalmente, o tão falado Conselho Económico e Social, dando enquadramento constitucional à Concertação Social.²⁴

O CES seria criado em agosto de 1991, por lei aprovada por unanimidade na AR.²⁵ O processo foi controverso. A proposta inicial da lei foi aprovada em votação final em comissão da Assembleia da República e foi considerado pelos Parceiros Sociais que a solução preconizada não garantia a necessária independência das funções de concertação que passariam do extinto CPCS para o CES. Todos os parceiros se reuniram no Palácio Foz, em Lisboa, tendo decidido que não assumiriam funções no CES se tal independência não fosse respeitada. Foi alterado o texto aprovado em comissão, com a criação no CES da Comissão Permanente de Concertação Social, como um órgão autónomo, com competências específicas de Diálogo e Concertação Social, presidida pelo Primeiro-ministro ou pelo ministro em que este delegar, e da qual o Presidente do CES não faz parte.²⁶

A lei de criação do CES viria a ser regulamentada em maio seguinte.²⁷

Os últimos anos do Governo de Cavaco Silva, a viragem à esquerda e os Governos Guterres

Nos últimos anos do Governo do PSD, apesar de várias tentativas, não houve entendimento dos parceiros para a celebração de Acordos.²⁸ Com as eleições de 1995 e a viragem à esquerda a Concertação Social teve um novo impulso. A Ministra da Qualificação e do Emprego, Maria João Rodrigues, defendia a Concertação Social como uma prioridade. A curto prazo, deveria desenhar-se um acordo assente em política de rendimentos e preços; a médio prazo, deveriam mobilizar-se os Parceiros Sociais para a discussão e consenso sobre os desafios do país, articulando as políticas sectoriais, a educação e a

²⁴ Art.º 92, n.º 1, CRP: “O Conselho Económico e Social é o órgão de consulta e concertação no domínio das políticas económica e social, participa na elaboração das propostas das grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social e exerce as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.” A Constituição reservava para futura lei a definição da composição do CES, bem como a sua organização e funcionamento – art.º 92, n.ºs 2 e 3 da CRP.

²⁵ Lei n.º 108/91, de 17 de agosto.

²⁶ José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. II, p. 55 e 69-70.

²⁷ Decreto-Lei n.º 90/92, de 21 de maio.

²⁸ *Vd. A Concertação Social em Portugal e o papel da UGT*, p. 85 e sgs.

formação, a política de emprego, para definição de uma concertação estratégica, que permitisse acelerar o desenvolvimento do país. A concertação deveria passar a ser um processo permanente de diálogo.

São celebrados o *Acordo de Concertação Social de curto prazo*²⁹ e o *Acordo de Concertação Estratégica 1996/1999*³⁰, que contemplava um verdadeiro e ambicioso programa para o país. Perante a sua grande amplitude, mais importante do que os seus termos seria o pós-acordo, ou seja, a aplicação de todas as medidas dentro do calendário, concretizando-as na base de processos de concertação em cada sector e em cada região.

Apesar das dificuldades, ligadas à ambição do documento e à vastidão das medidas, o Acordo foi lentamente avançando no terreno. O Rendimento Mínimo Garantido (RMG) é disso um bom exemplo: depois de uma fase experimental, foi alargado a todo o país, afirmando-se como um instrumento eficaz contra a pobreza e a exclusão social. Também nas áreas económicas, designadamente nos sectores da energia e do comércio, houve alterações importantes derivadas do Acordo.

A questão da redução do horário de trabalho para as 40 horas, que vinha do AES de 1990, resolveu-se por lei³¹, mas as dificuldades na sua aplicação só cessariam com a transposição da diretiva comunitária³² sobre a limitação do horário de trabalho a 40 horas semanais em 1998.

As mudanças na legislação laboral, muitas provenientes do ACE, avançaram em 1999: luta contra o trabalho ilegal, regras para o trabalho parcial, novo regime do trabalho noturno, medidas contra a discriminação com implicações na esfera laboral, seguro de trabalho obrigatório para trabalhadores independentes.

Na Concertação Social, porém, há muito mais do que a celebração de acordos. Além dos documentos de governação, como as grandes opções do plano e os orçamentos anuais, e as alterações ao salário mínimo, neste período subsequente ao ACE foi analisada e subscrita uma declaração conjunta sobre o Plano Nacional de Emprego³³ (PNE).³⁴ A reforma da Segurança Social (SS), em preparação desde o início da legislatura, o respetivo *Livro Verde*, em seguida, o *Livro Branco*, e, finalmente, a nova legislação³⁵, passaram também pela CPCS.³⁶

²⁹ 24 de janeiro 1996.

³⁰ 20 de dezembro de 1996.

³¹ Lei 21/96, de 23 de julho.

³² Lei 73/98, de 10 de novembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 93/104/CE.

³³ Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de abril de 1998.

³⁴ José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. II, 152.

³⁵ Em setembro de 1998, foi possível consensualizar um acordo de princípios e, em 2000, pela Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto, foram aprovadas as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social.

³⁶ José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. II, 142, 149 e 160.

Já no segundo governo socialista, em 2001, a 9 de fevereiro, retomava-se a dinâmica de celebração de acordos, com a assinatura do *Acordo sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade* e do *Acordo sobre política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação* por todos os Parceiros Sociais.

Na sequência da nova Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social,³⁷ foi negociado um acordo, que visava garantir a sua sustentabilidade financeira e assegurar aos novos trabalhadores que entravam no mercado de trabalho o direito a uma pensão digna, no termo da sua vida laboral. Tratou-se do *Acordo sobre a modernização da proteção social*, que visava a melhoria dos níveis de proteção social e a concretização da regulamentação da lei de bases. Sendo um Acordo de fundo, era muito importante que fosse subscrito pelas duas Centrais Sindicais. Perante a recusa da CGTP em assinar os seus termos por causa da matéria do plafonamento, foi a própria UGT que propôs a cisão do Acordo, remetendo tal matéria para um outro instrumento, o *Acordo sobre a introdução de limites opcionais às contribuições para o sistema de repartição*.³⁸

O desaire do PS nas eleições autárquicas de dezembro de 2001 levou à demissão de António Guterres e à queda do Governo. Das eleições antecipadas resultou uma maioria de centro-direita, do PPD-PSD com o CDS-PP, e um novo Governo, chefiado por Durão Barroso.

| | | | | |
|-------------|--|----|----------------|---------------|
| 1996 | Acordo de Concertação de Curto Prazo | PS | CAP, CCP e CIP | UGT |
| 1996 | Acordo de Concertação Estratégica 1996/1999 | PS | CAP, CCP e CIP | UGT |
| 2001 | Acordo Sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade | PS | CAP, CCP e CIP | CGTP-IN e UGT |
| 2001 | Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação | PS | CAP, CCP e CIP | CGTP-IN e UGT |
| 2001 | Acordo Sobre a Introdução de Limites Opcionais às Contribuições para o Sistema de Repartição | PS | CAP e CCP | UGT |
| 2001 | Acordo Sobre Modernização da Proteção Social | PS | CAP e CCP | CGTP-IN e UGT |

³⁷ Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto.

³⁸ Ambos os Acordos celebrados a 20 de novembro de 2001.

Os Governos de Durão Barroso e Santana Lopes. A entrada da Confederação do Turismo Português (CTP) na Concertação Social.

O período de governação da coligação PSD/CDS-PP – abril de 2002 a fevereiro de 2005 –, não se traduziu em nenhum acordo de Concertação Social tripartido.

A CPCS nem sempre foi ouvida quanto às três bandeiras do novo Governo, e não foi celebrado nenhum acordo nesse sentido: a nova Lei de Bases da Segurança Social³⁹, o Código do Trabalho⁴⁰, e ainda a substituição do RMG pelo Rendimento Social de Inserção (RSI), com novas e mais apertadas regras de acesso e fiscalização e menor abrangência.⁴¹

O final de 2002 ficou marcado pelo anúncio da entrada da Confederação do Turismo Português como Parceiro Social na Comissão Permanente de Concertação Social, que se efetivaria em maio do ano seguinte. Os representantes do lado patronal passaram de seis para oito e os do lado sindical de três para quatro. Desde então não houve mais alterações à composição da CPCS.

O Governo pretendia celebrar até ao final de 2003 um Contrato Social para a Competitividade e o Emprego, com o objetivo de acelerar a convergência do país com a UE. Porém, o desentendimento entre Parceiros levou a um impasse e o Acordo não saiu do papel.

O único Acordo a registar neste período foi o *Acordo bilateral para a dinamização da contratação coletiva*, de 7 de janeiro de 2005⁴², envolvendo todas as confederações patronais e sindicais, tendo em vista a dinamização da contratação coletiva, sem a intervenção do Governo, que acontecia pela primeira vez. Um dos fundamentos era o facto de, em 2004, o número de instrumentos de regulamentação coletiva publicados ter sido muito inferior ao de 2003, o que acontecia por causa do Código do Trabalho e da crise económica. O Acordo fazia três recomendações ao Governo: melhorar a informação estatística e a intervenção dos serviços do Ministério do Trabalho e promover a criação de um Centro Tripartido das Relações de Trabalho. Também se recomendava que se operacionalizasse a arbitragem prevista no Código do Trabalho.⁴³

Depois da saída de Durão Barroso para a Europa, o Governo de Santana Lopes teve uma curta duração. O ciclo governativo terminaria em fevereiro de 2005, com a vitória do PS nas eleições legislativas.

³⁹ Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro.

⁴⁰ Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto.

⁴¹ Lei n.º 13/2003, de 21 de maio.

⁴² Ver: Arquivo CES *online*.

⁴³ José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. II, 241-242.

O PS volta ao Governo

Com o regresso da governação socialista, desta vez com José Sócrates, retomou-se a celebração de acordos.

Intensificou-se o processo negocial e é firmado um acordo preliminar, o *Acordo sobre as linhas estratégicas da reforma da Segurança Social*. Depois de mais maratonas negociais, o *Acordo sobre a Reforma da Segurança Social* foi assinado em 10 de outubro de 2006.

Tendo em conta os défices de formação escolar e profissional, patrões e sindicatos acordaram num conjunto de princípios e medidas, no quadro da formação inicial e contínua e do reconhecimento e validação de competências escolares e profissionais, com o fim último de melhorar o desempenho das empresas e da economia nacional. Celebrado em 8 de fevereiro de 2006, o *Acordo bilateral sobre a Formação Profissional* teve a participação de todas as confederações patronais e sindicais e visava também operacionalizar o Código do Trabalho, em matéria de horas de formação. Tinha ainda o objetivo de colaborar com as metas de formação do Programa Novas Oportunidades, que pressupunha, no caso dos trabalhadores no ativo, o entendimento entre estes e suas entidades patronais. Finalmente, o texto convidava o Governo a associar-se ao Acordo.⁴⁴

Um ano depois, a 14 de março de 2007, celebrar-se-ia um acordo tripartido, o *Acordo para a Reforma da Formação Profissional*. O acordo apontava o 12.º ano como «patamar mínimo de qualificação» e privilegiava a dupla certificação, escolar e profissional. A certificação de competências adquiridas ao longo da vida era outro dos aspetos fundamentais do acordo. A formação dos empresários era também prioritária.⁴⁵

O debate em Concertação Social sobre o salário mínimo deu lugar ao acordo celebrado em 5 de dezembro de 2006, com todos os Parceiros Sociais: *Acordo sobre a fixação e evolução da Remuneração Mínima Mensal Garantida*.

| | | | | |
|-------------|--|------|---------------------|---------------|
| 2006 | Acordo entre as Confederações com Assento na CPCS Visando a Formação Profissional | N.A. | CAP, CCP, CIP e CTP | CGTP-IN e UGT |
| 2006 | Acordo Sobre a Fixação da Remuneração Mínima Mensal Garantida | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | CGTP-IN e UGT |
| 2006 | Acordo Sobre a Reforma da Segurança Social | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |
| 2007 | Acordo para a Reforma da Formação Profissional | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |

⁴⁴ José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. II, 251-252.

⁴⁵ José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. II, 264-265.

2. A Concertação Social e as crises

No trabalho de investigação realizado, e de que neste artigo damos breve nota, dividimos um antes e um depois da emergência da crise internacional de 2008, designando esta segunda parte ‘A Concertação Social e as crises’. Na verdade, depois da grande crise financeira internacional, temos, estreitamente ligada à mesma, a gravíssima crise financeira portuguesa, que levou à intervenção da Troika, a subsequente recuperação da economia, e ainda a demorada crise pandémica.

Embora a atividade da Concertação vá muito para além da celebração de acordos, estes instrumentos e o que encerram, nos seus conteúdos e alcance, permitem fazer uma leitura transversal da história recente e das mudanças operadas na sociedade portuguesa dos últimos anos. Centrar-nos-emos nestes acordos, reduzindo a sua contextualização, na medida em que correspondem aos anos mais recentes, e a uma memória mais persistente.⁴⁶

Os anos dos governos PS e a intervenção externa

O Acordo de 2008, celebrado pelo Governo de José Sócrates, *Acordo Tripartido para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Proteção Social em Portugal*, marca um tempo de consenso quanto à reforma do Código de Trabalho, que fora aprovado em 2003 com um Governo do PSD/CDS, e contempla uma visão do desenvolvimento do país, atenta às novas realidades laborais. É anterior à crise global, cuja gravidade não se podia ainda antecipar.

Os Acordos de 2011 – na verdade, a declaração e o acordo subsequente –, são celebrados pelo mesmo Governo, na vertigem da crise e na iminência da grave situação financeira. Tenta-se, por todos os meios, estimular a economia (na sequência da *Iniciativa* celebrada em dezembro anterior) e suavizar os efeitos da crise internacional para conseguir uma fuga para a frente. Contudo, a breve trecho, a realidade impor-se-ia estrepitosamente, obrigando ao pedido de ajuda externa.

| | | | | | |
|-------------|--|--|----|----------------|-----|
| 2008 | 25 de junho (versão corrigida em 1 de julho) | Acordo Tripartido para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Proteção Social em Portugal | PS | CCP, CIP e CTP | UGT |
|-------------|--|--|----|----------------|-----|

⁴⁶ De novo, remetemos para o nosso trabalho *A Concertação Social em Portugal e o papel da UGT*, que caracteriza profusamente os contextos político-económicos dos últimos 15 anos da sociedade portuguesa.

| | | | | | |
|-------------|-------------|---|----|----------------|-----|
| 2011 | 9 de março | Declaração Conjunta sobre um Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego | PS | CCP, CIP e CTP | UGT |
| 2011 | 22 de março | Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego | PS | CCP, CIP e CTP | UGT |

O Governo de Passos Coelho

Já o Acordo de 2012 é celebrado pelo Governo PSD/CDS, que resultara das eleições antecipadas, e corresponde em grande parte às imposições feitas pela *Troika* para o apoio prestado ao país. Vasto no seu alcance, desenha um programa assente em políticas económicas consideradas necessárias ao desenvolvimento de Portugal, enquanto reduz direitos e garantias dos trabalhadores, como parte da consolidação orçamental que se deveria atingir.

Um novo acordo, ainda com Passos Coelho, enquadra o aumento do salário mínimo, em 2014, que marca o final de um período de três anos sem aumentos.

| | | | | | |
|-------------|----------------|---|-----|---------------------|-----|
| 2012 | 18 de janeiro | Compromisso para o Crescimento Competitividade e Emprego | PSD | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |
| 2014 | 24 de setembro | Acordo Relativo à Atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida, Competitividade e Promoção do Emprego | PSD | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |

De novo o PS, os Governos de António Costa

O primeiro acordo de concertação, já com o PS, é o de 2016, sobre o aumento do salário mínimo.

Em 2017, o Acordo estabelece um conjunto de medidas que seriam tributárias de um instrumento mais vasto. Além do salário mínimo, visam-se as relações coletivas de trabalho e projeta-se a elaboração de um Livro Verde que estudaria a realidade laboral e proporia caminhos.

É em 2018 que se volta a celebrar um Acordo de maior alcance, que prepara a alteração do Código do Trabalho, no sentido de repor regalias e direitos que haviam sido retirados na sequência da intervenção da *Troika*.

| | | | | | |
|-------------|---------------|--|----|---------------------|-----|
| 2016 | 22 de janeiro | Acordo Relativo à Aplicação da Retribuição Mínima Mensal Garantida para o Ano de 2016 | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |
| 2017 | 17 de janeiro | Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |
| 2018 | 18 de junho | Combater a Precariedade e Reduzir a Segmentação Laboral e Promover um Maior Dinamismo da Negociação Coletiva | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |

A Pandemia

Em face da pandemia pela covid-19, Governo e Parceiros Sociais assinam uma Declaração Conjunta sobre as medidas a tomar perante o inesperado contexto sanitário e as suas consequências económicas e sociais.

Em 2021, é assinado por todos os parceiros patronais e pela UGT, além do Governo naturalmente, o *Acordo sobre a Formação Profissional e Qualificação: um desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas*.

| | | | | | |
|-------------|-------------|--|----|---------------------|-----|
| 2020 | 12 de maio | COVID 19 – Declaração de Compromisso | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |
| 2021 | 28 de julho | Acordo sobre a Formação Profissional e Qualificação: um desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas e para o país | PS | CAP, CCP, CIP e CTP | UGT |

Retomar a economia

O período agudo da Pandemia pôde ser superado com alguma coragem e consenso. O alargamento do mercado interno por força de razoáveis aumentos do preço do trabalho pressionados pela política de aumentos da RMMG, a melhoria das exportações e o incremento do turismo, associados à novidade de uma política económica destes governos PS, prudente e respeitadora dos parâmetros fixados pela União Europeia, melhoraram consideravelmente a posição externa do país, em termos económicos e financeiros. E, apesar do esvaimento para o estrangeiro de alguma da nossa população mais qualificada, os níveis do emprego puderam manter-se nestes anos em níveis bastante altos.

E, já num novo quadro político, com maioria parlamentar do PS, o subsequente Governo de António Costa estimulou a Concertação Social com a consequência da assinatura de um novo Acordo que pudesse dinamizar o prosseguimento da evolução económica e social dos últimos anos.

| | | | | | |
|-------------|--------------|--|----|---------------------|-----|
| 2022 | 9 de outubro | Acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da produtividade | PS | CAP, CIP, CCP e CTP | UGT |
|-------------|--------------|--|----|---------------------|-----|

3. Algumas notas em jeito de conclusão

A Concertação Social vai muito para além da materialização em acordos escritos. Enquanto fórum institucionalizado de diálogo social, pelas suas reuniões formais e contactos informais, de carácter tripartido ou bilateral,

passam muitos dos entendimentos e consensos em que assentou o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Antes, e para além da eventual aprovação de medidas expressas em acordos, a Concertação vale como espaço onde se inscrevem ideias e possibilidades de mudança.⁴⁷

A análise feita assenta, sobretudo, nos resultados da atividade concertativa que se materializaram em acordos tripartidos (ou, eventualmente, em não-acordos, porque falhou o entendimento das partes), e é sobre esses instrumentos que se apontam as seguintes pistas de leitura.

Influência dos Governos e dos contextos

Tendo presente os acordos e as fases por que passou a Concertação Social na sua relação com os ciclos políticos⁴⁸, é manifesto que existe uma ciclicidade, que é «fortemente sensível aos resultados eleitorais»⁴⁹ e aos Governos que se constituem nessa sequência.

Os governos tiveram sempre a iniciativa e uma posição dominante, quer nas matérias em discussão, quer nos termos dos acordos concluídos, e ainda na forma como geriram as consultas, mais ou menos formalizadas, dirigidas às confederações patronais e sindicais, com base nas quais tomaram medidas legislativas, governamentais ou no âmbito parlamentar.

O nível de concertação, materializada em celebração de acordos, depende, pois, do poder político e da visão que o Governo e os governantes têm do diálogo social, bem como dos protagonistas que, a cada momento, dirigem as confederações sindicais e patronais e da relação que entre todos se estabelece e ainda dos contextos políticos, económicos e sociais que o país viveu ao longo dos anos.

Embora tenham existido exemplos de acordos bilaterais sem intervenção do poder político, estes constituem a exceção e, na verdade, não são verdadeiros acordos de concertação, que se pressupõem tripartidos. A regra observada é que a iniciativa da concertação caiba aos Governos, e que estes alimentem a discussão, da qual nascerá (ou não) um instrumento negocial tripartido.

Por vezes, houve mesmo alguma tensão entre o papel da democracia representativa da Assembleia da República e a natureza negocial da CPCS. A proatividade coube, geralmente aos governos, que frequentemente buscaram em Concertação Social o consenso legitimador das suas opções

⁴⁷ Uma leitura das funções primordiais da Concertação Sociais pode ser encontrada em Ernâni Rodrigues Lopes, "Concertação Social e Política Económica. O caso português", em *Os Acordos de Concertação Social (I Estudos)*, Lisboa, CES, 1993).

⁴⁸ Ver: José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *op. cit.*, vol. II, 348-356. No capítulo «A UGT e a Concertação Social», encontra-se uma reflexão tributária deste assunto.

⁴⁹ *Livro Verde das Relações Laborais*, 2006, p. 181.

políticas. Daí que alguns especialistas falem do potencial risco de governamentalização da Concertação social.

A natureza dos temas é decisória. A falta de porosidade entre níveis de Concertação Social.

Além do peso e do papel dos governos, bem como da relação de forças entre os Parceiros Sociais e seus protagonistas, a natureza dos temas levados à concertação é decisória para o resultado final das negociações: existem temas que merecem mais facilmente consenso do que outros, como é o caso da formação profissional ou da segurança, higiene e saúde no trabalho, de cujos avanços todas as partes beneficiam, direta ou indiretamente; e temas, como o do aumento ou moderação salarial, que afetam de modo diferente trabalhadores e empregadores, gerando uma inevitável tensão entre os interesses conflitantes, consoante se presta trabalho e recebe remuneração, ou o inverso.

Quanto à dinâmica da negociação coletiva, um dos níveis da Concertação, há que referir que em Portugal existe pouca interinfluência ou porosidade entre esses vários níveis. A negociação coletiva não tem uma ligação direta e imediata com a Concertação Social. É de notar que, por via dos Acordos que alteraram a legislação do trabalho, o nível negocial sofreu alterações importantes, tal como diversos outros aspetos das Relações Coletivas de Trabalho, designadamente no período da intervenção externa.

A posição das centrais sindicais

A natureza dos temas determina a possibilidade de consensos e a celebração de acordos. Esta dimensão cruza-se também com as características de cada uma das centrais, a sua história, a sua matriz, as suas estratégias e práticas políticas e sindicais.

A CGTP inscreve-se numa tradição de contestação, que remete para a luta de classes e para a conquista de direitos pelos trabalhadores, mais na base da luta sindical e litigância do que em compromissos com o “patronato”. Aliás, não assumiu de início os lugares que lhe competiam no CPCS; só o fez mais tarde, quando considerou que a situação política o impunha. Com esta matriz, é expectável que, em matéria de Concertação Social, haja uma menor propensão para a cedência que os compromissos sempre exigem, sobretudo nas matérias mais incandescentes.

O facto de a CGTP subscrever menos acordos não deve confundir-se, porém, com a falta de participação nas discussões ou com menos contributos para os acordos, ou no menor acompanhamento dos acordos que não assinou. A CGTP mantém desde sempre um elevado grau de participação nas

discussões em Concertação Social, ainda que tenha subscrito um limitado número de acordos.

Até hoje a UGT subscreveu todos os acordos de concertação. Sem a sua presença, e considerando o posicionamento da CGTP, a grande maioria dos acordos não teriam sido celebrados.

Neste sentido, pode afirmar-se que a UGT, presente em todos os momentos da dinâmica concertativa, num posicionamento proativo e numa atitude propositiva, foi um dos artífices principais da Concertação Social em Portugal. Este diálogo com os Governos e os demais parceiros, em lógicas de uma geometria em constante variação, exigiu da parte dos responsáveis da UGT, não só dos seus secretários-gerais, como dos outros dirigentes com assento na CPCS, uma atitude de grande abertura e empenho, para lograrem atingir plataformas de entendimento: ceder sem transigir, negociar sempre em nome do interesse dos trabalhadores e do coletivo social, ver além do curto prazo. Estes interlocutores da UGT na CPCS são a voz da Central naquele fórum e exprimem a vontade dos seus órgãos, cujas posições são quase sempre tomadas por unanimidade, ou por esmagadora maioria, apesar das diferentes orientações político-sindiciais dos seus dirigentes e dos seus sindicatos.

O diálogo externo pressupõe também um intenso diálogo interno, com os vários órgãos da Central e as suas várias tendências, de forma a consensualizar posições, o que nem sempre foi óbvio. Além da normal divergência de opiniões e de posições dentro de cada instituição, a UGT é uma confederação sindical que agrupa sindicatos de muitas origens, com direções de distintas orientações políticas e sindicais, e a Central é, ela mesma, uma entidade plural, onde convivem e interagem sindicalistas de várias matrizes, cujo denominador comum é a defesa do trabalho e dos trabalhadores.

Os anos mais recentes

A crise financeira e as tormentosas vicissitudes da sua superação e, mais recentemente, a crise pandémica, puseram à prova o sistema de diálogo e concertação social. Com uma margem menor aquando da intervenção externa, pelas injunções da Troika, que condicionavam toda a ação governativa, ou com uma margem negocial maior, designadamente no período pandémico, a CPCS não deixou de existir e de funcionar como um fórum de debate e de conciliação de interesses, muitas vezes como um “amortecedor social”.

Apesar das suas insuficiências, designadamente a falta de uma equipa técnica de suporte aos trabalhos, o sistema permitiu a continuidade de um espaço institucionalizado de debate e procura de consensos entre as

principais forças organizadas dos mundos empresarial e do trabalho, com alguns momentos de entendimento-acordo-pacificação entre lógicas de ação coletiva e legitimidades bem diferenciadas.

É aliás sintomático da maturidade do sistema português de Concertação Social que a OIT, no relatório designado *Trabalho Digno em Portugal 2008-2018: da crise à recuperação*⁵⁰, considere que o diálogo social entre o Governo e os Parceiros Sociais antes, durante e depois da crise, foi fundamental para a recuperação do país, impulsionando o crescimento económico e o emprego.

E o futuro?

Se representarmos a Concertação Social com um triângulo, temos três vértices: o governamental, apesar dos dinamismos e variações da política, será sempre o do governo em funções, não há outra possibilidade. Já os outros vértices, hoje ocupados, pelo lado patronal, pela CIP, CAP, CCP e CTP e pelo lado sindical, pela CGTP e pela UGT, podem ter outras expressões.

Note-se que o associativismo é livre, pelo que é natural que surjam outras entidades representativas da área patronal ou sindical. Todavia, não é razoável que se altere de modo menos ponderado a constituição da CPCS, que requer estabilidade e segurança. Esta posição de partida não pode, naturalmente, excluir no futuro a possibilidade de alteração da atual constituição, caso haja mudanças profundas no equilíbrio e representatividade das atuais confederações com assento no órgão.

Outra questão que se coloca desde já e sobretudo do lado sindical, é a da representatividade do vasto leque de trabalhadores a operarem na economia. Tradicionalmente o sindicalismo associa os trabalhadores assalariados típicos, com contratos de trabalho. Porém, há toda uma diversidade de situações, como a dos trabalhadores jovens que se mantêm em sucessivos contratos a prazo, intermitências com situações de desemprego, ou “biscates” ocasionais; situações de trabalho para agências de trabalho temporário, mais ou menos prolongadas; experiências de sobrevivência no estrangeiro, legais ou ilegais; falsos recibos verdes; trabalhadores-empresários; pessoas que aceitam trabalhos subqualificados relativamente à sua formação; trabalhadores mais velhos desempregados por encerramento da empresa ou obsolescência das suas qualificações; pessoas a trabalharem na economia informal ou subterrânea; trabalhadores imigrantes, vítimas de discriminações diversas e em trabalho irregular; trabalhadores das “plataformas”; distribuidores urbanos; trabalhadores sazonais da agricultura...

⁵⁰ *Trabalho Digno em Portugal 2008-18: da crise à recuperação* Bureau Internacional do Trabalho – Genebra: BIT, 2018

Há toda uma panóplia de trabalhadores, com expressão significativa no mercado de trabalho, que devem motivar os sindicatos tradicionais e as suas confederações a desenvolverem uma ação prioritária para captar o interesse dos muitos casos de trabalho atípico. Só dando voz a estas camadas sub-representadas no atual sindicalismo este poderá almejar ter a força necessária para continuar a promover os vários níveis do diálogo social, aqui incluído o nível macro da concertação social.

Há uma outra dimensão a assinalar, que é a dos movimentos inorgânicos, que não se reconduzindo ao perfil sindical, agregam pessoas não pelo tipo de atividade, mas pelo denominador comum da precariedade, do desemprego ou da identificação com determinadas referências comunitárias. Será que os sindicatos tradicionais poderão alargar a sua abrangência e dar cobertura aos anseios destes trabalhadores? E desse modo dar-lhes voz e capacidade de diálogo?

Ou será que o CES, enquanto instância de consulta, poderá acolher algumas expressões atípicas do trabalho, e dar-lhes espaço, eventualmente fazendo a ponte com os diálogos e esforços de concertação no seio da CPCS?

*

As interrogações são imensas, tantas quantas as que o futuro do trabalho nos coloca. Num tempo de mudanças aceleradas, é preciso que sejamos capazes de aprofundar o conhecimento sobre estas realidades, para podermos refletir e decidir qual a melhor forma de garantir o diálogo e a concertação social agora e no futuro. Para isso, devemos aproveitar os ensinamentos do passado e saber projetar o futuro, com equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a justiça social, para uma sociedade mais em dia com o seu tempo, mas também mais justa e mais feliz.

Os desafios do mundo sindical. Pela centralidade do trabalho e do sindicalismo livre, plural e democrático

Mário Mourão

Presidente da Tendência Sindical Socialista

50 anos depois. Os Sindicatos na Democracia e a Democracia nos Sindicatos

No momento em que se celebramos os 50 anos da nossa vida democrática, a inclusão de uma reflexão sobre o sindicalismo e sobre o sindicalismo socialista não poderia revelar-se mais pertinente e, diga-se, mais atual.

Com efeito, não podemos esquecer que o pilar do pluralismo sindical foi um dos últimos (se não o último) a cumprir-se no Portugal pós-25 de Abril, uma vez que somente em 1977 se poria termo à unicidade sindical e à tentativa de hegemonia de uma Central Sindical sobre todo um movimento que gritava já liberdade.

A resistência dos sindicatos da chamada Carta Aberta, que estariam na origem da criação da União Geral de Trabalhadores em 1978, e o imprescindível apoio dos principais partidos políticos, com natural destaque para o Partido Socialista, foram assim passos essenciais para a consolidação da nossa Democracia.

E passos que, não pode deixar de ser dito e não obstante a nossa Democracia se encontrar plenamente consolidada por 50 anos de vivência, deixaram ainda assim as suas marcas, as quais não devem ficar de fora das reflexões que se nos impõe fazer para futuro.

Hoje, como no passado, os desafios que se colocam à nossa vida comum são também os desafios dos sindicatos ou não fossem estes o espelho dos anseios, expectativas, reivindicações e propostas dos trabalhadores que representam. Deve ser dito, aliás, que, num País em que os níveis de participação e ativismo cívico e político dos cidadãos são menores do que em democracias mais antigas e que não passaram por um longo período de ditadura, o papel dos sindicatos assume redobrada importância.

São frequentemente salientados aspetos menos positivos, como a perda de representatividade sindical ou as necessidades de renovação e de maior abertura às novas realidades sociais e até laborais.

Sabemos existir um discurso e uma tentativa de mobilizar e arregimentar pessoas, incluindo por via dos novos meios de comunicação, para movimentos de natureza diversa da sindical.

Temos presente o movimento existente no sentido de nos fazer crer que o tecido empresarial é eminentemente benévolo e que a distribuição da riqueza se fará por si (algo que o tempo tem provado falso e não apenas em Portugal), que as iniciativas voluntárias das empresas (por vezes, de um constrangedor paternalismo) se devem substituir a direitos legais e a direitos negociados e até que empregadores e trabalhadores (convertidos em colaboradores) se encontram em pé de igualdade num mesmo espaço. Mas sabemos também que, mesmo com a perda de peso que ocorre um pouco por todo o Mundo, os sindicatos continuam a ser as organizações mais representativas da sociedade civil.

Sabemos ainda que, ao contrário de movimentos (mais ou menos) inorgânicos, são os sindicatos que conseguem aliar as capacidades de contestação e oposição às capacidades de proposição e de negociação.

Tais capacidades, ligadas à conquista sindical da instituição de mecanismos e processos de participação e negociação, têm gerado, em diversos casos, a conversão de movimentos sociais nas organizações de cariz sindical que frequentemente minimizam e criticam. Uma conversão que só pode ser vista como um sinal claro de sucesso dos sindicatos.

Um sucesso que só é possível em Democracia e com as ferramentas de que esta nos dota, mas que é retribuído com uma atuação, a múltiplos níveis e dimensões e em articulação com as demais organizações políticas e sociais, que ajuda a cumprir a Democracia e a faz chegar a milhares de trabalhadores.

No entanto, a dimensão democrática dos sindicatos não se esgota e não se pode esgotar na sua atuação e na relação (que se quer cada vez mais aberta) com a sociedade, sendo e devendo ser também parte integrante da sua forma de vida e de organização.

E aqui, numa Democracia já não tão jovem, são ainda visíveis as tais marcas do passado, com os valores constitucionais de autonomia e independência e os direitos como o de constituição de tendências sindicais a não perpassarem todo o movimento sindical.

A constituição de tendências sindicais elevada a exigência constitucional surgiu, aliás, como uma forma de afirmação e de garantia das referidas autonomia e independência, mas igualmente de reforço de um ideal de pluralismo que, visando corporizar princípios de participação política, não permitisse que ideologias partidárias, religiosas ou outras se colocassem acima do verdadeiro papel dos sindicatos.

E sejamos claros: não é possível democracia sindical sem alternância democrática.

Não pode subsistir, no seio do mundo sindical, uma lógica de centralismo que torne os sindicatos (e as organizações que os congregam) em mera correia de transmissão de outros interesses ou poderes.

Não pode subsistir uma lógica que separe os sindicatos da sociedade em que se inserem.

E isto é tão verdade quando falamos da representação de grupos como os migrantes, os jovens ou das lutas pela igualdade, como o é quando falamos da capacidade de minorias políticas imporem hegemonias que instrumentalizam, ainda hoje, o movimento sindical.

Deve ser negada – nas palavras como nos atos – a visão de uma certa contaminação de tudo o que é tocado pela política (no sentido partidário), como se os partidos não fossem pilares fundamentais das nossas democracias e como se todos nós, sindicalistas incluídos, não devêssemos ser parte integrante da vida nacional.

Os sindicalistas socialistas não abdicam da sua independência como não abdicam do seu poder/dever de participação partidária. Mas essa não é aqui a questão.

A questão aqui é puramente sindical e é necessário não esquecer que os sindicatos são parte da vida política, são obreiros da política, mas não são veículos de políticas ou interesses partidários.

E tal tem de ser claro em todos os momentos, como o foi ainda recentemente com a assinatura do Acordo sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico em sede de Concertação Social, em que os atores sociais deram – mais uma vez – um contributo significativo, realçando e dignificando o papel do diálogo social para quem representam e para o País (papel tão mais importante em momentos em que o contexto político é complexo), mas sem nunca se substituírem ou confundirem com o debate e com objetivos partidários.

O sindicalismo livre, plural e solidário que vingou enquanto pilar do Modelo Social Europeu, o sindicalismo que é poder em si e não mero contrapoder ou poder instrumental, o sindicalismo que recusa a luta pela luta e que aceita o diálogo social e assume os seus resultados, o sindicalismo com capacidade de negociação e proposição e compromisso, o sindicalismo que transcende o mundo sindical e defende um modelo social, o sindicalismo que não agarra e perpetua o dogma político. Esse é o sindicalismo de futuro pelo qual, 50 anos depois, ainda temos de lutar.

Sindicatos para quê? Sindicatos para quem? De fora para dentro e de dentro para fora.

De fora para dentro

É hoje um lugar-comum afirmar que o mundo do trabalho atravessa profundas mudanças, mudanças que se operam a uma velocidade superior à do passado, mudanças que irão destruir milhões de postos de trabalho, mudanças em que novos trabalhadores pouco ou nada terão a ver com os trabalhadores que hoje conhecemos.

As mudanças estão aí e, em alguns casos, foram aceleradas pelo eclodir de uma pandemia, que imprimiu uma nova velocidade a realidades que estavam (pareciam) muito distantes ou eram incipientes para muitos. O teletrabalho (debatido e regulado pelos parceiros sociais desde o início do milénio) ou as plataformas digitais são apenas as faces mais visíveis que todos já reconhecemos e abraçámos (em maior ou menor grau, com maiores ou menores recuos em função do “choque com a realidade”).

Mas estas novas realidades não nos devem fazer esquecer alguns aspetos que importa lembrar.

E cumpre aqui recordar, em primeiro lugar, as palavras (tantas vezes proferidas, mas porventura pouco escutadas por quem se centra apenas no movimento e esquece o objeto) pelo nosso camarada Vieira da Silva, na qualidade de Ministro do Trabalho e fora dela, em que lembrava que, por maior e mais profunda que venha a ser a mudança nos meios e formas de produção e de prestar trabalho, a realidade dominante continuará a ser a que melhor conhecemos (incluindo os sindicatos): a do trabalhador por conta de outrem, subordinado, sujeito ao poder de direção de um empregador.

Por outro lado, importa contrariar o movimento natural que todos temos de olhar apenas para a diferença e não reconhecer as semelhanças.

Serão algumas realidades tão diferentes do que conhecemos?

Todos ficamos espantados hoje com a diluição dos vínculos laborais na relação entre plataformas digitais, operadores e trabalhadores, esquecendo que, em sectores tradicionais como o dos transportes, há muito assistimos à existência de empresas que ostentam o seu nome em (muitos) mais veículos do que o número de motoristas com quem celebram contrato de trabalho.

Porém, tal não significa que o movimento sindical não tenha de se adaptar à mudança e dar uma resposta (mais) efetiva a estas realidades, novas e não tão novas.

Uma resposta que, por vezes, não passará por regular de forma diversa grupos e subgrupos de trabalhadores, agravando a segmentação e precarização das relações laborais, mas antes por trazer estes novos trabalhadores (com tudo de semelhante que têm com os “antigos”) para a esfera de regulação laboral legal e convencional e para o âmbito da proteção social que já conhecemos. A lógica deverá ser, como sempre, de inclusão.

Tal não significa deixar tudo na mesma e poderá até levar a ter de repensar o próprio conceito de trabalhador.

Mais, apesar de não subscrevermos a tal visão paternalista muito patronal de que já se falou, pela qual os jovens “já não querem emprego para a vida” ou em que “os novos trabalhadores não valorizam um contrato de trabalho”, temos ainda assim de ter presente que existe hoje um conjunto de novos trabalhadores com uma forma diferente de olhar para as suas carreiras, para a sua vida pessoal e até para a ligação ao seu País.

E, para dar resposta a esses e a um certo grau de atipicidade voluntária (e não deve ser esquecido que Portugal está no pódio dos países europeus com mais precariedade involuntária, o que temos de continuar a combater), os sindicatos terão de admitir uma diversificação para acomodar diferentes expectativas, conforme já vem acontecendo em temas como o tempo de trabalho, o teletrabalho, a parentalidade e a conciliação entre as vidas pessoal, familiar e profissional.

Mais, não devemos olhar para o lado face à necessidade de fazer opções sociais e de desenhar políticas que respondam às transições em curso, sejam elas ambientais ou digitais.

Da capacidade dos sindicatos para o fazer, defendendo a necessidade de formação e de políticas ativas de emprego, reivindicando enquadramentos laborais adequados, o desenho de sistemas de proteção social e de sistemas fiscais, dependerá muitas vezes o sucesso dessas transições.

Teremos de fazer opções e assumir mudanças que nem sempre serão fáceis, mas que devem começar pelo campo de atuação onde as mesmas melhor poderão ser efetivadas e que continua a ser área-chave para o sucesso

dos sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção de melhores condições de vida e de trabalho: a da negociação coletiva.

Uma negociação coletiva que, em Portugal, como um pouco por todo o Mundo, deve refletir nas suas práticas e não repetir erros do passado.

A segmentação da regulação para quem está e para quem entra no mercado de trabalho criou, em alguns casos, tensões e sentimentos de exclusão. O alheamento dos trabalhadores mais diferenciados e qualificados e da negociação dos mais altos salários, frequentemente imposto pelas empresas numa lógica de promoção da divisão entre trabalhadores, mas também aceite (mais ou menos relutantemente) pelos sindicatos, não apenas provocou os fenómenos de esmagamento/achatamento salarial de que tanto se fala como, em muitos países, se traduziu num declínio de representação sindical, de capacidade de intervenção e, em última instância, de poder para promover um crescimento económico e um desenvolvimento social mais intensos, justos e harmoniosos.

A manutenção de uma intervenção centrada nos valores de solidariedade e coesão, seja quando falamos da diversificação de trabalhadores ou da regulação das suas condições de trabalho, deve assim continuar a estar no cerne das preocupações sindicais.

E uma preocupação que não se joga só nos planos nacionais.

O movimento sindical foi o primeiro grande movimento social a internacionalizar-se, logo na segunda metade do Século XIX.

No entanto, o movimento sindical nem sempre tem vivido bem com os fenómenos genericamente designados como globalização.

Muito confinados ao espaço nacional – sindicatos de âmbito nacional, negociação coletiva de âmbito nacional, ações coletivas de âmbito nacional (e limitadas por vezes por uma jurisprudência comunitária desproporcional) –, os sindicatos continuam a estar limitados face à intervenção (pouco ou nada regulada e sem as mesmas limitações) de empresas multinacionais com uma intervenção global.

A ligação a espaços de pertença supranacionais é, hoje, assim, de importância redobrada e deve ser intensificada e até reformulada.

A filiação à Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e à Confederação Sindical Internacional (CSI) nem sempre é vista com a devida relevância, mas tem-se mostrado sempre absolutamente central para a partilha de valores, para a definição de estratégias e atuações comuns e para um apoio (técnico e político) nem sempre visível, mas incontornável.

Cumprе recordar – ainda que não nos devamos cingir a uma lógica meramente instrumental – os tempos não muito longínquos da Troika em Portugal, em que o apoio daquelas organizações e das nossas congéneres

nelas reunidos em torno de Portugal e dos demais países intervencionados, bem como a informação por elas fornecida, foram frequentemente os instrumentos que nos permitiram travar medidas mais gravosas para os trabalhadores.

Por outro lado, a capacidade de intervenção sindical ao nível global deve passar necessariamente pelo reforço da participação nos espaços em que tal nos é já permitido e em que a capacidade de influenciar políticas e normativos tem influenciado já os rumos europeus e mundiais.

Do Diálogo Social Europeu ao Conselho Económico e Social Europeu (CESE) até à casa-mãe do tripartismo – a Organização Internacional do Trabalho (OIT) –, os sindicatos devem ter presente que a sua relevância para influenciar os rumos do mundo do trabalho passa por fronteiras que ultrapassam as dos países.

Mais, passa por fronteiras que excedem a do próprio mundo do trabalho e exige, à semelhança do que a OIT vem advogando, uma ação mais estruturada, coordenada e formal no seio de organizações do mundo económico como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Se quisermos cumprir o ideal de uma globalização mais justa, os condicionalismos e as cláusulas sociais devem fazer parte integrante da operação económica e dos acordos de comércio ao nível mundial.

Na referida lógica de solidariedade e coesão, os sindicatos devem continuar a reforçar os seus laços de cooperação internacional, conciliando a defesa dos interesses locais com o não prejuízo de um processo de regulação global, pelo afastamento perentório de uma intervenção em que uns devem perder para outros ganharem.

E aqui o movimento sindical português tem, apesar de tudo, tido uma ação diferenciadora, nomeadamente por via da cooperação e do intercâmbio promovidos no seio da Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP).

Mesmo no plano de cada País, somos convocados a dar novas respostas, quer em função de alertas que despertam, quer em função de oportunidades que surgem.

As já aludidas visões substitutivas da intervenção tradicional dos sindicatos, nomeadamente colocando iniciativas voluntárias das empresas no lugar da negociação coletiva, exigem que seja assegurada a sua complementaridade e reafirmada a centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Mas igualmente discussões hoje em curso, como a da instituição de novos mecanismos de participação dos trabalhadores na gestão das empresas, devem ser encaradas de frente como desafios em que, sendo asseguradas

autonomia e a não instrumentalização daquela participação, se evitarão os erros do passado (e que condenaram processos semelhantes) e se poderá ganhar espaço para o fomento de um desenvolvimento económico mais justo.

Igualmente, não poderemos passar ao lado de uma análise sobre o papel que os sindicatos podem (ainda) desempenhar do ponto de vista social.

O declínio dos serviços públicos tem-se revelado um problema que não é apenas português, mas em que outros países tiveram uma abordagem e resultados diversos. As elevadas taxas de sindicalização e o reconhecimento social do papel dos sindicatos, com todas as vantagens económicas e sociais que daí resultam, e a gestão sindical de organismos relevantes em áreas como o emprego, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços, mesmo em momentos de profundas e prolongadas crises políticas, surgem lado a lado, gerando um ciclo virtuoso que merece a devida atenção.

De dentro para fora

As mudanças a operar não se devem processar apenas de fora para dentro, procurando prevenir ou reagir ao exterior, sendo importante que os sindicatos se adaptem e reestruturem para ir ao encontro de expectativas legítimas que os trabalhadores e a sociedade em geral neles ainda depositam. Temos desafios de longa data por resolver, desde a necessidade de renovação intergeracional à maior representatividade das mulheres nos órgãos sindicais, num movimento que já se iniciou mas está longe ainda de ser plenamente sucedido.

Mais, e face a limitações/imperativos legais e de interpretação constitucional, os sindicatos devem continuar a refletir sobre a melhor forma de representar e integrar novos trabalhadores nas suas estruturas.

Diga-se que este é um problema que não é novo, mas cuja atualidade foi renovada com as alterações legislativas produzidas pela Agenda do Trabalho Digno, que vieram, mais uma vez, deixar evidentes paradoxos, que terão de ser sanados no futuro.

Foi dado um passo significativo com a possibilidade de existir negociação coletiva que abranja trabalhadores economicamente dependentes e franjas de independentes, mas continua a ser vedada aos sindicatos que a realizam – pelos ditos imperativos – a representação daqueles trabalhadores. Não resolvida a questão de longa data sobre as vantagens ou desvantagens de um sistema que, para promover a desejável (indispensável) elevada cobertura da negociação coletiva, recorre a um instrumento administrativo que acaba por beneficiar os trabalhadores que não se vinculam aos sindicatos (e promovendo assim a não sindicalização) e eis que, por

necessidade social de dar resposta a novas realidades, impulsionamos todo um novo grupo de trabalhadores que os sindicatos representam potencialmente à mesa das negociações, mas que não são seus filiados.

A questão de futuro deverá ser quem estará melhor posicionado para representar aqueles trabalhadores.

A solução do legislador, independentemente da evolução que vier a conhecer, parece deixar claro que não haverá – pelo menos no imediato ou o próximo futuro – alternativa viável ou credível aos sindicatos. Teremos de estar preparados.

A complexidade do mundo do trabalho e a necessidade de intervir em patamares que não os tradicionais campos do mercado de trabalho, das políticas de emprego, da legislação laboral ou da proteção social, em que o movimento sindical se sente “em casa”, impõem hoje que a necessidade de formação seja uma realidade para os representantes dos trabalhadores como o é para os próprios trabalhadores.

Qual a melhor forma de articular a experiência e a proximidade a quem trabalha com as exigências e a especialização de uma atuação que excede os campos tradicionais?

Como conciliar a necessidade de um diálogo social, de uma concertação social que se assuma como mais ambiciosa, com uma dimensão verdadeiramente estratégica e transversal, com uma visão não desgarrada do dia-a-dia de quem trabalha?

Até que ponto estamos dispostos a ir num certo grau de profissionalização do mundo sindical?

Até que ponto devem as políticas públicas serem promotoras de um quadro que dinamize os sindicatos, o diálogo, a negociação coletiva e a participação dos trabalhadores?

Esta é uma das reflexões difíceis que outros países já realizaram e que, em Portugal, os sindicatos têm ainda de aprofundar internamente, nos diferentes patamares de intervenção sindical.

Os processos negociais cada vez mais complexos, em que os contextos de empresa ou sectoriais envolvem múltiplas variáveis e cenários ou em que os processos de diálogo social impõem uma intervenção cada vez mais transversal quanto às matérias envolvidas (os acordos de concertação social são disso prova, sendo cada vez mais clara a necessidade de articular políticas para obter resultados), impõem tal reflexão.

E, nesse quadro, temos de repensar o próprio papel do movimento sindical. Continuaremos a ter o que sempre chamámos de Centrais de Sindicatos, em que as mesmas continuarão a ser – como devem ser – uma extensão e um apoio aos sindicatos na sua luta diária junto dos trabalhadores.

Mas essa ideia deve ser, cada vez mais, vista como a possibilidade dos sindicatos se fazerem representar a outros níveis, de intervirem em outros processos, de abrangerem um conjunto mais alargado de temáticas e de, em última instância, garantir a maior eficácia da sua intervenção.

Desse entendimento dependerá a capacidade de, no fundo, rejeitar e tornar mais evidente a ideia de que, neste novo mundo que temos pela frente, os sindicatos estão ultrapassados, que estão a perder relevância e que há realidades que são inevitáveis.

Os tais milhões de postos de trabalho destruídos, o corte de direitos para sermos competitivos face a outras regiões, as transições rápidas e desreguladas não são realidades inevitáveis.

Como não o são as alterações climáticas, a especulação à escala global ou a concorrência entre países numa descida de impostos que pretende promover investimentos.

Os sindicatos, tal como no passado, deverão estar na linha da frente dos que dizem que não existem realidades inescapáveis, que não existem determinismos. E os sindicatos, reforçando a sua capacidade interna, reforçando a capacidade de chegar a mais trabalhadores, com uma maior articulação com a sociedade civil, fazendo o que sabem fazer melhor – propor, negociar, cerrar fileiras e lutar, quando necessário – continuarão a ser organizações cada vez mais relevantes na construção de uma agenda que, respondendo aos anseios e expectativas dos trabalhadores que representam, deverá extravasar o mundo do trabalho e constituir-se como uma agenda estratégica para o modelo económico e social.

A luta dos sindicatos continuará sempre a ser a luta pela dignificação do trabalho, mas essa luta depende e passa, hoje mais do que nunca, pela luta por um modelo de sociedade ou, como a Constituição da República Portuguesa destaca logo no seu Artigo 1.º, pela “construção de uma sociedade livre, justa e solidária”.

Aparte final. Da história se fará futuro

Num momento em que muitos assumem um discurso sobre a perda de centralidade dos sindicatos e da sua atuação, um apontamento final não poderá deixar de ser feito relativamente à atualidade das lutas sindicais.

A luta histórica dos sindicatos, a luta que deu origem à própria celebração do Dia do Trabalhador, foi a luta pela redução da jornada de trabalho.

Num momento em que estamos embrenhados na pertinente e necessária resposta aos novos problemas, em que a velocidade da mudança nos

parece ultrapassar, em que a ideia de inevitabilidade histórica parece querer impor-se, o movimento sindical não pode esquecer a perspetiva que só ele – pela antiguidade e relevância histórica do seu papel – pode ter sobre o mundo do trabalho e sobre a evolução social.

Conforme referimos, o papel dos sindicatos não se cinge à legislação laboral e às alterações ao Código do Trabalho.

Esse é o canto a que muitos, nomeadamente uma certa visão patronal, querem encostar o movimento sindical.

No entanto, as lutas históricas não perderam a sua relevância e a visão do imediato não nos pode fazer esquecer o que o passado nos ensinou.

As tais mudanças na forma de trabalhar, a tal aceleração nos ritmos de trabalho não deveriam lembrar-nos de que, decorrido quase um quarto do Século XXI, não olhámos para a questão da redução da jornada de trabalho? Não estaremos no momento histórico de visitar o passado para projetar o futuro?

Esta é uma discussão que se tem reaberto um pouco por toda a Europa (incluindo na nossa vizinha Espanha).

Um movimento sindical de futuro não pode esquecer o seu passado e as lutas do passado são ainda as do presente e serão as do futuro.

CGTP-IN: presente e futuro do sindicalismo em Portugal. A ação do Partido Socialista no mundo do trabalho

Fernando Gomes

Secretário-geral da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN. Membro do Secretariado e Conselho Nacional da CGTP-IN

A CGTP-IN, enquanto maior organização social do nosso país, força imprescindível para influenciar as políticas públicas em Portugal, organização sindical de classe, assente na unidade, democracia, independência, solidariedade e num sindicalismo de massas, coloca em causa toda a sua força quando renega as suas raízes e os seus princípios.

O presente artigo enquadra-se num dos temas desta edição do Portugal Socialista, Sindicalismo, Democracia e Progresso Social e visa dar a visão sobre o presente e o futuro do sindicalismo, no contexto de um sindicalista da CGTP-IN e uma abordagem sobre o papel do Partido Socialista no mundo do trabalho, tendo presente que o autor é, em primeiro lugar, sindicalista, mas, ao mesmo tempo, colhe as influências político-ideológicas que advêm da condição de militante do Partido Socialista.

1. Abordagem enquanto dirigente sindical

A CGTP-IN, cuja data da fundação se situa no dia em que foi emitida a convocatória (1 de outubro de 1970) para a primeira reunião Intersindical, realizada a 11 de outubro de 1970, completou, no passado dia 1 de outubro,

54 anos de uma longa e intensa atividade. A Mesa¹ dessa primeira reunião foi constituída pelos dirigentes sindicais Daniel Cabrita, dos bancários, que presidiu, José Pinela, dos caixeiros, Carlos Alves², dos metalúrgicos, e Margarida Carvalho, dos lanifícios, em representação dos sindicatos promotores, entre outros.

Carlos Alves, Kalidás Barreto, Ruben Rolo e Carlos Trindade, entre muitos outros, cada um no seu tempo, são referências incontornáveis dos sindicalistas socialistas da CGTP-IN e do sindicalismo em Portugal. Foram a *corrente* que nos trouxe até aos dias de hoje contributos importantíssimos para a CGTP-IN e o movimento sindical em Portugal.

A unidade e a democracia são princípios fundamentais na construção da CGTP-IN e do movimento sindical associado, a partir do II Congresso (1977), ou, como é mais conhecido, do Congresso de Todos os Sindicatos.

Na **unidade**, porque da organização passaram a fazer parte, ao longo dos anos, diversas correntes de opinião político-ideológicas, desde logo, sindicalistas comunistas, socialistas, católicos progressistas, da BASE – Frente Unitária de Trabalhadores (BASE FUT), entre outros, e, nos últimos anos, bloquistas.

Foi após o Congresso de 1977 que se criaram as bases da ação sindical e os métodos usados ao longo das últimas décadas, a distribuição de tarefas em função dos equilíbrios existentes na CGTP-IN, sempre no respeito pelas responsabilidades individuais, mas assumindo o trabalho coletivo como essencial para tornar a CGTP-IN forte nos locais de trabalho, coesa, com capacidade de intervenção na sociedade e com influência nas políticas públicas desenvolvidas pelos sucessivos governos.

Na **democracia**, porque o funcionamento dos seus órgãos, apesar da existência de uma corrente sindical maioritária (a comunista), sempre foi respeitando e percebendo que o funcionamento dos órgãos, a discussão aberta e plural, o direito à opinião, mesmo que divergente, eram benéficos e reforçavam a organização, tanto nas empresas e nos locais de trabalho como na sociedade.

Renegar princípios fundamentais e as raízes sobre as quais a CGTP-IN foi sendo construída, como aconteceu, de forma mais ligeira a partir de 2012, mas de forma mais gravosa após o XIV Congresso, de fevereiro de 2020, é não perceber que a Confederação só alcançou preponderância e influência porque nela coexistem e trabalham diversas correntes de opinião político-ideológicas. É daqui que resulta a força e influência da CGTP-IN.

¹ Daniel Cabrita e José Ernesto Cartaxo, no volume I de Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: das Raízes até 1977: edição da CGTP-IN.

² Carlos Alves não só esteve presente na Mesa pelo seu sindicato, como foi um dos dirigentes que assinou a convocatória. Veio a ser, muitos anos depois, militante do Partido Socialista.

Se a partir de 2012 se romperam métodos usados ao longo dos anos, tal como o funcionamento em grupos de trabalho, com todas as correntes, forma de alcançar consensos alargados sobre posições da CGTP-IN antes de passarem aos órgãos dirigentes, foi a partir de 2020 que sentimos uma maior perda de autonomia da CGTP-IN face ao Partido Comunista Português (PCP). Na linguagem, na imagem, nas posições e nas decisões. Aquando do XIV Congresso, em 2020, na posição que assumimos de apresentar um candidato a secretário-geral alternativo a Isabel Camarinha, tornámos público, em comunicado³, o que prevíamos que viria a acontecer: «[...] a conhecida e assumida militância de Isabel Camarinha na Corrente Sindical do PCP levanta sérias preocupações de que, com a sua eleição, passe a existir ainda uma maior aproximação da CGTP-IN ao PCP.»

Tal como previmos, esta hipótese concretizou-se. A autonomia dos dirigentes sindicais da Corrente Sindical do PCP no espaço da Confederação diminuiu face ao seu partido. As correntes sindicais dos católicos e independentes perdem cada vez mais a sua autonomia. De 2012 até aos dias de hoje, católicos e independentes perderam algumas responsabilidades que foram assumidas pelos dirigentes da maioria.

Por outro lado, o funcionamento democrático dos órgãos foi colocado em causa. Pôs-se de lado a forma de decisão por consenso e passou a haver uma prática sectária de apresentar propostas consumadas sem prévia discussão, com pedidos de contributos, é verdade, mas sem que muitos deles sejam considerados, como sempre aconteceu no passado.

Enquanto sindicalistas socialistas, sempre nos distanciámos destas práticas, com posições assumidas publicamente. São exemplos: a posição sobre os critérios para a fixação de um salário mínimo nos estados-membros da União Europeia (Março de 2020), que rompia com a visão internacionalista da CGTP-IN, pois não era solidária com milhões de trabalhadores de países onde não existe um salário mínimo; a declaração de compromisso do conjunto dos parceiros sociais, no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), sobre a COVID-19, que a CGTP-IN não subscreveu (12 Maio de 2020); e a não subscrição das posições reivindicativas assumidas pela Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência, ficando a CGTP-IN isolada a nível europeu (18 de Junho e 14 de Julho 2020).

Ao nível interno, assistimos à ingerência na autonomia do funcionamento dos departamentos, desde a conceção dos planos de atividades até à forma de concretizar iniciativas.

³ <https://corrente-css.blogspot.com/2020/02/comunicado-de-imprensa-n-022020.html>

Como se pode constatar, sempre com a oposição visível dos sindicalistas socialistas da CGTP-IN, o funcionamento democrático dos órgãos dirigentes foi-se degradando. A **democracia** foi sendo posta em causa, fruto de uma menor autonomia dos dirigentes da Corrente Sindical do PCP face ao seu partido.

No Conselho Nacional (CN) de 09 de julho de 2020, na Casa do Alentejo, deu-se a machadada final na democracia interna. Fruto de divergências profundas em relação à resolução proposta pela maioria da Comissão Executiva (CECO) na apreciação política da época que vivíamos (pandemia), os membros do Conselho Nacional que integram a CSS da CGTP-IN decidiram apresentar uma resolução alternativa ao CN. Essa resolução foi rejeitada pela maioria da Mesa (CECO), não foi distribuída e não foi submetida a votação. Colocaram-se em causa direitos inalienáveis de qualquer membro do Conselho Nacional. Ser informado, fazer propostas ao órgão de direção da nossa Confederação, vê-las distribuídas, discutidas e votadas.

Nas reuniões do Conselho Nacional de 09 de julho, 10 de setembro e 19 de novembro de 2020, os sindicalistas socialistas da CGTP-IN sempre apresentaram propostas alternativas de resolução, nunca aceites, fosse por rejeição da maioria da Mesa ou por submissão ao CN da sua admissão (o caso de 10 de setembro de 2020). Sempre que tal aconteceu, os sindicalistas socialistas passaram a ausentar-se da reunião por altura das votações, não dando, assim, cobertura a métodos de trabalho antidemocráticos.

Ao colocar-se reiteradamente em causa os princípios de **unidade** e **democracia** da CGTP-IN, viola-se o direito de tendência⁴, que, apesar da insuficiente regulamentação, estipula que, pela natureza unitária da CGTP-IN, se reconhece a existência no seu seio de diversas correntes de opinião político-ideológicas (COPI), cuja organização é, no entanto, exterior ao movimento sindical e da exclusiva responsabilidade dessas mesmas correntes de opinião.

Além da violação do direito de tendência, estas práticas impedem a livre expressão dos membros do Conselho Nacional e o seu direito a apresentarem propostas alternativas aos documentos que são apresentados para discussão. Tendo presente o sucedido nas reuniões de julho, setembro e novembro de 2020, os sindicalistas socialistas do Conselho Nacional da CGTP-IN decidiram deixar de participar nas suas reuniões até que o funcionamento democrático dos órgãos fosse reposto, porque não podiam continuar a pactuar com a ausência de democracia interna.

A ausência das reuniões decorreu entre 14 de janeiro de 2021 e 26 de outubro de 2022. No entanto, sempre justificámos politicamente as ausências

⁴ Art.º 14.º dos Estatutos da CGTP-IN.

em documentos enviados aos membros do CN e continuámos a submeter as nossas propostas alternativas de resolução.

O funcionamento democrático dos órgãos dirigentes da nossa Confederação, entre outras questões de princípio, é essencial para que, pelo menos os sindicalistas socialistas e independentes que trabalham com a Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, continuem a fazer parte do projeto que desde 1970 construímos em conjunto e é por isso que tudo fizemos, fazemos e faremos para preservar a CGTP-IN, para bem da classe trabalhadora.

Retomámos a nossa participação na reunião do Conselho Nacional de 17 de janeiro de 2023, tendo sido na altura informados todos os seus membros, pela secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha, que, no quadro da CECO, se havia alcançado um entendimento sobre o funcionamento do CN. Entendimento feito com os dirigentes sindicais da CSS da CGTP-IN. De referir que, durante este tempo de ausência das reuniões do Conselho Nacional, a nossa ação e intervenção se desenvolveu no âmbito da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Quando se pensava que, pela experiência vivida durante os últimos anos, poderíamos resolver problemas internos na base do diálogo, eis que, no âmbito da preparação do XV Congresso, outro problema surgiu.

Em muitos dos congressos, muitos sindicalistas socialistas e independentes apresentam para discussão, através dos respetivos sindicatos, propostas de alteração ou alternativas aos documentos centrais. É o caso das moções e resoluções, para a melhoria das quais contribuimos de forma inequívoca. Já quanto ao programa de ação, documento orientador da ação e intervenção da CGTP-IN nos quatro anos seguintes, não se conseguiu introduzir propostas que considerávamos importantes, o que nos levou a apresentar para discussão e votação propostas alternativas.

A CSS da CGTP-IN trabalhou também para o reforço da Confederação através dos dirigentes que propusemos para o órgão de direção, sindicalistas socialistas e independentes, de sindicatos operários, de serviços e turismo, da indústria, do têxtil, do calçado e de vários sectores da Administração Pública local e nacional. Dirigentes capazes, ativos e representativos de milhares de trabalhadores.

Com base neste trabalho, sinalizámos desde outubro de 2023 que estávamos em condições de **reforçar** a nossa influência, **aumentar** as nossas responsabilidades, sem bulir nos equilíbrios entre a maioria e as minorias. Nunca foi essa a nossa intenção. Mas era objetivo reequilibrar e aumentar a nossa influência dentro dos equilíbrios estabelecidos entre minorias desde 1977.

Dentro do objetivo de alterar a correlação de forças no âmbito das minorias, por uma questão de princípio, defendemos neste processo que a Corrente Sindical do Bloco de Esquerda (CS do BE) deveria, pela primeira vez, integrar a Comissão Executiva da CGTP-IN.

Porquê? Porque a Corrente Sindical do PCP tem, ao longo dos últimos mandatos, alargado a sua influência através das chamadas minorias dos católicos e independentes, o que rompe com os compromissos assumidos a partir do Congresso de Todos os Sindicatos (1977), que estipulava que um terço dos órgãos dirigentes não era da maioria do PCP.

Como até à realização do XV Congresso, a 23 e 24 de fevereiro de 2024, a Corrente Sindical do PCP na CGTP-IN bloqueou o reequilíbrio entre as minorias que permitiria que os dirigentes sindicais socialistas pudessem aumentar o seu número, decidimos não integrar a Comissão Executiva eleita pelo Conselho Nacional da CGTP-IN a 23 de fevereiro.

Este aumento seria mais do que justo. Temos dirigentes capazes e reconhecidos pelos trabalhadores, dirigimos sindicatos com uma ampla representação sindical e com milhares de associados, sindicatos reivindicativos, de luta, que defendem os interesses da classe trabalhadora e resolvem os problemas concretos dos seus associados.

Podemos afirmar que assistimos, nos dias que correm, a um enfraquecimento da CGTP-IN em função da existência de uma Comissão Executiva que não representa a pluralidade que existe no mundo do trabalho. Não incluindo na sua composição sindicalistas de todas as correntes de opinião político-ideológicas das esquerdas que existem, coexistem e intervêm nos locais de trabalho, em particular, os sindicalistas socialistas, a Comissão Executiva está, com a sua atual composição, amputada da realidade político-ideológica e sindical vivida pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Tendo presente a natureza de classe da CGTP-IN e os seus princípios de **unidade, democracia, independência, solidariedade e de um sindicalismo de massas**, acreditamos que se podem construir compromissos sólidos para o futuro que reforcem não só a presença dos sindicalistas socialistas no projeto mas, acima de tudo, que reforcem a pluralidade e deem um novo impulso à CGTP-IN.

2. Abordagem enquanto socialista

Acreditamos que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que militam nos sindicatos filiados na CGTP-IN votam no Partido Socialista nas diversas eleições e, como tal, não correspondem à mesma maioria sociológica dos dirigentes dos sindicatos e da Confederação.

Se, por um lado, a maioria dos dirigentes sindicais dos sindicatos e da própria CGTP-IN desenvolve a sua militância partidária no PCP, fruto da forma de organização dos seus quadros e da forte ligação aos locais de trabalho, a maioria dos associados e das associadas dos sindicatos não milita no PCP. Há, pois, duas maiorias sociológicas diferentes, a dos dirigentes (PCP) e a dos trabalhadores que votam maioritariamente nos partidos das Esquerdas. Esta convicção assenta também em dados sobre o voto dos trabalhadores sindicalizados que mostram um padrão, ainda que os últimos que conhecemos datem de 2002, 2005, 2009 e 2011. Segundo dados apresentados pelo professor André Freire⁵ sobre o voto dos sindicalizados nas eleições legislativas daqueles anos, o PS só ficou atrás do Partido Social Democrata (PSD) em 2011.

No âmbito da organização do Partido Socialista, realçamos a importância da Tendência Sindical Socialista (TSS)⁶, reconhecida estatutariamente, que enquadra tanto os sindicalistas socialistas da CGTP-IN (CSS da CGTP-IN) como os da UGT (TSS da UGT). Mas a existência da TSS não deve substituir a reflexão do PS sobre o mundo do trabalho, sobre os problemas que existem tanto no campo da CSS da CGTP-IN como no da TSS da UGT. Deve, antes, aproveitar o conhecimento e o saber de quem está no dia-a-dia nos locais de trabalho e nas empresas.

Ao longo dos anos temos apontado algumas razões, junto de diversos dirigentes do Partido Socialista, para a fraca reflexão sobre o trabalho e o sindicalismo, a saber:

- 1) *O facto de o Partido Socialista, ao contrário de outros, não ter tido origem na classe trabalhadora;*
- 2) *A falta de uma política para o mundo do trabalho que, entre outras questões, incentive os seus militantes e simpatizantes a aderirem aos sindicatos, a intervirem na sua vida interna e a fazerem-se eleger como delegados e dirigentes sindicais;*
- 3) *O facto de se conotar a CGTP-IN como a Central do PCP, o que não corresponde à verdade, no que diz respeito aos sindicalizados dos seus sindicatos que, em fevereiro de 2024, se situavam nos 562 500 trabalhadores e trabalhadoras, e nos muitos delegados e dirigentes sindicais que militam e votam noutros partidos, conforme acima se refere;*
- 4) *O facto de os simpatizantes e militantes do PS, quando pensam numa possível filiação sindical, pensarem em primeiro lugar na UGT;*
- 5) *A falta de formação dos dirigentes partidários sobre o trabalho e o sindicalismo e, em consequência disso, não se perceber a importância da negociação e da contratação coletivas, como forma de elevar salários e direitos. A transformação da sociedade através da melhoria das condições de vida e trabalho, objetivo que qualquer socialista deve preconizar, também se faz pela contratação coletiva, e não só no governo, institutos públicos ou autarquias.*

⁵ Os dois partidos mais votados pelos trabalhadores sindicalizados: 2002, PS – 41%, PSD – 31%; 2005, PS – 55%, PCP – 17%; 2009, PS – 43%, PSD – 24%; 2011, PSD – 38%, PS – 30%.

⁶ Art.º 76.º dos Estatutos do Partido Socialista.

Precisamos que o Partido Socialista defina uma política para o mundo do trabalho, que estabeleça uma maior ligação às empresas e locais de trabalho, aos problemas dos trabalhadores, que incentive os seus militantes e simpatizantes a aderirem e participarem na vida dos sindicatos. Que estreite as relações com as confederações sindicais e respetivos sindicatos, sempre no respeito pela autonomia, pois é essa a característica fundamental que distingue um sindicalista socialista de um sindicalista comunista.

3. Desafios para a CGTP-IN e o sindicalismo

Num artigo que publicou no *Le Monde* a 13 de outubro de 2023, Marylise Léon, secretária-geral da então mais representativa⁷ central sindical francesa, a CFDT, referia-se assim às mudanças que se vêm manifestando no mundo do trabalho desde o início deste século:

«O mundo do trabalho muda e os responsáveis políticos há muito que olham para o lado. Desindustrialização, desenvolvimento do sector dos serviços, robotização, desenvolvimento dos meios de comunicação, emergência dos trabalhadores de plataformas digitais, teletrabalho... Todas estas mudanças a que assistimos desde o início dos anos 2000 foram muitas vezes ignoradas em função de uma única preocupação: o emprego. Resultado: as organizações e as condições de trabalho; o reconhecimento das carreiras profissionais; a valorização das competências; as necessidades de formação para responder à evolução das profissões... Todas estas questões foram relegadas para segundo plano.»⁸

E deixa uma recomendação: mais do que grandes discussões teóricas e mediáticas, aquilo de que os trabalhadores sentem necessidade é de que os ouçamos, de que os ouçamos falar das suas profissões.

A segunda secretária-geral na história da CFDT, eleita em junho do ano passado, identifica alguns dos desafios do sindicalismo que são comuns à realidade portuguesa e aponta alguns caminhos que nos devem fazer refletir.

Sabemos que o desenvolvimento dos sectores terciário e da informação, em paralelo com a estagnação e o declínio do sector secundário, provocou a redução do emprego na área da indústria.

A revolução tecnológica e as novas tecnologias, entre as quais a disruptiva inteligência artificial, suscitam divisões entre novas e velhas profissões; a

⁷ Cfr. Bertrand Bissuel: Thibaut Métails – A la CFDT, Laurent Berger Passe la Main à Marylise Léon, Nouvelle Secrétaire Générale [Em linha]. *Le Monde*. (21 Jun. 2023.) [Consult. 19 Out. 2023.] Disponível em: https://www.lemonde.fr/politique/article/2023/06/21/a-la-cfdt-laurent-berger-passe-le-flambeau-a-marylise-leon_6178546_823448.html.

⁸ Cfr. Marylise Léon – Marylise Léon: «Les Travailleuses et Travailleurs Sont en Quête de Sens» [Em linha]. *Le Monde*. (13 Out. 2023.) [Consult. 19 Out. 2023.] Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2023/10/13/marylise-leon-les-travailleuses-et-travailleurs-sont-en-quete-de-sens_6194172_3232.html.

pressão dos mercados e da economia financeira intensifica-se; proliferam as formas de trabalho que antes se consideravam atípicas: a subcontratação, o trabalho clandestino, os contratos precários; há maior facilidade de despedimento e subsiste a chaga da precariedade e dos baixos salários nos sectores qualificados e não-qualificados.

Neste contexto, assiste-se à diminuição do número de trabalhadores sindicalizados e, paradoxalmente, ou talvez não..., à criação de novos sindicatos. O movimento sindical que represento, o sindicalismo em que me revejo, não pode reagir a esta realidade laboral e social fechando-se sobre si mesmo, aninhando-se em métodos de ação que vingaram nas décadas de 1970 e 1980 e escudando-se na sua visão do mundo supostamente vanguardista. Há quatro frentes de trabalho que, na presente conjuntura, considero fundamental aprofundar por parte do movimento sindical: a dos trabalhadores jovens, a dos trabalhadores imigrantes, a comunicação e o combate à direita e extrema-direita.

Em Portugal, como no resto da Europa, os jovens enfrentam dificuldades acrescidas no acesso e permanência no mercado de trabalho, dificuldades que a crise pandémica e as consequências dos recentes e menos recentes conflitos bélicos vieram agudizar. Os contratos não permanentes, o desemprego e, para não ir mais além, o custo da habitação, que afeta a esmagadora maioria dos trabalhadores, não apenas os jovens, ainda que os jovens portugueses sejam, na União Europeia, dos que saem mais tarde de casa dos pais.

Com o que se conhece do Orçamento do Estado para 2025 à data em que escrevo, início de outubro, não há medidas que respondam minimamente a estes desafios.

O movimento sindical tem de reforçar o seu apoio às causas dos trabalhadores jovens, ouvindo-os nos locais de trabalho, unindo-os na luta pelas suas reivindicações, trazendo-os para as direções sindicais, rejuvenescendo-as. Não bastam as regulares manifestações locais e nacionais, não bastam as greves. São necessárias, é certo, mas a atividade sindical não deve esgotar-se nestas formas de luta. É preciso partir da base, desenvolver um trabalho mais metódico, nos locais de trabalho, criando confiança nos trabalhadores, reabilitando a ação sindical junto dos mais jovens e dos trabalhadores em geral. Sim, é um trabalho mais moroso, menos mediático, mas certamente trará mais resultados. É urgente ouvir, unir, mobilizar, reivindicar, enquadrar, formar.

Não podemos ignorar, por exemplo, a luta que tem sido protagonizada pelos jovens no contexto das alterações climáticas. É uma luta que devemos apoiar, que deve ser de todos nós, porque a todos afeta, nas mais

diversas dimensões, porque agudiza problemas globais como a pobreza e as desigualdades.

Também aqui os sindicatos devem reforçar o seu papel: contribuindo para sensibilizar os trabalhadores e a sociedade para esta problemática, trabalhando, em articulação com outras organizações, para acelerar a transição para uma economia verde e a implementação de medidas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

E comunicando melhor. Comunicar não é apenas publicar um comunicado, um manifesto ou uma resolução num *site* institucional ou nas respetivas e tradicionais redes sociais, ou enviar uma nota à comunicação social. É muito mais que isso. É urgente que se chegue aos jovens com uma abordagem inclusiva, com uma linguagem que é a sua, ouvindo e discutindo os problemas que são os seus, evitando ceder à tentação de lhes impor uma determinada agenda político-ideológica, em função do debate político do momento.

Outra frente de ação que considero essencial reforçar é a dos trabalhadores imigrantes.

As guerras e a pobreza continuam a alimentar as migrações. O cemitério mediterrânico devia envergonhar-nos, europeus que nos consideramos, comunidade assente em valores que muito prezamos, mas que hipocritamente se esfrangalham na política extractivista levada a cabo, nomeadamente, nos países africanos.

Somos um país de emigrantes e exigimos o respeito pelos direitos dos milhares de portugueses e portuguesas espalhados pelo mundo. Sabemos bem, ou deveríamos saber..., das dificuldades que enfrentaram os nossos compatriotas que saíram, e continuam a sair, do país em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Devemos, também por isso, exigir que sejam respeitados os direitos dos que, de igual forma, nos procuram em busca de uma vida melhor, trazendo consigo uma bagagem multicultural que deve ser acolhida, estudada, compreendida e integrada na nossa sociedade.

São inaceitáveis e vergonhosas as situações de exploração laboral e aproveitamento de seres humanos que, por se encontrarem numa situação de vulnerabilidade, são alvos fáceis de gente sem escrúpulos cujo único objetivo é o lucro. Os últimos casos a que temos assistido, de migrantes escravizados na agricultura, na apanha da ameijoia no Tejo e em outros sectores de atividade, põem em causa e ultrapassam os limites da dignidade humana.

A CGTP-IN e os sindicatos associados têm tido um papel crucial, em articulação com outras entidades, na integração de imigrantes em Portugal, seja no esclarecimento dos seus direitos (legalização, formação, reunião

familiar, laborais), seja na promoção de iniciativas que estimulem a sua integração social, combatam a discriminação racial e étnica e facilitem a comunicação com os diversos serviços públicos.

Uma vez mais, a comunicação, a necessidade de comunicar melhor, dimensão que se impõe nas tarefas da CGTP-IN e do movimento sindical associado. É fundamental desconstruir o discurso dos que atribuem aos trabalhadores imigrantes as causas de todos os males, reais e imaginários, que assolam o nosso país.

O vírus da extrema-direita alastra, uma vez mais, pela Europa e pelo mundo. E os sintomas agravam-se: a precariedade, a desregulação e a exploração laborais, a repressão, o racismo, a xenofobia, a homofobia, as discriminações de todo o tipo, os discursos de ódio. Alimenta-se a ideia de que a solidariedade é um sinónimo de “parasitismo social” ou “subsidiodependência”, preferindo falar-se em “assistência aos carenciados”. Fomenta-se a divisão social, alegando-se que há, por parte dos que são oprimidos e explorados, uma cultura de vitimização que sobrecarrega a restante sociedade. E propõe-se proibir aquilo que se apelida de “ideologias de género”.

Urge desmontar este discurso e reafirmar o combate a todo o tipo de discriminações, nos locais de trabalho e na sociedade, contribuindo para uma sociedade mais justa, em que todas e todos se sintam acolhidos e integrados.

Conclusão

Os desafios com que os trabalhadores e trabalhadoras estão confrontados são enormes, nas várias dimensões da vida laboral e coletiva. Se aqueles e aquelas que foram eleitos, nos locais de trabalho, para os representar junto das entidades patronais e nas estruturas sindicais não forem capazes de convergir, seja ao nível das Confederações Sindicais (CGTP-IN e UGT), seja nos sindicatos e na sociedade civil, nos propósitos que lhes são comuns, estarão apenas a trair a confiança dos que depositaram neles a esperança de uma vida mais digna e justa, em que o seu trabalho é valorizado e respeitado.

A história demonstra-nos que a unidade na ação é uma condição sem a qual a causa dos trabalhadores está irremediavelmente enfraquecida. Mas como é possível sindicalizar mais, mobilizar mais, ter mais força negocial quando se olha para o interior da CGTP-IN, a central histórica e mais representativa dos trabalhadores portugueses, e não só não se reconhece um funcionamento democrático dos seus órgãos como se testemunha a rejeição de propostas alternativas à da corrente sindical maioritária? Como é

possível insistir neste caminho de divisão quando a história nos mostra e o contexto nos exige a unidade? Unidade não é pensamento único. Unidade é construção, é criar consensos a partir das diferentes ideias e correntes de opinião, respeitando as diferenças político-ideológicas dos trabalhadores e de quem legitimamente os representa.

Não creio que existam muitas alternativas. Só assim será possível alargar a base social de apoio da CGTP-IN e construir convergências sindicais quando entendidas como favoráveis aos interesses dos trabalhadores e à concretização das suas reivindicações.

Desafios Sindicais Globais do século XXI – da marginalização à revitalização

Maria Helena André

Diretora do Bureau das Atividades para os Trabalhadores (ACTRAV) da Organização Internacional do Trabalho. Foi Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social.

Introdução

O mundo do trabalho está em constante mutação, confrontado com múltiplas transformações estruturais do mercado de trabalho, impulsionadas pelo avanço tecnológico e pela digitalização, pelas alterações climáticas e ambientais, pela globalização e pelas mudanças demográficas. Os efeitos de crises que se sobrepõem, como a crise da COVID-19, o agravamento das tensões geopolíticas, as catástrofes naturais, as perturbações e os choques económicos e os conflitos armados vieram agravar ainda mais estas realidades. Esta polícrise, arriscando transformar-se numa permacrise, gera grandes incertezas, com impactos importantes para os trabalhadores e trabalhadoras, a economia e a sociedade em geral.

Não é a primeira vez que vivemos várias crises em simultâneo, provavelmente não será a última.

Ao longo dos anos, os sindicatos têm demonstrado resiliência e capacidade de adaptação às mudanças no mundo do trabalho e na sociedade em geral. O seu contributo para a promoção de um desenvolvimento humano inclusivo e de uma cidadania ativa, bem como no reforço da democracia e na promoção da justiça social, é inegável.

Múltiplos Desafios

O desafio dos direitos

Mas as circunstâncias em que os sindicatos operam são cada vez mais complexas e os desafios são múltiplos. Ser sindicalista nos tempos atuais nem sempre é uma tarefa fácil.

Começemos pelas mudanças económicas, tecnológicas e estruturais aceleradas, as mutações nas relações de trabalho, na natureza e dos tipos de emprego, as violações crescentes dos direitos sindicais, sobretudo dos direitos de liberdade de associação e de negociação coletiva, que desafiam diariamente a ação sindical em todo o mundo e consequentemente o potencial de organização de novos membros.

A violência contra dirigentes sindicais, traduzida em assassinatos, prisão arbitrária, detenção ou assédio judicial continuam a ser uma realidade em muitos países do mundo.

As ameaças aos direitos sindicais e às liberdades cívicas, a proteção contra a discriminação antissindical, a violação dos direitos à negociação coletiva ou a proteção contra atos de ingerência estão entre os temas mais frequentemente analisados pelo Comité de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O desafio da representatividade

Um segundo desafio tem a ver com a filiação e representatividade sindical. Apesar de os sindicatos continuarem a ser as organizações baseadas em membros mais representativas no mundo, temos assistido ao longo das últimas décadas a uma diminuição das taxas de densidade sindical.

O número de membros não acompanhou o crescimento da força de trabalho, resultando no declínio das taxas de densidade sindical em geral, com variações significativas entre sectores e regiões. A densidade sindical varia entre 25,8% (países de elevado rendimento) e 16,2% (países de baixo rendimento), com uma média nacional não ponderada de 20% (dados disponíveis para 139 países). As taxas de sindicalização são mais elevadas no sector público do que no sector privado. E a sindicalização varia consideravelmente de país para país: se for calculada com base em toda a força de trabalho empregada, incluindo os trabalhadores independentes, varia entre 3,9% na África Central e 31,4% no Norte da Europa, ou entre menos de 1% no Burundi e 79% na Islândia.

Apesar destas tendências e das lacunas persistentes na representação de muitos dos grupos de trabalhadores mais vulneráveis, nos últimos anos também se registaram casos de sucesso no aumento da filiação de

trabalhadores de grupos sub-representados, incluindo trabalhadores independentes, trabalhadores de plataformas, trabalhadores migrantes e da economia informal.

Face a cenários de marginalização, caracterizados pelo envelhecimento dos sindicatos, com níveis de filiação cada vez mais baixos, ou de dualização, defendendo sempre as mesmas posições ou os seus membros, ou ainda de substituição, correndo o risco de serem substituídos pelas ONG, muitos sindicatos optaram pelo cenário da revitalização.

Entenderam que, por uma questão de sobrevivência, tinham de revitalizar-se, de se tornar mais fortes, mais representativos e mais democráticos, apostando na relevância e na inovação, transformando-se em verdadeiros agentes da mudança, abrindo e renovando os seus modelos internos de governança, de representação e de organização.

Entenderam a necessidade de atrair membros fora da sua base tradicional e, em muitos casos, tiveram de alterar as formas mais tradicionais de governança para atrair e servir um número cada vez mais diversificado de membros, incluindo os que não estão abrangidos por uma relação de emprego ou que estão na economia informal, os trabalhadores migrantes, os trabalhadores domésticos, refletindo a composição atual do mercado de trabalho. Ou ainda, abrir as portas das organizações sindicais aos jovens e como os integrar na estrutura de governação do sindicato. E apesar dos progressos na prossecução da igualdade de género, o reconhecimento de que ainda estamos longe de garantir a igualdade de oportunidades, a igualdade de participação, de tratamento ou de remuneração.

As mudanças passaram pela alteração de estatutos, permitindo a abertura da filiação a trabalhadores independentes, muitas vezes falsos independentes nas plataformas digitais, trabalhadores com estatutos mais vulneráveis e com salários mais baixos, sobretudo na economia informal, trabalhadores migrantes ou domésticos. Nalguns países, foram criados sindicatos ou secções específicas de sindicatos para este fim.

Graças à sindicalização dos trabalhadores independentes, a filiação sindical cresceu 3,6% nos últimos dez anos, a nível global. Este é certamente um valor modesto, mas que contradiz todos os que classificavam as organizações sindicais na lista dos moribundos.

Resiliência

A resiliência é um elemento central na capacidade dos sindicatos em se adaptarem às transformações do mercado de trabalho, mas também em anteciparem e moldarem as mudanças futuras. Identificamos três elementos-chave necessários para os sindicatos prosperarem num mundo

cada vez mais incerto: antecipação, agilidade e adaptação. A antecipação envolve a compreensão e a avaliação das mudanças futuras; a agilidade centra-se na promoção de uma cultura organizacional aberta à inovação e ao questionamento das práticas estabelecidas; e a adaptação traduz estas perceções em estratégias concretas. Além disso, os sindicatos a nível global estão a utilizar cada vez mais a previsão estratégica e outras ferramentas para navegar na incerteza.

Tal como já foi afirmado, os sindicatos enfrentam um ambiente complexo marcado por grandes transformações no mercado de trabalho, violações dos direitos sindicais e grandes incertezas para os trabalhadores e para a sociedade.

Enfrentar esses desafios implica promover o respeito dos direitos fundamentais, da liberdade de associação e da negociação coletiva, mas também tirar lições das muitas práticas globais bem-sucedidas, que lidam com questões emergentes através de soluções inovadoras.

A chave para o sucesso reside no fortalecimento de três capacidades interligadas: a capacidade organizacional para envolver todos os trabalhadores, especialmente grupos sub-representados; a capacidade institucional para influenciar questões mais amplas, como mudanças estruturais, mudanças tecnológicas, inteligência artificial e mudanças climáticas; e a capacidade adaptativa para navegar pela incerteza e mudança, através de pensamento estratégico e da experimentação. Ao abraçar essas capacidades essenciais, os sindicatos estarão mais aptos para enfrentar as complexidades dos mercados de trabalho e das sociedades em rápida evolução, ao mesmo tempo que se transformam e regeneram em permanência e permanecem relevantes.

Uma agenda mais abrangente

A revitalização sindical terá de assentar em sindicatos fortes, representativos, autónomos, a verdadeira voz dos trabalhadores na formação dos processos políticos.

No entanto, em muitos países, o panorama sindical é caracterizado pela fragmentação. No entanto, existem muitos exemplos positivos de cooperação reforçada entre sindicatos, mas também com empregadores ou organizações da sociedade civil. Em vários países africanos, como o Benim, o Botsuana e as Maurícias, os sindicatos desenvolveram Conselhos Sindicais Conjuntos, que resultaram em declarações, cartas e protocolos conjuntos para colaborar nos fóruns nacionais de diálogo social.

Na Europa Oriental, os sindicatos da Lituânia e da Ucrânia criaram estruturas transfronteiriças para campanhas conjuntas e cooperação bilateral, melhorando o recrutamento justo e a representação dos condutores de camiões nos países de origem e de acolhimento.

Esta é uma condição fundamental para a capacidade de os sindicatos falarem a uma só voz em matérias sobre as quais não podem existir diferenças: a defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

E como consequência desta consciência de que a unidade na ação é chave para o sucesso sindical, a capacidade de estabelecer uma agenda sindical mais abrangente, para além das matérias tradicionais, incluindo as questões socioeconómicas e ambientais que afetam o mundo do trabalho, por exemplo, na formulação de políticas comerciais, industriais ou macroeconómicas, ou no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tornou-se fundamental.

A economia informal

O crescimento da economia informal apresenta desafios significativos para os sindicatos, exigindo que estes adaptem as suas estratégias de organização, desenvolvam novos serviços, modifiquem as estruturas de filiação e se envolvam em colaborações mais alargadas para representar os trabalhadores da economia informal.

Os sindicatos começaram a organizar com sucesso os trabalhadores da economia informal, quer incorporando-os nas estruturas sindicais existentes, quer apoiando-os na formação das suas próprias associações, quer desenvolvendo associações ou cooperativas. Os sindicatos alargaram a prestação de serviços a estes trabalhadores, incluindo nas áreas de proteção laboral e social, a formação empresarial, enquanto se envolveram no diálogo social para melhorar as condições de trabalho. Os sindicatos também dedicam uma parte importante da sua ação aos impactos das principais transições no mercado de trabalho sobre os trabalhadores da economia informal, como as alterações tecnológicas ou climáticas.

Gerir as transições

Muitos sindicatos entenderam que é da sua responsabilidade discutir as transições; garantir para trabalhadores e trabalhadoras o acesso à educação e à formação profissional ao longo da vida, o acesso à proteção social universal, a formalização da economia. Ou, através do diálogo social e da negociação coletiva, incentivar governos e empresas a privilegiarem um comportamento sustentável numa economia globalizada, de acordo com a Agenda 2030, constituída pelos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A economia digital, e a divisão entre quem tem empregos estáveis e bem remunerados e quem tem empregos instáveis, mal remunerados ou precários, ou mesmo quem não tem emprego são hoje prioridades da ação sindical a nível global.

Sabemos que a inteligência artificial e os robôs têm o potencial de criar e destruir empregos. E que muitos dos empregos destruídos se situam em áreas que têm tradicionalmente elevados níveis de sindicalização.

A taxa de sindicalização das pessoas com empregos atípicos ou precários, como os trabalhadores temporários, os trabalhadores independentes ou os trabalhadores da economia informal ou de plataforma, continua a ser inferior à dos trabalhadores com empregos ditos normais. Atualmente, as taxas de sindicalização são mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens. O lado perverso deste facto reside na necessidade de ainda haver muito trabalho a fazer para aumentar a participação das mulheres nos cargos de liderança sindical.

O desafio da comunicação

Os sindicatos usam hoje as novas estratégias de comunicação a seu favor. Atrair novos membros através do sindicalismo digital, abordando as preocupações dos trabalhadore(a)s em empregos emergentes, por exemplo, na economia das plataformas, defendendo a mudança pondo novos temas sobre a mesa, como por exemplo a proteção dos dados pessoais dos trabalhadores e trabalhadoras, as estratégias conducentes a uma transição justa, ou ainda, sempre que apropriado e relevante, juntar a voz dos que trabalham a outras coligações que defendem os mesmos valores e direitos.

Para reforçar a comunicação digital e as campanhas de informação e sindicalização, os sindicatos integram cada vez mais estratégias digitais a par da organização tradicional presencial para melhorar o alcance e o envolvimento. Definir objetivos claros, tais como aumentar o número de membros ou influenciar agendas políticas, é crucial para alinhar os esforços. Compreender as preferências do público-alvo permite aos sindicatos adaptarem as mensagens e selecionarem as ferramentas digitais mais apropriadas. A utilização de métricas digitais permite a tomada de decisões com base em dados, ajudando os sindicatos a identificar estratégias bem-sucedidas e a ajustá-las de acordo com as necessidades. Incentivar a participação dos membros promove o sentido de pertença a um coletivo, aumenta a eficácia das campanhas, enquanto a tecnologia digital simplifica a organização de eventuais ações de protesto e de mobilização, a tomada de decisões e a partilha generalizada de informações.

O desafio tecnológico, a digitalização e a IA

Nos últimos anos, poucos temas têm gerado tanta discussão e fascínio como as inovações tecnológicas e o seu impacto na nossa vida quotidiana. Quer se trate da comunicação através de tecnologias da informação avançadas, da transformação da nossa perspetiva do mundo, das mudanças na dinâmica económica ou da crescente dependência da inteligência artificial e da aprendizagem automática para a tomada de decisões, este debate ganhou um impulso significativo nas últimas décadas.

Tecnologias da informação melhores e mais rápidas, inteligência artificial e algoritmos de aprendizagem automática estão a mudar a forma como as empresas tomam decisões de gestão, interagem com os trabalhadores e supervisionam o seu trabalho.

Daqui resulta o primeiro elemento fundamentalmente novo desta revolução tecnológica: a enorme quantidade de informações e dados que são recolhidos sobre os trabalhadores, muitas vezes sem o seu conhecimento ou controlo sobre o que está a ser recolhido.

Naturalmente, a recolha de dados no local de trabalho também oferece oportunidades, por exemplo, para racionalizar as operações ou monitorizar o bem-estar dos trabalhadores.

No entanto, na maior parte das vezes, devido à falta de regulamentação adequada, os dados podem ser apropriados indevidamente ou mesmo vendidos a terceiros, tendo os trabalhadores muito pouco controlo sobre os dados que são recolhidos a seu respeito.

Embora tenha havido esforços para alargar os direitos de proteção de dados aos trabalhadores, por exemplo, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia, a cobertura dos direitos de proteção de dados dos trabalhadores ainda não existe na maioria das regiões do globo.

Além disso, a recolha de Big Data está no centro de outras mudanças, como a utilização crescente da gestão algorítmica para automatizar a tomada de decisões no local de trabalho.

Cada vez mais, as decisões no local de trabalho são tomadas de forma autónoma, por exemplo, nos recursos humanos, quando se trata de contratar e despedir, ou na logística, o que pode aumentar a eficiência ou substituir tarefas anteriormente repetitivas.

No entanto, a regulamentação relativa à utilização de sistemas algorítmicos está muito atrasada em relação à inovação.

Por conseguinte, os trabalhadores e os seus representantes devem estar, em primeiro lugar, conscientes e, em segundo lugar, envolvidos na implementação e utilização de dados e sistemas algorítmicos no local de trabalho.

É de importância crucial que tais mudanças fundamentais na relação básica entre a gestão e a sua força de trabalho tenham de ser feitas com base no diálogo social e na negociação coletiva, a fim de garantir que haja total transparência dos sistemas que estão a ser implementados, dos dados recolhidos e da forma como estes podem afetar os trabalhadores e os seus direitos. É igualmente fundamental diálogo tripartido com os governos para garantir que a regulamentação adequada das novas tecnologias acompanha as inovações registadas em todo o mundo.

Os sindicatos negociaram com sucesso proteções em torno de questões como o direito de desligar, proteção de dados, transparência algorítmica e vigilância no local de trabalho. Os exemplos incluem acordos coletivos em Itália, Espanha e Califórnia que salvaguardam os direitos dos trabalhadores, como a aprendizagem ao longo da vida, a não mercantilização de dados e a supervisão algorítmica.

Transição justa

As alterações climáticas e ambientais têm um impacto crescente nos mercados de trabalho em todos os sectores e países e são reconhecidas como grandes ameaças ao trabalho digno. Por conseguinte, os sindicatos têm dado cada vez mais prioridade às alterações ambientais e à transição justa nas suas agendas, incluindo as energias renováveis e a economia circular. O diálogo social e a negociação coletiva desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos dos trabalhadores e de condições de trabalho dignas na transição para economias ambientalmente sustentáveis, como demonstrado por colaborações bem-sucedidas na Alemanha, Austrália, Reino Unido e África do Sul. Estes esforços incluem a reciclagem e a melhoria das competências e o alargamento da proteção social.

Diálogo social e negociação coletiva

Estado da arte

Preparar e gerir a mudança requer instituições de diálogo social e mesas de negociação coletiva que abarquem todos os desafios identificados ao longo deste artigo.

Mas também aqui temos um longo caminho a percorrer.

Cerca de 85% dos 187 Estados Membros da OIT têm uma instituição nacional de diálogo social. Apesar de terem modos de funcionamento diferentes, na sua essência e em diferentes graus contribuem para a formulação de políticas do mercado de trabalho e de condições de trabalho dignas.

Mais de um terço dos trabalhadores em 98 países têm o seu salário e condições de trabalho regulados por um ou mais acordos coletivos. Contudo, as taxas de cobertura da negociação coletiva variam significativamente entre regiões e países, com mais de 75% dos trabalhadores em muitos países europeus cobertos por acordos coletivos, caindo esse número para menos de 25% em cerca da metade dos países para os quais existem dados disponíveis.

A negociação coletiva é central para o diálogo social e é sustentada por dois princípios fundamentais: a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. Esses direitos são essenciais para mercados de trabalho democráticos e são a base de uma governança inclusiva e eficaz no mundo do trabalho.

Desempenha um papel crucial no fortalecimento da adaptabilidade negociada do mercado de trabalho, oferecendo um modelo de governança que permite acomodar mudanças súbitas, como as observadas na transformação estrutural impulsionada pela economia digital ou relacionadas com as alterações ambientais.

Embora o diálogo social assuma muitas formas, refletindo diversas tradições e contextos nacionais, a adesão a esses princípios universais continua a ser vital para garantir que o diálogo social seja inclusivo e eficaz. Mas a realidade mostra-nos que a conformidade com esses direitos continua a representar um desafio global significativo. De acordo com estimativas baseadas no indicador 8.8.2 dos ODS, muitos países continuam a enfrentar défices persistentes na realização destes direitos e os progressos observados são escassos.

A representatividade e a presença dos parceiros sociais – organizações de empregadores e sindicatos – são determinantes-chave para um diálogo social eficaz. Sem uma presença forte de ambos os parceiros, o potencial para um diálogo significativo fica enfraquecido. A OIT constata que, embora a maioria das organizações de empregadores e trabalhadores expresse opiniões positivas sobre a eficácia das instituições nacionais de diálogo social, quase metade apresentou preocupações sobre a inadequação de recursos financeiros e humanos dessas instituições, o que compromete a capacidade dessas instituições de funcionarem de maneira eficaz. Além disso, apenas uma minoria dos parceiros sociais acredita que essas instituições nacionais de diálogo social são totalmente eficazes em garantir a paz laboral. E 56 por cento dos representantes dos trabalhadores e 45 por cento dos representantes dos empregadores expressaram preocupações sobre a falta de ação construtiva por parte das autoridades públicas em relação aos seus resultados.

A pertinência das questões tratadas e a qualidade dos resultados negociados ao nível do diálogo social devem ser preocupação fundamental, dado que representam um dos fatores de compromisso mais importantes para sua eficácia a longo prazo.

Diferentes dimensões de diálogo social e negociação coletiva

Para poder responder cabalmente ao aumento das desigualdades, o diálogo social tem o potencial de facilitar mercados de trabalho mais inclusivos e oferecendo maiores níveis de proteção. As mulheres e os jovens representam grupos-alvo chave, mas a sua participação nas instituições de diálogo social continua a ser limitada. É urgente inverter essa situação. Não podemos abordar a inclusão e a desigualdade, incluindo a desigualdade salarial, sem falar dos níveis de centralização no diálogo social. A OIT constata que, nos casos em que a negociação coletiva ocorre ao nível da empresa, com um único empregador, uma média de 15,8% dos trabalhadores estão cobertos por acordos coletivos. Mas se ocorrer ao nível de múltiplos empregadores, a taxa média de cobertura sobe para 71,7 por cento. E não podemos esquecer que muitos trabalhadores encontram dificuldades – por várias razões – em exercer o direito à negociação coletiva. A OIT constata que vários países tomaram medidas para garantir o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva para todos os trabalhadores. Da mesma forma, para fortalecer a inclusividade, dos 125 países para os quais há dados disponíveis, 80 preveem uma aplicação *erga omnes* dos acordos coletivos a todos os trabalhadores de uma empresa e/ou setor, independentemente de serem ou não membros do sindicato signatário, e 71 preveem a extensão dos acordos coletivos a todas as empresas que se enquadram no âmbito do acordo.

O diálogo social é um mecanismo crucial para antecipar e gerir a incerteza e a mudança, gerir as complexidades que caracterizam um mundo de múltiplos desafios e transições.

Perante mercados de trabalho cada vez mais complexos e diversos, num contexto de crescente polarização e fragmentação, o diálogo social é uma ferramenta vital para reunir diferentes perspetivas, forjar compromissos e construir consensos, permitindo aos parceiros sociais antecipar e adaptarem-se a transições sobrepostas, experimentando novas abordagens e promovendo a resiliência.

Podemos distinguir três dimensões do diálogo social e sua interação com a mudança e a complexidade. Diálogo social, (i) como um mecanismo sujeito a uma crescente incerteza, mudança e complexidade, (ii) como um veículo para abordar as mudanças no mercado de trabalho e na sociedade,

e (iii) formando um círculo virtuoso de mudança positiva e transformadora com a força dos sindicatos.

Os mecanismos que conduzem o diálogo social e a negociação coletiva foram significativamente influenciados pelos grandes motores de mudança, como os avanços tecnológicos, a transição justa e crises como a pandemia de COVID-19.

Durante a pandemia, a negociação coletiva e o diálogo social deixaram de ser feitos presencialmente e ocorriam por meio de interações a distância. A digitalização facilitou as negociações virtuais, mas expôs desafios relacionados com a fratura digital e a necessidade de novas competências para realizar negociações remotas de forma eficaz.

A verdade é que os mecanismos de diálogo social têm de ser mais ágeis e responder rapidamente a circunstâncias em constante e rápida mudança. Durante a pandemia, governos, empregadores e trabalhadores realizaram negociações rápidas e direcionadas para enfrentar desafios imediatos, como protocolos de saúde e segurança no trabalho, subsídios salariais e programas de retenção de empregos, como resposta rápida a circunstâncias que não tinham sido vividas anteriormente.

No pós-pandemia, é fundamental que a complexidade e a mudança sejam abordadas de maneira eficaz, com mecanismos de diálogo social centralizados a nível nacional, bem como negociações descentralizadas a nível setorial ou empresarial. Enquanto a negociação centralizada demonstrou a sua eficácia, por exemplo, para reduzir a desigualdade de rendimentos, a negociação setorial tem sido direcionada para lidar com mudanças estruturais específicas do setor, muitas vezes em matérias relacionadas com a transição justa, os desafios tecnológicos ou outras matérias fundamentais para o setor ou para as empresas.

É fundamental que o diálogo social evolua na resposta às mudanças no mercado de trabalho, mas também sirva de mecanismo crítico para abordar essas mudanças.

O diálogo social desempenha um papel central em garantir que essas transições sejam geridas de forma justa, com foco na manutenção do respeito pelos direitos dos trabalhadores e condições de trabalho dignas.

Por sua vez, observamos que os processos de negociação coletiva lidam cada vez mais com desafios como automação, inteligência artificial, trabalho remoto, trabalho em plataformas e questões de proteção de dados. Da mesma forma, no contexto das transições ambientais, a “transição justa” não está apenas ancorada no diálogo social, mas também na requalificação e desenvolvimento das competências e qualificações dos trabalhadores, cláusulas de proteção no desemprego e na criação de empregos

verdes, particularmente nos setores mais afetados pelas mudanças ambientais. Vemos estas matérias cada vez mais a serem incorporadas nos acordos coletivos.

Mas tenho de reconhecer que, apesar dos progressos verificados, o pleno potencial do diálogo social para gerir transições ainda tem um longo caminho a percorrer.

Relevância do diálogo social e dos seus resultados

O diálogo social também atua como uma ferramenta proativa para a gestão de crises. Durante períodos de transformação estrutural, o diálogo social tem tido alguma eficácia na promoção de respostas rápidas e integradas para proteger empregos, salários, alargar a proteção social, ajudando assim a prevenir conflitos e disputas e a salvaguardar meios de subsistência em tempos incertos.

Além disso, o diálogo social centralizado tem sido eficaz em promover uma abordagem “de todo o governo” ao sentar em torno da mesa diferentes ministérios e parceiros sociais para coordenar políticas em resposta às grandes transições que influenciam o crescimento económico e promovem a justiça social. O mesmo se pode dizer sobre a participação das organizações sindicais nos processos de construção e implementação dos Marcos de Cooperação Sustentável das Nações Unidas, no âmbito da Agenda 2030. Mas, sobretudo, o diálogo social deve ser relevante e oportuno – abordando questões que importam a todos os trabalhadores e enfrentando esses problemas quando surgem, sobretudo durante períodos de instabilidade ou insegurança económica.

O potencial do diálogo social para gerar um círculo virtuoso entre organizações de trabalhadores mais fortes e um diálogo social mais eficaz é um elemento crítico pelo seu poder transformador. Quando o diálogo social é inclusivo, oportuno e adaptável, tem o potencial não apenas de atender às necessidades imediatas dos trabalhadores, mas também de fortalecer as organizações de trabalhadores a longo prazo. O diálogo social inclusivo garante que grupos vulneráveis, identificados ao longo deste artigo, sejam representados.

Essa inclusividade expande a relevância dos sindicatos, permitindo que ampliem a sua base de membros e, por sua vez, aumentem a sua influência através do diálogo social. Sem essa inclusividade, o diálogo social corre o risco de perder relevância para grandes segmentos da força de trabalho, enfraquecendo o seu impacto e minando a credibilidade dos sindicatos.

Assim, o diálogo social é veículo de adaptação do mundo do trabalho em mudança e instrumento chave para moldar o futuro do trabalho. Tem a

capacidade de enfrentar desafios imediatos e a longo prazo, e ao mesmo tempo em que promove um círculo virtuoso de força sindical e diálogo social inclusivo e eficaz, destaca a sua importância na criação de mercados de trabalho sustentáveis, inclusivos e justos, além de sociedades mais justas e democráticas.

Ao garantir que o diálogo social seja inclusivo, relevante e oportuno, os sindicatos podem navegar pelas incertezas e complexidades do mundo do trabalho atual, bem como do futuro do trabalho.

Temos de reconhecer que em muitas partes do mundo, a capacitação técnica e política das organizações sindicais faz parte das grandes prioridades do trabalho desenvolvido pela OIT com as organizações de trabalhadores.

Conclusão

Muito haveria ainda a dizer sobre o estado do movimento sindical no mundo. As ações que desenvolvem para os jovens, as mulheres, as minorias, os trabalhadores migrantes, trabalhadores domésticos, da economia rural, ou das plataformas.

É fundamental reconhecer o papel fundamental das organizações sindicais na construção de um mercado de trabalho mais inclusivo e mais justo, que respeite os direitos fundamentais dos trabalhadores, valorize os salários e o trabalho digno.

A capacidade de se manterem como organizações incontornáveis na construção e na proteção diária da democracia, pilar fundamental das sociedades modernas, depende da sua capacidade de se renovarem em permanência, de procurarem respostas e soluções inovadoras aos desafios, para efetivamente representar todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores, independentemente da sua relação contratual e do seu estatuto.

Referências bibliográficas

- International Labour Organization. (2019). *ILO Centenary Declaration for the Future of Work*. Adopted at the 108th International Labour Conference, Geneva.
- International Labour Organization. (2023). *Report of the Director-General: Advancing social justice*. International Labour Conference, 111th Session, Geneva.
- Visser, J. (2019). *Trade unions in the balance*. ILO ACTRAV working paper. Geneva: International Labour Organization.

- International Labour Organization. (2024). *Fundamental principles and rights at work at a critical crossroads: A recurrent discussion on the strategic objective of fundamental principles and rights at work*. International Labour Conference, 112th Session, Geneva.
- International Labour Organization. (2022). *Social dialogue report 2022: Collective bargaining for an inclusive, sustainable and resilient recovery*. Geneva: ILO.
- Peels, R., & Mwamadzingo, M. (2022). Trade union revitalization: Navigating uncertainty, change and resilience in the world of work. *International Journal of Labour Research*
- International Labour Organization. (2021). *Organizing women migrant workers: Manual for trade unionists in ASEAN*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2023). *Organizing domestic workers: Talking to trade unions/affiliates/members about domestic work*. Geneva: ILO
- International Labour Organization. (2021). *Organizing women migrant workers: Manual for trade unionists in ASEAN*. Geneva: ILO.
- Global Labour Institute. (2023). *Taking action on violence and harassment against LGBTQI+ workers & other vulnerable groups: Participant workbook*. Manchester: Global Labour Institute.
- International Labour Organization. (2024). *Realizing decent work in the platform economy*. International Labour Conference, 113th Session, Geneva.
- International Labour Organization. (2023). *Digital campaigning for trade unions in transformation: An interview with Alex White, Director of Growth, Australian Council of Trade Unions*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2022). *Dealing with crises arising from conflicts and disasters: ILO training manual for workers' organizations*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2023). *Just transition – A priority for trade unions in transformation*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2023). *Trade unions in transformation: Technological change and digitalisation*. Geneva: ILO
- International Labour Organization. (2022). *Improving workers' data rights*, ILO brief 1. Geneva: ILO
- International Labour Organization. (2022). *Sustainable algorithmic systems*, ILO Brief 2. Geneva: ILO
- International Labour Organization. (2022). *Responsible tech*, ILO brief 3. Geneva: ILO.
- De Stefano, V. (2018). "Negotiating the algorithm": Automation, artificial intelligence and labour protection. ILO Employment Working Paper, 246. Geneva: International Labour Organization.
- Labour Research Department. (2021). *Negotiating the future of work: Automation and new technology*. London: TUC.
- International Labour Organization. (2023). *Achieving a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all*. International Labour Conference, 113th Session. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2018). *Just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all*. ILO ACTRAV policy brief. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2021). *User's manual to the ILO's guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2023). *Just transition – A priority for trade unions in transformation*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2019). *Organizing informal workers into trade unions: A trade union guide*. Geneva: ILO.

- Ramos, J., Priday, G., Browne, R., & Chimal, A. (2023). *Trade unions navigating and shaping change*. Geneva: International Labour Organization.
- Peels, R., & Ponce de Castillo, A. (2023). *Using foresight to think and act upon an uncertain future world of work: Trade unions' experiences*. Geneva: International Labour Organization.
- International Labour Organization. (no prelo). *Trade unions in transformation: What do we know and the way forward?* Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (no prelo). *ILO social dialogue report 2024: Peak-level social dialogue for economic development and social progress*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2022). *Social dialogue report 2022: Collective bargaining for an inclusive, sustainable and resilient recovery*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2024). *Fundamental principles and rights at work at a critical crossroads: A recurrent discussion on the strategic objective of fundamental principles and rights at work*. International Labour Conference, 112th Session, Geneva; United Nations. (2024).
- The sustainable development goals report 2024. New York: UN.

O movimento sindical perante o imperativo da representação: velhos desafios, novas realidades

Miguel Cabrita

Deputado à Assembleia da República. Foi Secretário de Estado do Emprego e Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e Formação Profissional.

Introdução

Nas últimas décadas, o sindicalismo tem estado sujeito a fortes pressões, fruto de mudanças profundas nas condições económicas e de regulação à escala global, da reconfiguração dos mercados de trabalho nesse quadro e nas condições políticas e de equilíbrios ideológicos prevaletentes, favoráveis à desregulação, individualização e flexibilidade, em particular nas relações laborais. Os dados mostram que, desde os anos 80 e 90 do século passado, o número de sindicalizados e a densidade sindical estão em perda significativa, fenómeno que, longe de circunscrito a Portugal, é quase generalizado (ver, por exemplo, Vandaele, 2019; Lima e Naumann, 2023).

Perceber a dimensão dos desafios que hoje se colocam ao movimento sindical tem um interesse que transcende em muito aqueles que o protagonizam. Antes diz respeito a todos os que, no campo do socialismo e da social-democracia e para além dele, acreditam que daquele que vier a ser futuro do sindicalismo dependerá muito da evolução do nosso modelo económico e social.

Este texto foca-se nas dificuldades do sindicalismo para manter, por um lado, densidade na sua base mais tradicional e, por outro, para a renovar

coabrindo novos segmentos do mercado de trabalho. Para esse efeito, os desafios de representação enfrentados pelos sindicatos são agrupados, tentativamente, em três grandes frentes.

1. A erosão da base tradicional: estagnação, desindustrialização, privatização

A persistência de condições macroeconómicas e financeiras restritivas em muitos países desenvolvidos, e em particular na Europa, com níveis modestos de crescimento, associadas a pressões competitivas significativas tornou mais difícil aos sindicatos conseguir, de modo consistente e agregado, conquistas e resultados para os chamados “insiders” – tanto ao nível da contratação coletiva de setor ou empresa, como de pactos sociais e da concertação, tendo muitas vezes de optar por negociações defensivas, sobretudo num quadro de enfraquecimento da sua própria base.

Ao mesmo tempo, a transformação da estrutura do emprego nos países mais desenvolvidos favoreceu a perda de influência sindical. Associada aos fenómenos de desindustrialização e terciarização, a percentagem de trabalhadores industriais no universo de sindicalizados baixou de mais de 43,5% em 1980 para cerca de 22% em 2015 em 18 países industrializados analisados por Visser (2019: 19). De modo concomitante, o emagrecimento do setor público levou também a que outro dos baluartes do movimento sindical tivesse reduzido a sua dimensão e influência.

Este conjunto de fatores conduz a uma erosão da base tradicional da sindicalização, mesmo entre os chamados “insiders”. E gera-se, à medida que ela acontece, um círculo vicioso com um duplo efeito perverso.

Por um lado, os fatores e a dinâmica que estão na base dessa erosão tendem a reforçar-se: se os sindicatos têm dificuldade em obter ganhos significativos, ou por vezes até em conter perdas, e isso afasta filiados, essa desfiliação conduz ao enfraquecimento quer da representatividade quer sobretudo da força reivindicativa e/ou negocial dos sindicatos, piorando as condições para mostrar resultados, perdendo influência e portanto reforçando as condições que favoreceram a descida da densidade sindical em primeiro lugar.

Por outro lado, com o aumento dos trabalhadores não sindicalizados, reforça-se a ideia de perda de representatividade e de capacidade reivindicativa, diminui a perceção ou expectativa da força sindical para ter resultados e enfraquece-se a cultura de sindicalização. Tudo isto promove o chamado “free-riding”, afastando os trabalhadores da “lógica da ação coletiva” (na feliz expressão de Olson, 1985) cuja racionalidade parece diminuir neste

contexto e tornando os trabalhadores mais propensos a estratégias individuais de recolher eventuais benefícios das lutas sindicais sem pagar o preço de se associar a elas.

Se estes círculos viciosos nos segmentos do mercado de trabalho com maior densidade e tradição sindical já são problemas de monta, desafios com ainda maior significado surgem de duas outras tendências: o crescimento de formas atípicas e precárias de emprego e o impacto da tecnologia nas formas de trabalho e nas relações laborais.

Tendo estas uma prevalência muito maior em gerações mais jovens de trabalhadores, os impactos da sua disseminação e as dificuldades acrescidas de sindicalização destes grupos de trabalhadores conduzem além disso a um envelhecimento da base sindical, o que representa um risco acrescido para a representatividade, força e sustentabilidade do movimento sindical.

2. A disseminação da(s) precariedade(s), em particular entre os jovens

No que diz respeito às formas atípicas de emprego, elas desenvolvem-se sob múltiplas formas e são na generalidade dos países uma realidade que, com diferentes configurações, tem significado, cresceu e consolidou-se nas últimas décadas. Guy Standing, ao analisar a emergência daquilo a que chama o “preariado”, fala mesmo de uma “classe em formação” (2014: 12).

A OIT (2016: 2 e segs.) distingue quatro tipos de formas atípicas de emprego:

- *trabalho temporário, i.e. não-permanente (contratos a prazo, incluindo contratos associados a projetos ou tarefas; trabalho sazonal; trabalho pontual, incluindo ao dia);*
- *trabalho a tempo parcial ou “on-call” (horas de trabalho inferiores ao horário completo; tempo marginal de trabalho; trabalho “on-call”, à medida das necessidades, incluindo contratos de “zero horas”);*
- *relações multilaterais (ou triangulares) de emprego (serviços de colocação de trabalhadores; agências de trabalho temporário; sub-contratação, em cadeias de contratação, e externalização de serviços, “outsourcing”);*
- *trabalho dissimulado, trabalho independente dependente e falso trabalho independente¹;*

As formas de que as modalidades atípicas de emprego se revestem variam consoante os percursos, as características e a regulação do mercado de trabalho em cada país. Em Portugal, historicamente os contratos a termo, o trabalho independente (falso ou dependente) ou, nas décadas mais recentes, o trabalho temporário e outsourcing têm significado; mas, por exemplo, os contratos zero horas, muito disseminados noutros países, não

¹ Esta tipologia deixa de fora as formas mais precárias correspondentes ao trabalho pura e simplesmente ilegal ou não declarado, bem como outras modalidades de natureza ilegal – que escapam, por definição, à possibilidade de contabilização oficial e de representação sindical.

são permitidos na legislação. Outras modalidades como contratos de muito curta duração ou contratos intermitentes, apesar de previstos na lei, têm uso residual.

Em qualquer caso, estas formas de emprego têm em comum implicações para os trabalhadores, a partir do seu traço definidor, o caráter não permanente: défice de segurança e maior exposição a transições no emprego, salários mais baixos, horas de trabalho mais longas ou pelo menos mais desreguladas, maiores riscos de segurança e saúde, acesso desvantajoso à proteção social e à formação (OIT 2016) são talvez as mais salientes.

Standing (op.cit.) refere que estas consequências ocorrem no quadro de pressões para a remercantilização de mais dimensões do trabalho, induzida pelas transformações globais em que a flexibilidade numérica para as empresas (despedimentos) e a exigência de flexibilidade funcional para os trabalhadores redundam no dismantelamento das estruturas profissionais, insegurança profissional e de rendimento, criando uma armadilha (idem: 67 e segs.).

Por outro lado, estas modalidades atingem de modo desproporcionado categorias e grupos mais vulneráveis de trabalhadores, para os quais têm aliás consequências mais graves: entre eles, os menos qualificados e especialmente os trabalhadores migrantes e os jovens.

Para estes, a condição “precária” tornou-se muito presente, e tolerada social e culturalmente. Por exemplo, em Portugal: a taxa de precariedade diminuiu de 22% para 17%. Mas, entre os jovens, os contratos não permanentes, que chegaram a ultrapassar os 2/3 de prevalência, continuam a ser majoritários. E a contratação a prazo (mesmo com a redução para 2 anos e o fim das cláusulas que previam a juventude do trabalhador como motivo bastante de fundamentação) continua a ser aceite em muitos casos, culturalmente e na prática, como uma espécie de período experimental alargado – em clara oposição ao espírito e à letra da lei.

Para os jovens, que passam por esta experiência, vista quase como “natural”, os impactos da precariedade são particularmente sérios: desde logo ao nível da identidade pessoal e dos projetos de vida dos trabalhadores. Estes percursos constroem-se num quadro de incerteza biográfica para os próprios, condicionando fortemente projetos de vida pessoal e familiar, e levam muitas vezes à construção de identidades “negativas” e defensivas no trabalho e fora dele, o que cria condições para o pessimismo e a desilusão – com reflexos também ao nível cívico e político, traduzindo-se em desconfiança, desafetação, abstenção ou mesmo radicalização (Paugam, 2000).

Este efeito está também presente nos casos de sobrequalificação (Marques et al., 2021), em Portugal com níveis elevados, podendo produzir os efeitos

semelhantes pela não identificação com o posto de trabalho por se considerar que se “estudou para mais”.

No que toca à precariedade propriamente dita, uma das consequências diretas das formas atípicas de emprego reside nas dificuldades e limitações no acesso à representação, nomeadamente sindical, e à negociação coletiva (OIT, 2016: 17). Estas limitações decorrem, por vezes, de provisões legais (como, até à recente Agenda do Trabalho Digno, sucedia em Portugal com os trabalhadores independentes ou em outsourcing face à representação sindical e à negociação coletiva), por temerem represálias do empregador, às quais estão mais vulneráveis, ou por vinculação inferior a um emprego que pode ser passageiro.

Neste quadro, o incentivo para a sindicalização destes trabalhadores, muito deles jovens, é baixo – tanto do lado dos próprios como dos sindicatos, cuja propensão será defender prioritariamente os interesses do núcleo mais estável da força de trabalho e de associados.

Por outro lado, pela sua flexibilidade, por vezes extrema, e custos salariais muitas vezes inferiores, estas formas de trabalho têm impacto sobre os “insiders”, e são deste ponto de vista um foco de pressão e tensão adicional no quadro das relações laborais. Em muitos contextos, podem nos mesmos locais de trabalho, ou nas mesmas estruturas empresariais, coexistir trabalhadores com funções comparáveis e estatutos, vínculos e condições contratuais distintas – por exemplo, através de agências de trabalho temporário, externalização (“outsourcing”) ou (falso) trabalho independente. Que, por sua vez e em graus diferentes, correspondem eles próprios a relações de trabalho não permanentes ou marcadas pela incerteza e individualização. Assim, o trabalho atípico é um desafio de enorme complexidade, pela criação de incentivos negativos para a representação via sindicatos, tanto para estes trabalhadores como para os próprios sindicatos.

Cria-se, também aqui, um círculo vicioso: os trabalhadores precários filiam-se pouco nos sindicatos – como referido, por impossibilidade legal, receio de represálias ou incerteza e escassa vinculação a cada emprego, que erode os laços coletivos e muitas vezes a própria noção de carreira. Não estando estes trabalhadores filiados e sendo baixa a probabilidade de o fazerem de modo prolongado, os sindicatos têm incentivos para priorizar a representação dos interesses do seu núcleo consolidado de associados, efetivos ou potenciais, mesmo quando do ponto de vista discursivo, das preocupações e das negociações enquadram a precariedade e estes trabalhadores.

Além disso, há uma sobreposição parcial, ou um reforço mútuo, entre a baixa sindicalização dos trabalhadores precários e dos jovens. E, como

mostram as análises e dados disponíveis, a sindicalização precoce é um indicador fortemente associado nos dados a taxas de sindicalização elevadas mais tarde na vida: são observáveis “fortes tendências auto-perpetuadoras da filiação sindical precoce, sublinhando que esta é vital” e, pelo contrário, a probabilidade de tal acontecer mais tarde é muito menor (Vandaele, 2019: 24).

Dito de outro modo, e extrapolando para quando há um afastamento geracional da sindicalização (pela precariedade e/ou por fatores mais vastos de desafetação), as probabilidades de reverter mais tarde a baixa sindicalização, algo que se torna naturalizado no percurso biográfico e até “culturalmente”, é muito mais baixa. O que torna duplamente decisiva a sindicalização de jovens; e duplamente perversa e preocupante a incapacidade para o conseguir.

3. O impacto das tecnologias na mediação do trabalho: trabalho remoto e plataformas digitais

Um terceiro conjunto de trabalhadores em que a base sindical se encontra em perda, ou para a qual não se alarga, refere-se a situações em que a tecnologia tem um impacto definidor na prestação de trabalho. Em geral, a digitalização e a mudança tecnológica impactam também relações laborais e contratuais “típicas”, onde os níveis e possibilidades de sindicalização são apesar de tudo grandes, colocando pressão sobre os empregos, as competências, os modos de realização do trabalho (Visser, 2019: 24).

3.1. O advento do teletrabalho

Desde logo, a tecnologia impacta profundamente todos os trabalhadores em que a prestação de trabalho passa a ocorrer à distância, em parte ou, especialmente, quando tal acontece na totalidade – através do teletrabalho. Esta realidade, que não é nova, ganhou um impulso à escala global com a pandemia COVID-19 e, tendo potencialidades, comporta também riscos (ver, para esta discussão, ILO: 2020; MTSSS: 2021). Experimentado por escolha, necessidade ou imposição legal por milhões de trabalhadores e empresas, o teletrabalho passou a ser uma opção – e uma estratégia – a que muitos trabalhadores e também organizações passaram a recorrer, para a totalidade ou parte da força de trabalho, para a totalidade ou parte do tempo de trabalho. Sobretudo no setor dos serviços, onde a prestação de trabalho à distância é mais viável em mais funções, deixou, por exemplo, de ser incomum a alternância entre trabalho presencial e remoto; e em muitas empresas

os espaços de escritório deixaram de comportar postos de trabalho permanentes para a totalidade dos trabalhadores, como redução de custos ou parte de estratégias empresariais relacionadas com a flexibilidade dos chamados “recursos humanos”.

O que está, no essencial, em causa com a emergência e crescimento do trabalho à distância é um esvaziamento da centralidade do local de trabalho enquanto lugar físico, de co-laboração e de interação, ou a sua pura e simples inexistência. Esta tendência para a *deslocalização* da prestação de trabalho cria riscos específicos para as relações de trabalho e uma pressão adicional para a maior individualização neste domínio (MTSSS, 2021: 47) e, em particular, cria dificuldades específicas e acrescidas para as dinâmicas de sindicalização, razão pela qual a necessidade de acautelar estas questões era sinalizada no *Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho* (idem: 52 e segs).

Todas as formas de trabalho remoto comportam riscos deste tipo. É razoável assumir, porém, graduações distintas para o teletrabalho pontual/ocasional, híbrido e/ou alternado com presencial, ou integral, designadamente como opção do trabalhador em acordo com o empregador e podendo estar associado a um contrato de teletrabalho (especificamente desenhado para prestação exclusiva de trabalho à distância). Pode ainda ser trabalho verdadeiramente deslocalizado (de ou para espaços geográficos ou até fusos horários distantes), no limite em regime de “nomadismo digital” e com relação dependente ou independente.

Neste contexto, riscos diferentes incluem o isolamento, o afastamento da dinâmica coletiva de trabalho, das rotinas quotidianas e das equipas e colegas, podendo provocar o “paradoxo da autonomia” (Eurofound, 2020), em que a liberdade de escolha na organização do trabalho deixa de ser um recurso para ser uma dificuldade acrescida em lidar com volume e intensidade de trabalho elevadas, num quadro de enfraquecimento dos laços com a dinâmica coletiva. Do lado da sindicalização, este distanciamento e deslaçamento é por si um problema, e desde logo a ausência do trabalhador do local físico de trabalho em sentido tradicional levam a uma certa *invisibilidade* do trabalhador.

Este risco é tanto maior quanto maior é a distância do trabalhador face ao local de trabalho: significativa no teletrabalho em modelo híbrido, maior na prestação de teletrabalho total, ainda maior no trabalho totalmente remoto e à distância – que hoje em dia pode ser prestado a partir de qualquer espaço geográfico e local de laboração ou, no limite, na lógica do chamado “nomadismo digital”.

De facto, o avanço das tecnologias disponíveis transportou para o mundo do trabalho, e especificamente para a prestação de trabalho, o

distanciamento espaço-temporal que já Giddens (1990) identificara como um dos traços fundamentais da globalização e da modernidade tardia.

Acresce, por outro lado, que os mesmos avanços tecnológicos que permitem a explosão do teletrabalho e, em geral, da prestação de trabalho remoto, permitem também o aumento da capacidade de monitorização e controle por via tecnológica por parte dos empregadores, num quadro de maior isolamento dos trabalhadores. Desde logo, das suas atividades ao longo do dia, e-mails, redes sociais, uso de aparelhos tecnológicos.

Aliás, essas tecnologias reduzem também a capacidade de fiscalização dos corpos inspetivos, não apenas sobre as condições de trabalho, mas também sobre a natureza dos vínculos, sobre as formas de controle hierárquico e, em geral, as relações laborais, correndo-se o risco de enfraquecer por esta via trabalhadores mais isolados dos colegas, das rotinas diárias, e de dinâmicas de interação e organização coletiva, e de os tornar quer mais receosos perante o empregador, quer mais reticentes na capacidade sindical para os representar.

Em geral, o trabalho remoto é um desafio de monta para os sindicatos e para a organização coletiva e representação – quando não para o próprio contacto com e entre trabalhadores, para a geração das relações e laços de confiança e proximidade que a laboração à distância, com escassa interação co-presencial e informal, não favorece. Isto quando a presença dos sindicatos nos locais de trabalho, com delegados sindicais e outras formas de implantação e proximidade, são considerados fatores que promovem a sindicalização e a resistência às tendências prevaletentes de sinal contrário.

3.2. O admirável mundo novo das plataformas digitais

Mas se diferentes modalidades de trabalho à distância constituem um acrescido desafio à filiação e representação sindical, novas formas de prestação de trabalho integralmente mediadas por tecnologia são desafios de outro nível.

É o caso do trabalho em plataformas digitais que, longe de remeter para relações tradicionais de trabalho mediadas pela tecnologia, está, nas palavras de Visser, e mesmo que a dimensão global da economia das plataformas ainda seja modesta, “a transformar a essência da relação de emprego” (2019: 43).

As plataformas podem ser definidas como “uma infraestrutura digital que permite a interação entre dois ou mais grupos e que se posiciona como intermediária”, constituindo assim “um serviço digital que facilita a interação entre dois ou mais conjuntos de utilizadores (sejam empresas ou indivíduos) que interagem através da internet” (Srnicek, 2017: 30 e OCDE,

2019: 20², citados em ILO, 2022: 6), independentemente da localização espacial dos participantes, representando nesse sentido uma exponenciação da lógica da globalização (Visser, 2019: 44).

O universo das plataformas é heterogêneo: são muito variáveis os setores em que estas operam, os modelos de negócio, o tipo e qualificação das tarefas e do trabalho que é prestado por esta via (OIT, 2022), bem como, de modo associado, o perfil dos *trabalhadores* que a elas estão ligados. Estes trabalhadores incluem desde especialistas em áreas muito específicas e qualificadas, a trabalhadores independentes (“freelancers”) qualificados (“White-collar”), trabalhadores manuais (“blue-collar”), trabalhadores on-demand, ou micro-trabalhadores (dedicados a micro-tarefas), consoante a plataforma e o serviço em causa.

A OIT (2021: 39 e segs.) distingue três tipos de plataformas digitais: plataformas que oferecem serviços a utilizadores individuais; plataformas que facilitam e medeiam trocas entre utilizadores; plataformas que fazem mediação de trabalho. Todavia, uma distinção fundamental divide aquelas que implicam uma operação (e trabalho) *in situ*, isto é, numa determinada localização geográfica (como estafetas, serviços de transportes, entregas, trabalho de cuidado, entre outros), ou trabalho prestado puramente online, a partir de qualquer localização.

Independentemente das tipologias, a operação das plataformas e da prestação de trabalho apresenta traços comuns. E as implicações para a sindicalização e para ação sindical são muito complexas.

O que as diferentes formas de trabalho em plataformas têm em comum é que “elas permitem aos trabalhadores operar com relativa economia fora de estruturas tradicionais definidas pelas leis laborais, sem tempos de trabalho limitados ou custos definidos” para as empresas (Visser, 2019: 44). Este enquadramento circunscreve elementos comuns, de que são exemplo:

- a mediação integralmente tecnológica do trabalho e com recurso a algoritmos, despersonalizando a relação laboral e criando um distanciamento radical dos trabalhadores face a quem lhes organiza a atividade, muitas vezes sem espaços das empresas onde se dirigir, a que acresce a opacidade e impossibilidade de controle e escrutínio dos algoritmos, desfavorecendo (ainda mais) a posição dos trabalhadores;
- a responsabilidade e investimento das plataformas é limitada, dado que se auto-definem como “meros intermediários” em modelos de negócio baseados na flexibilidade radical, ao mesmo tempo que têm instrumentos de monitorização e vigilância das operações, em muitos casos (como estafetas ou motoristas) em tempo real e com geolocalização;
- dúvidas sobre o estatuto legal dos trabalhadores e forte litigiosidade em todas as jurisdições que procuraram impor o estatuto de trabalho dependente a pelo menos parte dos trabalhadores das plataformas;

² Srnicek, Nick (2017), *Platform Capitalism*, Cambridge: Polity Press; OCDE (2019), *An introduction to online platforms and their role in the digital transformation*, Paris, OCDE.

- forte dispersão espacial dos trabalhadores e inexistência de um local de trabalho, podendo apenas nalguns casos existir eventual cruzamento em espaço público ou em locais de maior concentração de utilizadores;
- concentração do mercado num pequeno número de grandes operadores transnacionais, com grande capacidade de influenciar o mercado e de pressionar a regulação a nível internacional, e fazendo com que nas plataformas trabalhem trabalhadores de países diferentes a operar em plataformas no essencial semelhantes.

Certo é que nas plataformas as relações de emprego e de trabalho são muito particulares e nelas operam fatores que exponenciam dificuldades para a sindicalização e representação, quando não as colocam mesmo em causa. Neste plano, não é irrelevante a militante recusa do estatuto de empregador pelas plataformas, enfatizando a flexibilidade e a “autonomia total” do trabalho, da sua aceitação, dos horários e das condições em que é prestado – que, ao mesmo tempo, conduzem a um estatuto extremamente frágil e exposto a perdas de rendimento dos trabalhadores e têm permitido contencioso jurídico em todos os países ou jurisdições em que se avançou para regulação neste sentido. Entre estes casos, está a presunção de laboralidade para trabalhadores nas plataformas incluída na Agenda do Trabalho Digno em 2022, que identificou critérios específicos adaptados à realidade destes trabalhadores.

Acresce, à forte dispersão e potencial isolamento dos trabalhadores, o facto de os trabalhadores de muitas plataformas serem desproporcionadamente jovens e, noutras, migrantes, em particular nas plataformas com trabalho menos qualificado e menos bem remunerado – fator adicional de vulnerabilidade.

Tudo isto redundava num elevado poder das plataformas, cujo operador pode vedar o acesso aos que nelas prestam trabalho através de critérios, processos e mecanismos cujo escrutínio e contestação é, mesmo quando possível, de eficácia incerta e limitada, perante categorias de trabalhadores com escassa proteção ou poder reivindicativo. Aliás, o facto de operarem com base em mecanismos opacos, como os algoritmos, torna difícil a fiscalização, não apenas por parte de trabalhadores ou representantes, mas também pelos corpos de fiscalização – apesar de, por exemplo, a Agenda do Trabalho Digno ter passado a prever especificamente a questão dos algoritmos.

Por outro lado, estes fatores colocam dificuldades, não apenas de enquadramento, mas desde logo de organização coletiva, filiação e representação sindical *na prática*. De facto, estas características desincentivam a participação dos trabalhadores de plataformas em estruturas sindicais,

quer pela sua posição frágil e precária e pelas dúvidas que existem no seu estatuto legal, quer pela dificuldade dos sindicatos em representá-los.

Assim, ainda que comecem a existir associações e sindicatos que procuram representar estes trabalhadores, do lado dos sindicatos tradicionais geram-se dúvidas na possibilidade de representar estes trabalhadores e de como o fazer – e escassa ligação das suas estruturas a setores onde não têm presença organizada, e onde a figura do empregador é esquiva e cuja negação faz parte da arquitetura (e identidade) do próprio modelo de negócio.

No fundo, nesta modalidade de trabalho e nestes trabalhadores, reencontramos o círculo vicioso já identificado a propósito de outros contextos e dinâmicas de escassa sindicalização, com a complexidade agravada dos desafios conceptuais colocados pela singularidade do modo de operação das plataformas digitais.

Ainda assim, há já exemplos de sindicatos a procurar agir e inovar para melhorar o enquadramento estes trabalhadores na sua ação sindical (ver Visser, 2019: 45-6), mas o caminho será longo e sinuoso.

4. Como agir perante um futuro incerto? Dos cenários ao caderno de encargos

A questão de como agir para prevenir ou reverter os cenários mais negativos para o futuro do sindicalismo, num quadro de persistência ou profundamento dos fatores de pressão, torna-se imperiosa. Sendo certo que *todas as alternativas são piores*, entre o espectro da individualização extrema das relações sociais, incluindo as de trabalho, a desafetação e desilusão em largos setores e gerações, e a emergência de movimentos inorgânicos e/ou radicais que fazem perigar a coesão social.

Jelle Visser (2019) identificou quatro futuros possíveis para o sindicalismo, postulando que o sindicalismo não está condenado ao declínio acentuado, mas antes obrigado a agir perante os riscos de cenários extremos. Os quatro cenários descritos por Visser (2019: 10) são:

- 1. Marginalização gradual:** *aprofundamento das tendências em curso, tornando-se os sindicatos menos relevantes e poderosos na moldagem dos mercados de trabalho num quadro de desregulação e libertação do capital com cada vez menos dependência face ao trabalho, estados-nação ou compromissos internacionais;*
- 2. Dualização da representação sindical e das políticas:** *os sindicatos focam-se em estratégias defensivas e resistem onde ainda têm, apesar de tudo, alguma força, mas num quadro de flexibilidade e instabilidade crescentes nas relações laborais reforça-se uma dualização entre os segmentos, setores e empresas ainda regulados e os outros;*
- 3. Substituição:** *os sindicatos vão cedendo gradualmente e por vezes de forma difusa lugar a outras formas de ação coletiva, representação e regulação, com protagonismo entregue a outros atores e instrumentos, mas não controlado diretamente pelos*

representantes de trabalhadores – das políticas públicas de mínimos sociais, a mecanismos de arbitragem, códigos de ética e afins, outras formas de ação coletiva de base – ou, podemos acrescentar, instâncias de diálogo social mais alargado;

4. Revitalização: *os sindicatos encontram formas de reforçar estratégias inovadoras, fortalecer a renovação dos sindicatos, rejuvenescer e alargar-se para além da sua base atual também nos segmentos mais instáveis da força de trabalho e da economia digital.*

Numa perspetiva socialista e social-democrata, e até para além desse campo político, é no horizonte de revitalização do movimento sindical e apenas nele que reside a esperança e que se deve concentrar a energia de todos os que acreditam no desígnio e na importância fundacional do sindicalismo.

Agir para um cenário deste tipo convoca dimensões múltiplas de atuação e uma pluralidade de atores – das lideranças sindicais, em primeiro lugar, aos poderes públicos e aos partidos políticos – tendo os partidos trabalhistas, socialistas e sociais-democratas uma particular responsabilidade.

As linhas de atuação para caminhar neste sentido não poderão dispensar, provavelmente e sem prejuízo de outras, prioridades como as seguintes:

– Identificar com clareza boas experiências, resultados já conseguidos e mecanismos apropriados para fortalecer a representação sindical e o papel dos sindicatos, de modo a conseguir reproduzi-las e alargá-las.

– Prosseguir políticas de regulação do mercado de trabalho, da concertação social e da negociação coletiva que valorizem o diálogo social, a todos os níveis, valorizando e fortalecendo as instituições do mercado de trabalho.

– Reforçar o combate à precariedade e a promoção da negociação coletiva, não apenas como marcas de uma identidade política e de uma visão do mercado de trabalho, mas como condições para a sustentabilidade de regulação mais capaz de contrariar tendências de individualização e desafetação muito danosas.

– Reforçar a negociação setorial, desde logo porque é a que garante maior cobertura, o nivelamento de condições para trabalhadores e concorrência, e que melhor previne quer “corridas para baixo”, quer incentivos perversos a pressões sobre a sindicalização nas empresas, em contextos em que ela já é frágil.

– Defender a estabilidade dos contratos coletivos, fortalecendo a posição negocial dos sindicatos e reforçando instrumentos para prevenir vazios negociais.

– Trabalhar para o aumento da densidade sindical e da presença dos sindicatos e confederações em diferentes setores e segmentos do mercado de trabalho, sem as quais os instrumentos anteriormente referidos terão alcance limitado.

– Reforçar os incentivos à sindicalização, tornando mais compensadora a filiação, para mais categorias e gerações de trabalhadores: os países e setores com taxas mais elevadas de sindicalização são aqueles em que os parceiros, e em particular os sindicatos, têm mais para proporcionar aos seus filiados – como sucedeu em Portugal, por exemplo, na banca.

– Melhorar a dimensão informativa e comunicacional, tanto do lado da informação pública sobre sindicatos e benefícios da sindicalização, mas também por via de estratégias de comunicação, “outreach” e uso de tecnologias por sindicatos que têm de se adaptar às novas gerações e configurações (muitas vezes virtuais) dos locais de trabalho.

- *Investir na visibilidade e presença dos sindicatos, desde logo nos locais de trabalho, através da captação de novos membros, da eleição de delegados sindicais e da disseminação de pontos de contacto nas empresas, tirando também melhor partido de novas tecnologias.*
- *Sempre e quando necessário, procurar aliados e pontos de confluência com atores cujas lógicas por vezes são diversas, promovendo o reforço da interação com outras formas de representação, incluindo movimentos sociais, ONG, comissões de trabalhadores. Num aparente paradoxo, o melhor antídoto para os riscos de marginalização e substituição poderá estar também na abertura e capacidade de dialogar com outras forças e movimentos sociais.*
- *Continuar o reforço dos direitos e proteção dos trabalhadores precários (incluindo temporários, em outsourcing, independentes ou outros), remotos e de plataformas é essencial, desde logo no acesso com as adaptações necessárias à representação sindical e aos benefícios da negociação coletiva.*
- *Aprofundar a capacidade para representar jovens e novas categorias de trabalhadores nas chamadas formas atípicas, melhorando a natureza inclusiva do movimento sindical. Sendo fundamental para o futuro e para a sustentabilidade do sindicalismo pela criação de uma cultura de filiação ao longo da vida, é muito desafiante dadas as condições de precariedade (e/ou sobrequalificação) de muitos jovens e as tendências mais vastas de desafetação que se observam.*
- *Para tudo isto, o rejuvenescimento das estruturas sindicais e a formação de novos quadros, capazes de lidar com novas realidades, é fundamental.*

Resistir na mudança sem resistir à mudança, antes construí-la – nos públicos, nos meios, nas políticas, nas alianças e nas estratégias – é um desafio mais fácil de formular que de vencer. Mas é, em certa medida, o desafio que decidirá o futuro do movimento e da representação sindical e, com eles, do modelo social e económico que melhores provas tem dado de ser capaz de proporcionar mais bem-estar, mais inclusivo e mais duradouro.

Esta é uma reflexão que convoca, em primeiro lugar e na primeira pessoa, os sindicatos e as suas lideranças. Mas que não pode dispensar todos os que, exteriores ao movimento sindical, acreditam na importância decisiva do sindicalismo, da sua força e da sua revitalização para as próximas décadas. É este o propósito deste contributo e deste texto.

Referências bibliográficas:

- Centro de Relações Laborais (2024), *Relatório Anual sobre a Evolução da Negociação Coletiva em 2023*, Lisboa: MTSSS-CRL
- Dornelas, António (2022), *Trabalho, Sindicalismo e Concertação Social*, Lisboa: IPPS-ISCTE.
- EUROFOUND (2020), *Telework and ICT-based mobile work. Flexible working in the digital age*, Bruxelas: Eurofound.
- Harvey, David (2005), *A brief history of neoliberalism*, Oxford: Oxford University Press.
- International Labour Organization (2016), "Non-standard employment around the world. Understanding challenges, shaping prospects", Geneva: ILO.

- International Labour Organization (2020), *Potential benefits and challenges of telework*, Geneva: ILO.
- International Labour Organization (2021), *World Employment and Social Outlook. The role of digital labour platforms in transforming the world of work*, Geneva: ILO.
- International Labour Organization (2022), "Digital work in the platform economy", Reference document for the Meeting of experts on decent work in the platform economy (Setembro 2022), Geneva: ILO.
- LIMA, Maria da Paz Campos e Reinhard Naumann (2023), "Trade unions in Portugal: between marginalization and revitalization", in Waddington, Muller e Vandaele (eds.) (2023a), pp. 871-910.
- Marques, Paulo, Fátima Suleman e Rita Guimarães (2021), "Porque é que a percentagem de trabalhadores sobre-qualificados é tão elevada em Portugal?", Lisboa: Observatório do Emprego Jovem.
- Ministério Do Trabalho, Solidariedade E Segurança Social (2021), *Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho*, Lisboa: MTSSS.
- Paugam, Serge (2000), *Le salarié de la precarité*, Paris: PUF.
- Pierson, Paul (1998), "Irresistible forces, immovable objects: post-industrial Welfare States confront permanent austerity", *Journal of European Public Policy*, 5, n.º 4, pp. 539-560;
- Sennett, Richard (1998), *The Corrosion of Character. The Personal Consequences of Work in New Capitalism*, Nova Iorque: Norton.
- Vandaele, Kurt (2019), "Bleak prospects: mapping trade union membership in Europe since 2000", Bruxelas: European Trade Union Institute.
- Visser, Jelle (2019), "Trade Unions in the Balance", ILO ACTRAV Working Paper, Geneva: International Labour Organization.
- Waddington, Jeremy, Torsten Muller e Kurt Vandaele (eds.) (2023a), *Trade Unions in the European Union. Picking up the pieces of the neoliberal challenge*, Bruxelas: European Trade Union Institute.
- Waddington, Jeremy, Torsten Muller e Kurt Vandaele (eds.) (2023b), "Conclusion: Trade Unions picking the pieces from the neoliberal challenge", Bruxelas: European Trade Union Institute, pp.1093 – 1148.

Continuar com Mário Soares
Porfírio Silva

CENTENÁRIO DE MÁRIO SOARES

100 anos de coragem. A vida e o legado de Mário Soares
Pedro Nuno Santos

Mário Soares, Meu Pai
Isabel Soares

Mário Soares e o combate à ditadura nas páginas do Portugal Socialista
Pedro Marques Gomes

Os cem anos de Mário Soares nos cinquenta do 25 de Abril
Augusto Santos Silva

SINDICALISMO, DEMOCRACIA E PROGRESSO SOCIAL

O PS e a Questão Sindical. Contributo para a continuação do debate
Carlos Trindade

Evolução e Desafios da Concertação Social
Cristina Rodrigues, João Freire

Os Desafios do Mundo Sindical.
Pela centralidade do trabalho e do sindicalismo livre, plural e democrático
Mário Mourão

CGTP-IN: presente e futuro do sindicalismo em Portugal.
A ação do Partido Socialista no mundo do trabalho
Fernando Gomes

Desafios Sindicais Globais do Século XXI
Da Marginalização à Revitalização
Helena André

O movimento sindical perante o imperativo da representação:
velhos desafios, novas realidades
Miguel Cabrita

'24

